

Coleção Direito e Justiça Social
VOLUME VIII

Sombras no extremo sul:

Luzes sobre o passado ditatorial
no sul gaúcho

Cristiano Engelke
Nilton Sainz
Organizadores



**SOMBRAS
NO EXTREMO SUL:
LUZES SOBRE
O PASSADO DITATORIAL
NO SUL GAÚCHO**

COLEÇÃO DIREITO E JUSTIÇA SOCIAL
volume 8



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE-
FURG

Reitora

CLEUZA MARIA SOBRAL DIAS

Vice-Reitor

DANILO GIROLDO

Chefe do Gabinete da Reitora

JACIRA CRISTIANE PRADO DA SILVA

Pró-Reitor de Extensão e Cultura

DANIEL PORCIUNCULA PRADO

Pró-Reitor de Planejamento e Administração

MOZART TAVARES MARTINS FILHO

Pró-Reitor de Infraestrutura

MARCOS ANTONIO SATTE DE AMARANTE

Pró-Reitor de Graduação

RENATO DURO DIAS

Pró-Reitora de Assuntos Estudantis

DAIANE TEIXEIRA GAUTÉRIO

Pró-Reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas

ALINE RODRIGUES DE AVILA

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

EDUARDO RESENDE SECCHI

Comitê Editorial
Coleção Direito e Justiça Social

Adélie Pomade, França
Brigitte Feuillet-Liger, França
Carmén Dominguez Hidalgo, Chile
David Le Breton, França
François Furkel, Alemanha
Amel Aouij-Mrad, Tunísia
Maria Cristina CereserPezzella, RS Brasil
Maria de Fátima Freire de Sá, MG Brasil
Tereza Rodrigues Vieira, PR Brasil
Verónica San Julian Puig, Espanha
Vicenzo Durante, Itália
Christine Lazerges, França

EDITORA DA FURG

Coordenadora

CLEUSA MARIA LUCAS DE OLIVEIRA

COMITÊ EDITORIAL

Presidente

DANIEL PORCIUNCULA PRADO

Titulares

ANDERSON ORESTES CAVALCANTE LOBATO

ANDRE ANDRADE LONGARAY

ANGELICA CONCEIÇÃO DIAS MIRANDA

CARLA AMORIM NEVES GONÇALVES

CLEUSA MARIA LUCAS DE OLIVEIRA

EDUARDO RESENDE SECCHI

ELIANA BADIALE FURLONG

GIONARA TAUCHEN

LUIZ EDUARDO MAIA NERY

MARCELO GONÇALVES MONTES D'OCA

MARCIA CARVALHO RODRIGUES

RAÚL ANDRÉS MENDOZA SASSI

Editora da FURG

Campus Carreiros

CEP 96203 900 – Rio Grande – RS – Brasil

editora@furg.br

Integrante do PIDL

Editora Associada à

ABEU
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE EDITORIAIS UNIVERSITÁRIOS



EDUNI-SUL
ASSOCIAÇÃO DAS EDITORIAIS
UNIVERSITÁRIAS DO SUL DO BRASIL

Cristiano Engelke
Nilton Sainz
Organizadores

**SOMBRAS
NO EXTREMO SUL:
LUZES SOBRE
O PASSADO DITATORIAL
NO SUL GAÚCHO**

COLEÇÃO DIREITO E JUSTIÇA SOCIAL
volume 8



Rio Grande
2020

© Cristiano Engelke; Nilton Sainz

2020

Imagem da capa: Alisson Affonso

Diagramação da capa: Anael Macedo

Formatação e diagramação:

João Balansin

Gilmar Torchelsen

Cinthia Pereira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária

Marcia Carvalho Rodrigues, CRB 10/1411.

S693 Sombras no extremo sul [recurso eletrônico] : luzes sobre o passado ditatorial no sul gaúcho / Cristiano Engelke, Nilton Sainz, organizadores. – Dados eletrônicos. – Rio Grande, RS: Ed. da FURG, 2020. – (Coleção direito e justiça social ; v. 8)

Modo de acesso: <<http://repositorio.furg.br>>

Título extraído da folha de rosto.

ISBN 978-65-5754-029-9 (eletrônico)

1. Rio Grande do Sul – História – 1964-1985. I. Engelke, Cristiano. II. Sainz, Nilton. III. Série.

CDU, 2ª ed.: 94(816.5).088

Índice para o catálogo sistemático:

1. Rio Grande do Sul – História – 1964-1985 94(816.5).088

A revisão e todas as opiniões e informações expressas em cada um dos artigos são de inteira responsabilidade de seus respectivos autores.

SUMÁRIO

Apresentação	6
<i>Cristiano Engelke e Nilton Sainz</i>	
Ditadura militar e planejamento urbano: o caso de Jaguarão/RS	10
<i>Alexandre dos Santos Villas Bôas</i>	
A era dos “festivais” em Rio Grande/RS	30
<i>Leandro Braz da Costa</i>	
Um panorama do golpe civil-militar na cidade de Pelotas/RS: resistências, organização de rotas de exílio e Reabertura Política	57
<i>Renato da Silva Della Vechia e Marília Brandão Amaro da Silveira</i>	
O protagonismo feminino no movimento estudantil universitário durante o processo de redemocratização do Brasil (Pelotas/RS: 1977-1985)	84
<i>Luisiane da Silveira Gomes</i>	
A atuação do Legislativo em Rio Grande/RS durante os últimos anos da ditadura civil-militar (1983-1985)	111
<i>Nilton Garcia Sainz e Alvaro Augusto de Borba Barreto</i>	
Um olhar sobre a justiça de transição: a experiência da Comissão da Verdade no município de Rio Grande/RS	136
<i>Alícia Halina Fontana e Anderson O. C. Lobato</i>	
Pensar o passado, construir o futuro, fortalecer a democracia: políticas de memória e memória da ditadura no Brasil	164
<i>Carlos Artur Gallo</i>	
Três Marias	188
<i>Alisson Affonso</i>	
Sobre os autores	202

APRESENTAÇÃO

Cristiano Engelke
Nilton Sainz

A ditadura civil-militar deixou marcas em todo Brasil e no sul do Rio Grande do Sul não foi diferente. Em diferentes municípios e espaços a presença da repressão e da censura deixaram marcas que persistem ainda hoje. O que nos falta é justamente o levantamento e publicização do que foi a realidade da ditadura na região sul do Rio Grande do Sul, com seus casos, suas vítimas e a caracterização das pessoas e famílias que foram marcadas por esse triste período de nossa história recente.

A atualidade brasileira mostra a falta e a necessidade de políticas de memória, justiça e verdade, que façam com que venham à tona os acontecimentos cruéis da ditadura brasileira, para que se tenha amplo conhecimento e não volte mais a se repetir. É justamente com esse objetivo que apresentamos esta obra, *Sombras no Extremo Sul: Luzes Sobre o Passado Ditatorial no Sul Gaúcho*, afim de contribuir com a construção da memória da região e na busca por justiça e verdade. O sul do Rio Grande do Sul foi marcado por inúmeros casos envolvendo fronteira, cultura, universidades, cenário político, urbanização, dentre outros temas que tiveram a marca da ditadura e que, ainda que tardiamente, buscamos fornecer ao leitor e à leitora como forma de demonstrar que a verdade deve sempre prevalecer na busca por justiça. Compreendemos que a memória é resultado de um processo político de disputas entre narrativas, de escolhas entre o que deve ser revelado e o que deve ser escondido.

No primeiro capítulo da coletânea, intitulado “*Ditadura militar e planejamento urbano: o caso de Jaguarão/RS*”, de Alexandre dos Santos Villas Bôas, foi abordado um município considerado Área de Segurança Nacional pela ditadura militar. O autor traz em seu texto uma análise da relação entre a ditadura e a elite da cidade a partir das configurações do planejamento urbano,

demonstrando como o regime e as políticas públicas de planejamento urbano presente nos governos dos militares se articularam com o município e sua elite para criar bases de sustentação naquela localidade. No texto, o autor faz uso de imagens de mapas e fotografias, demonstrando através delas a arquitetura da cidade e alguns indicativos de como a elite local pensava o urbano da cidade. Além disso foi utilizado como fonte de dados um jornal impresso que circulava no município.

Também analisando um município considerado Área de Segurança Nacional, o texto “*A ‘era dos festivais’ em Rio Grande*”, de Leandro Braz da Costa, é voltado a fatos políticos e culturais durante a ditadura. Tendo como objeto principal de investigação os festivais de música que ocorriam em Rio Grande, o autor buscou, através de jornais e documentos oficiais, trazer a história dos festivais na cidade, mostrando que os espaços em que ocorriam os eventos também eram espaços de resistência e de demonstração de insatisfação com a ditadura e as condições sociais da época. O autor também retrata casos de repressão por parte da ditadura em relação aos festivais e algumas características socioeconômicas do município, que podiam ser visualizadas através dos eventos e das letras das canções, ajudando a construir um panorama da história de Rio Grande, durante esses anos.

Investigando a ditadura militar no município de Pelotas, o capítulo “*Um panorama do golpe civil-militar na cidade de Pelotas/RS: resistência, organização de rotas de exílio e reabertura política*”, de autoria de Renato Della Vechia e Marília Brandão da Silveira, traz a história da ditadura militar no município de Pelotas, desde o contexto do golpe militar até o processo de redemocratização. A pesquisa coletou dados através de jornais impressos e entrevistas com vítimas da repressão. O texto aborda casos de professores que foram expurgados, estudantes que foram perseguidos e vereadores de oposição que também foram vítimas da repressão durante a ditadura. O artigo ainda relata o importante papel de Pelotas como rota de exílio, mostrando que a cidade cumpriu uma função estratégica para aqueles que faziam resistência à ditadura militar.

Também voltado à cidade de Pelotas, o artigo “*O protagonismo feminino no movimento estudantil universitário durante o processo de redemocratização do Brasil (Pelotas/RS: 1977-1985)*”, de Luisiane

da Silveira Gomes, investiga memórias da atuação das mulheres no ressurgimento do movimento estudantil universitário, durante a redemocratização. A autora buscou entender como as mulheres atuaram no interior do movimento estudantil e também retoma a conjuntura de Pelotas durante esse conturbado período. A investigação fez uso de entrevistas, o que possibilita para quem lê uma maior compreensão das memórias de mulheres que militaram nos movimentos da época.

O capítulo “*A atuação do Legislativo em Rio Grande/RS durante os últimos anos da ditadura civil-militar (1983-1985)*”, de autoria de Nilton Sainz e Alvaro Barreto, analisa a dinâmica de funcionamento do Legislativo riograndino no processo de retorno para a democracia. A investigação buscou compreender como os partidos políticos atuavam no legislativo municipal, observando principalmente como as oposições partidárias lidavam com o prefeito nomeado pelo regime e com o partido que representava os interesses dos militares. A pesquisa utilizou como fonte revisão bibliográfica e documentos oficiais, principalmente as atas da Câmara Municipal de Rio Grande, realizando análise de conteúdo nas atas e trazendo ao texto um retrato da história política do município.

Também com o enfoque voltado para o município de Rio Grande, o texto “*Um olhar sobre a justiça de transição: a experiência da Comissão da Verdade no Município de Rio Grande/RS*”, de Alicia Fontana e Anderson Lobato, investiga a atuação e os reflexos sociais gerados a partir da criação da Comissão da Verdade no município, pioneira no estado do Rio Grande do Sul. Além de uma revisão do passado ditatorial no Brasil, o artigo é constituído por uma revisão de literatura acerca da Justiça de Transição e das posteriores Comissões da Verdade (nacional, estadual, municipal), que foram surgindo no país ao longo dos anos. A pesquisa foi realizada através de revisão bibliográfica e análise documental, como a lei que implementou a Comissão da Verdade em Rio Grande. Por fim, o texto ainda apresenta uma reflexão sobre a política de memória e justiça em âmbito local.

O penúltimo capítulo da coletânea, intitulado “*Pensar o passado, construir o futuro, fortalecer a democracia: políticas de memória e memória da ditadura no Brasil*”, de autoria de Carlos Gallo, traz um panorama geral sobre justiça de transição e políticas de memória no Brasil. O texto analisa o surgimento e o desenvolvimento

das principais políticas públicas voltadas à memória e à justiça no país, abordando uma série de leis que foram implementadas ao longo dos últimos anos com o objetivo de esclarecer a verdade e reparar as vítimas da repressão. O autor ainda propõe uma reflexão sobre o que já foi feito por essas políticas de memória e sua atuação na consolidação democrática no país. Por fim, relaciona problemas da justiça transicional brasileira com o atual estágio da nossa democracia, na qual flertamos diretamente com o nosso passado autoritário e mal resolvido.

O último capítulo do livro é a história em quadrinhos ficcional “Três Marias”, originalmente publicado pela Comissão da Verdade da APROFURG-Seção Sindical do ANDES-SN. Escrita a partir de fatos ocorridos no município de Rio Grande, busca trazer ao público uma reflexão acerca das consequências da violência da ditadura no Brasil em uma linguagem simples e artística.

Gostaríamos de lembrar e agradecer aqueles que participaram de alguma forma para que essa coletânea viesse a ser publicada. Começando por Carlos Artur Gallo, pelos ensinamentos sobre o tema no Programa de Pós Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas e pela ajuda e incentivo desde o início desta iniciativa; Anderson Lobato, pelo auxílio e incentivo para que essa publicação viesse a ocorrer; ao nosso amigo e colega Pedro Henrique de Oliveira, pelo auxílio criativo com o título da obra; as Comissões da Verdade do ANDES-SN e da APROFURG, pelo apoio e debates enriquecedores; e agradecer ao Núcleo de Revisão de Textos da Universidade Federal de Pelotas, coordenado pela Professora Sandra Maria Leal Alves que foi fundamental para a revisão dos textos presentes nesse livro.

DITADURA MILITAR E PLANEJAMENTO URBANO: O CASO DE JAGUARÃO/RS

Alexandre dos Santos Villas Bôas

Introdução

O Golpe de Estado ocorrido em 1º de abril de 1964, no Brasil, levou à instauração de uma ditadura militar que perdurou por 21 anos e teve reflexos em toda a estrutura administrativa de governo, desde a instância federal até a municipalidade, determinando uma gestão altamente centralizada e autoritária. No âmbito dos municípios considerados em Zona de Segurança Nacional¹, estava a cidade de Jaguarão, localizada na fronteira com o Uruguai, distante aproximadamente 380 Km de Porto Alegre que, por consequência da referida lei, teve seus prefeitos nomeados por ato administrativo do governador do estado e referendados pelo governo federal, inserindo a cidade no rol de municípios controlados diretamente pela ditadura militar.

A cidade possuía um significativo efetivo militar no período, que em sua maioria participou ativamente da conspiração que derrubou o Presidente João Goulart.² O movimento foi apoiado pela elite local constituída de produtores rurais, o que acabou facilitando o alinhamento ideológico e administrativo com o governo central. Este, por sua vez, tinha interesse em implementar uma política de planejamento urbano nas cidades periféricas visando inseri-las no contexto capitalista dos grandes centros urbanos, o que, em tese, evitaria a adesão de descontentes aos opositores do regime, ou que pelo menos contestassem a eficácia das medidas administrativas realizadas.

¹ Lei 5.449 de 04 de junho de 1968.

² Conforme tratado em artigo anterior do autor, *A Incitação do Medo: repressão no início da ditadura militar de 1964 na cidade de Jaguarão*. In: *Espaços e Sociabilidades no Mundo Ibero-Americano*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2018.

Sendo a economia do município de Jaguarão baseada na agricultura e na criação de gado, sua participação se daria como fornecedora de matéria-prima para os grandes centros urbanos. Para isto ocorrer, os produtores rurais teriam de receber linhas de financiamento subsidiadas pelo governo federal, assim como investir na construção de agências bancárias para facilitar o atendimento aos ruralistas, ficando os empreendimentos enaltecidos como sinônimo de progresso econômico pelos ideólogos do regime e pela elite local, beneficiárias destas medidas.

Assim, nas décadas de 1960/70, o município de Jaguarão foi objeto da política de planejamento urbano efetuada pela ditadura militar, apoiada pelo prefeito nomeado e pela elite econômica, que tinha o interesse de obter dividendos com a especulação imobiliária derivada da propriedade de imóveis localizados no centro histórico, em sua maioria constituídos de palacetes de estilo eclético de arquitetura, construídos a partir de meados do século XIX, alguns em precário estado de conservação, os quais seriam negociados com estatais do governo federal e demolidos para a edificação de novos prédios, com arquitetura moderna.

Essa política de planejamento urbano privilegiou a elite local de Jaguarão, tendo em vista a valorização dos imóveis do centro histórico e sua venda para o governo federal e estadual, concentrando ainda mais a renda da cidade na classe dos proprietários, a qual também detinha a posse de grandes extensões de terras utilizadas para a agricultura. Essas propriedades rurais derivavam de antigas doações de sesmarias, efetuadas pela Coroa Portuguesa aos militares que haviam instalado um quartelamento, o qual deu origem à cidade de Jaguarão, e que, posteriormente, constituiu a classe de proprietários formadora da elite local, sendo, ao longo da história da cidade, a responsável pelas diretrizes do planejamento urbano e, por conseguinte, do tipo de cidade que idealizaram e concretizaram por meio da administração pública.

Essa administração concentrou a melhor infraestrutura para o núcleo urbano central, onde se localizavam os prédios residenciais e comerciais da elite econômica e política, deixando a periferia, que era habitada pelos trabalhadores, com uma infraestrutura precária, ocasionando uma demanda por serviços básicos e moradia que não foi objeto das ações de planejamento urbano. Esse tipo de política

efetuada no município de Jaguarão foi continuado a partir da ditadura militar em 1964, que determinou a concentração dos investimentos no centro urbano, na construção de prédios destinados a funções comerciais ligadas aos produtores rurais, e ao melhoramento da infraestrutura do seu entorno.

Apesar disso, a propaganda do regime militar apresentava esta política como sendo o apanágio do desenvolvimento econômico da região, pontuando suas realizações e enaltecendo esses empreendimentos através dos meios midiáticos a sua disposição, como jornal e rádio, construindo uma visão progressista do regime militar que, posteriormente, foi lembrada pela elite como uma época em que a cidade tinha se desenvolvido, determinando uma versão histórica que coaduna com os interesses dos setores retrógrados da sociedade local e seus aliados políticos, impedindo a apresentação dos problemas advindos de uma política que beneficiou apenas uma parte da comunidade.

Este artigo tem por objetivo demonstrar as relações de poder entre a ditadura militar e a elite local, na cidade de Jaguarão, durante os anos 1960/70, através do planejamento urbano efetuado por meio de projetos de edifícios localizados no centro histórico, os quais foram usados como meio de intermediação para a sustentação do regime em uma área de fronteira e considerada estratégica pela Lei de Segurança Nacional.

Planejamento urbano na cidade de Jaguarão

Para se compreender como se deu a política de planejamento urbano durante a ditadura militar, nas décadas de 1960/70, na cidade de Jaguarão, fez-se necessária uma análise sucinta sobre o desenvolvimento do centro urbano da cidade, desde sua origem como acampamento militar no início do século XIX, até sua consolidação como uma cidade de característica eclética, no início do século XX, assim como identificar a classe social que controlou a administração municipal através do poderio econômico de seus integrantes, que ao longo do tempo configuraram o espaço urbano de acordo com seu viés ideológico.

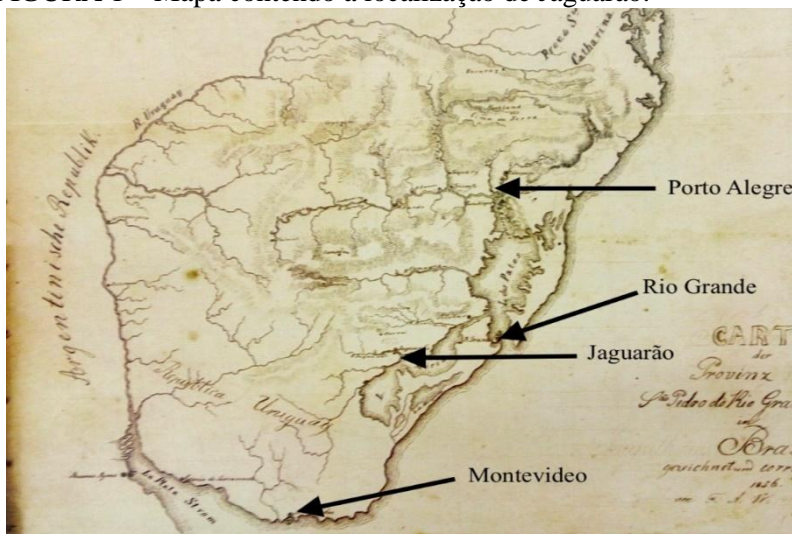
A cidade de Jaguarão teve sua origem em uma invasão portuguesa ao território espanhol, junto às margens do Rio Jaguarão,

em 1801, no contexto da guerra entre as duas coroas no continente europeu. Em 1802 foi estabelecida a Guarda do Serrito e da Lagoa, um acampamento militar composto, além dos militares e de seus familiares, pelos comerciantes responsáveis pelo abastecimento da tropa, que também realizavam trocas comerciais com o outro lado do rio, na região espanhola, o que tornou o local um entreposto entre as cidades de Montevideo, de Pelotas e de Rio Grande. Aos militares residentes foi sendo concedidas terras usadas, especialmente para a criação de gado, abundante na região, constituindo a classe de proprietários rurais que também detinha o controle sobre as atividades da administração do local. Neste sentido esclarece-nos Franco (2007):

De 1802 a 1811 reinou a paz na fronteira de modo que as atividades do comandante, graduados e praças da guarda do Serrito, ter-se-ão voltado, predominantemente, para as atividades pastoris e comerciais que ali se ensejavam. O primeiro comandante da Guarda, o Sargento-Major Vasco Pinto Bandeira, foi forte estancieiro, senhor de duas fazendas de grande porte e de numerosos escravos. (2007, pág. 35)

Na figura 01, a seguir, apresenta-se a localização da Freguesia do Espírito Santo do Serrito de Jaguarão, elevada a esta condição no ano de 1812, denotando o rápido crescimento da população da economia na região, haja vista sua posição geográfica estratégica tanto para a defesa como para o comércio, que influenciou o desenvolvimento do centro urbano e das atividades ali estabelecidas, centradas na criação de gado e do comércio daí derivado, como a indústria do charque. A população em geral era constituída, além dos proprietários rurais, comerciantes e suas famílias, de um grande contingente de escravos, militares de baixa patente e suas famílias e estrangeiros oriundos da Região Platina.

FIGURA 1 – Mapa contendo a localização de Jaguarão.

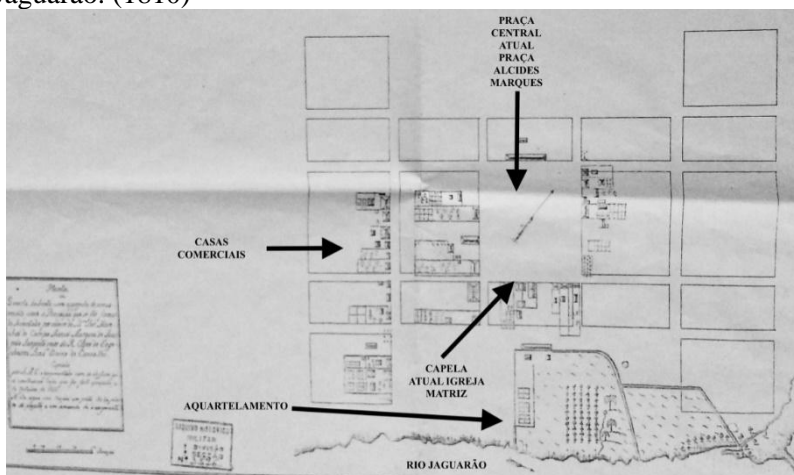


FONTE: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Em 1815, foi confeccionada a primeira planta do povoado por um engenheiro militar chamado João Vieira de Carvalho, na qual foram ordenados os quarteirões em um traçado retilíneo, de acordo com os preceitos oriundos da Real Academia Militar de Lisboa, que seguia o modelo francês de urbanismo. Essa planta teve um grande impacto no planejamento urbano da povoação, porque foi através dela que puderam ser estabelecidas as funções dos prédios e espaços urbanos para as classes sociais formadoras daquela sociedade.

Como vemos na figura 02, a seguir, a planta está acrescida dos imóveis existentes em 1816, quando foi copiada por Jacques Augusto Conu, contendo o traçado retilíneo da povoação, que tinha como núcleo central a praça e a igreja, tendo no entorno as moradias dos proprietários de terras e comerciantes, ficando os quarteirões adjacentes reservados para as casas comerciais, assim como as residências dos militares de baixa patente e agregados. O aquartelamento existente às margens do rio Jaguarão foi, posteriormente, transferido para uma área periférica do centro urbano. Esta ocupação do centro urbano pela elite local significou que ela teve a seu dispor, ao longo do tempo, as melhores condições de infraestrutura proporcionada pelo poder público.

FIGURA 2 – Planta da Freguesia do Espírito Santo do Serrito de Jaguarão. (1810)



FONTE: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Adaptado pelo autor. (2018).

Em 06 de julho de 1832, a Freguesia foi elevada à condição de Vila, sendo instalada a Câmara Municipal de Vereadores, composta por nove membros, que concentrava os poderes executivo e legislativo. Esses vereadores eram escolhidos através de eleições realizadas entre os aptos a votar, que, de acordo com a Constituição de 1824, eram em reduzido número, por causa das restrições impostas como a renda pecuniária, ocasionando a eleição de membros da elite proprietária de terras, militares e padres católicos. O funcionamento do município e seu planejamento como tal estava contido no chamado Código de Posturas Municipais, lei que congregava as regras de convivência e de ordenamento de ruas e prédios, e era elaborada pelos vereadores, beneficiários diretos da política de planejamento urbano implementada. Ao restante da população, que não tinha acesso à renda, como os trabalhadores e escravos, ficavam agregados às moradias da elite ou vivendo em choças de palha na área periférica da cidade.

Em 1855, Jaguarão foi elevada à condição de cidade, denotando seu crescimento econômico derivado, principalmente, da criação de gado e da empresa charqueadora, sendo que esses proprietários investiram o excedente de capital na construção

de palacetes para sua moradia, no centro urbano. Como detinham o controle da administração pública através da câmara municipal, empregavam os recursos públicos para o melhoramento da infraestrutura no entorno de seus prédios residenciais, com a justificativa de estarem promovendo o embelezamento da cidade, para que adquirisse um aspecto semelhante a outros centros urbanos como Pelotas e Rio Grande. A construção desses palacetes, conjuntamente com o investimento público no aperfeiçoamento da infraestrutura no seu entorno, caracterizou o desenvolvimento da cidade de Jaguarão ao longo do século XIX, significando a configuração de um tipo de urbanidade ligada a uma elite rural, que demonstrava seu poderio econômico na fachada de suntuosas residências.

Na figura, 03 a seguir, pode-se ver uma rua do centro urbano do município contígua à praça principal, com as residências da elite perfeitamente alinhadas e com fachadas no estilo eclético³, em cópia dos modelos europeus. A praça principal, um dos únicos locais arborizados da cidade, recebeu investimentos da administração local, valorizando os imóveis do entorno, num exemplo claro do tipo de planejamento urbano efetuado em favorecimento de determinada classe social. O esgotamento da economia do charque e do comércio fronteiriço e o desenvolvimento da economia na metade norte do Rio Grande do Sul, dificultou que o centro urbano passasse por uma renovação arquitetônica até meados dos anos 1960, quando se iniciou um modelo novo de planejamento urbano calcado na ideologia do regime militar de 1964.

³ O estilo eclético de arquitetura surgiu na Europa e expressava a conjugação de vários estilos arquitetônicos, como o neogótico e o clássico, demonstrando a técnica advinda da revolução industrial. No Brasil, foi utilizado como distintivo da elite, que buscava se aproximar do estilo de vida urbano europeu.

FIGURA 3 – Praça central de Jaguarão e entorno.



FONTE: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

O Golpe Militar de 1964 e a política de planejamento urbano em Jaguarão

Em 1º de abril de 1964, foi concretizado o golpe militar contra o governo do presidente da República João Goulart, instaurando uma ditadura militar que perduraria por 21 anos. Ideologicamente, os militares golpistas se consideravam como nacionalistas e verdadeiros guardiões da democracia, argumentando que o movimento se tratava de uma revolução que viria a salvar o país de uma ditadura sindicalista. Em síntese, o que deveria ser transitório para alguns setores da sociedade que apoiaram o golpe com esta premissa, tornou-se permanente, e sob a aparência da legalidade, a qual desde seu início procurou manter e organizar a estrutura do Estado.

No âmbito do planejamento urbano, o regime buscou implementar ações que, segundo pensavam, iriam solucionar a crise urbana advinda da migração da população do campo para a cidade e dos problemas advindos da falta de dinamismo da economia, a qual responsabilizavam os governos democráticos anteriores, chamados por eles de populistas. O fortalecimento dos técnicos e soluções ditas científicas afastariam, em sua visão, a politização partidária das decisões governamentais na área do planejamento, estabelecendo

planos a curto e médio prazo, com diretrizes centralizadas no governo federal. Neste sentido, esclarece Jahn Verri (2014):

Com o intuito de fortalecer o Poder Executivo e otimizar a burocracia estatal, os governantes priorizaram respostas nacionais e que induzissem a eficiência máxima da máquina administrativa, despolitizando, assim, a gestão do país. Ana Gláucia Mendes defende que a adoção e a implementação de reformas e programas de governo levariam os militares a reformular e a expandir a ordenação político-administrativa do Brasil, resultando em uma nova estrutura de poder na denominada “tecnoestrutura”, onde o papel do técnico seria fortalecido. (2014, pág. 83):

Ou seja, um regime de exceção, que precisava da legitimação da sociedade para permanecer no poder, apoiou-se na estrutura burocrática do Estado, fortalecendo quadros técnicos cooptados com a concessão de vantagens na carreira e salários, para que fossem adotadas medidas que satisfizessem determinados setores da sociedade, com forte impacto na opinião pública. Através da política de planejamento urbano, calcada especialmente na construção civil, viria a ser suprido o desemprego das massas trabalhadoras com baixa instrução de ensino formal, assim como produziria generosos lucros para o setor empresarial. Dessa forma, conforme acreditavam, o país sairia rapidamente da grave crise econômica, que havia mergulhado no início dos anos 1960, e ainda possibilitaria alinhar a economia brasileira com as economias capitalistas centrais. Ainda a este respeito, aponta-nos Jahn Verri (2014):

O objetivo do Estado com a atualização do aparato burocrático-institucional, portanto, era levar adiante uma política nacional de desenvolvimento urbano e completar sua inserção junto ao processo de crescimento econômico e social do país, além de conciliá-la com os demais planos e projetos do governo [...]. Estas estratégias faziam parte de um projeto maior, do chamado “Brasil Grande”, na tentativa de alçar a nação ao lugar de grande potência. (2014, pág. 87)

Neste contexto social e político estava o município de Jaguarão, localizado em uma área de fronteira sensível para a segurança

do regime, haja vista a facilidade de circulação de pessoas e mercadorias com o Uruguai, porta de entrada e saída de possíveis opositores do governo ilegítimo. Nesse período, a economia da cidade continuava a depender da agricultura e da criação de gado, concentrada em grandes latifúndios, em poder de poucos proprietários, que constituíam a elite econômica do município, descendentes dos grandes proprietários do passado fundador do município. Esses latifundiários ainda tinham influência na política local, elegendo seus representantes para o executivo e legislativo municipal.

Embora no período democrático, após a Constituição de 1946, tivessem diminuído seu poder autoritário sobre as demais classes sociais da cidade, esse controle foi novamente fortalecido com a chegada dos militares ao poder, principalmente depois que os prefeitos foram nomeados pelo governo central, quando do enquadramento de Jaguarão como Zona de Segurança Nacional, em 1968.

Entretanto, quando foi dado o golpe em 1964, a cidade de Jaguarão se encontrava sob a administração do prefeito Rubens Gonçalves Marques, oriundo da classe proprietária rural e descendente da família de Bento Gonçalves da Silva⁴, que estava alinhado com o regime militar. Esse prefeito foi assim descrito pelo articulista do jornal local, A Folha:

O edil do município, homem moço e realizador, está trabalhando, afanosamente, no intuito de encontrar soluções adequadas para os problemas da comuna, dedicando-se a fundo, para fazer uma administração tão brilhante, ou quiçá, mais aprimorada ainda que a do seu antecessor, num verdadeiro atestado do quão são capazes os descendentes do ínclito varão General Bento Gonçalves da Silva, um dos heróis da Revolução Farroupilha (A FOLHA, 16/07/1964).

O prefeito anterior, mencionado na reportagem foi Odilo Marques Gonçalves, parente de Rubens Marques, eleito para o mandato em 1959. Rubens Gonçalves Marques, em sua administração, realizou

⁴ Bento Gonçalves da Silva, militar que encabeçou a Revolução Farroupilha, em 1835, foi Comandante da Fronteira, sediado em Jaguarão, em 1828, e seu irmão Manoel Gonçalves da Silva, foi Presidente da Câmara Municipal em 1836, apoiando os revolucionários. Os descendentes deste último dominaram a política local e um de seus membros, Carlos Barboza Gonçalves, foi Presidente do Rio Grande do Sul, em 1908.

aquilo que seus antecessores tinham feito, ou seja, atender os interesses da elite local à qual pertencia, através de projetos que viabilizassem o escoamento da produção agrícola e o melhoramento da infraestrutura do centro urbano, onde estavam localizadas as residências dos grandes proprietários rurais. Nesse sentido, assim era descrito o plano de gestão do prefeito pelo articulista do jornal A Folha:

Em consequência desse e de outros fatores, nota-se imensa preocupação dos poderes municipais, nestes últimos anos, em dotar o município de boas estradas, complementadas por magníficas obras de arte e, bem assim, em dinamizar os trabalhos de pavimentação da cidade, atendendo ainda, a reparação das ruas suburbanas, onde já existem trechos otimamente encascalhados e outros com uma espécie de balastro, iniciativas que bem atestam as qualidades de prefeitos como Odilo Marques Gonçalves e Dr. Rubens Marques Gonçalves (A FOLHA, 16/07/1964).

Nessa conjuntura, em que à ditadura militar planejava o “Brasil Grande” com a intenção de elevar o país à condição de país industrializado, às áreas periféricas de economia, baseada na produção primária como a região do município de Jaguarão, caberia fornecer a matéria-prima aos centros industrializados, o que deixava pouca margem para a dinamização de sua própria economia e conseqüente desenvolvimento urbano. A concentração de renda existente em uma elite proprietária de terras dificultava ainda mais o processo de desenvolvimento da cidade, causando a precarização das áreas periféricas, onde se concentrava a massa da população desprovida economicamente, tendo as suas reivindicações atendidas através da benemerência da elite, como demonstra reportagem do jornal A Folha:

Atestado vivo e indesmentível do que estamos afirmando pode ser visto nas grandes obras, já realizadas, da Cidade dos Meninos, no lugar denominado Balança Municipal, nas imediações da Charqueada, além de outras realizações não menos importantes, tais como o Lar dos Meninos “Augusto Leivas”, o Asilo “Felisbina Leivas”, abrigo para velhas e órfãs, deixando de lado tantas outras entidades filantrópicas, fundadas e custeadas, quase que totalmente, com a contribuição daqueles que reconhecem que “é preferível dar a ter que pedir” (A FOLHA, 16/07/1964).

Ao regime militar interessava o fortalecimento da elite rural do município de Jaguarão através de subsídios financeiros por órgãos governamentais na forma de construção de prédios para sediarem instituições bancárias, agências estas que realizavam o financiamento dos produtores rurais. O principal banco que fazia este serviço era o Banco do Brasil, o qual resolveu construir um novo prédio para sua agência em Jaguarão, conforme noticiado no jornal A Folha:

Segundo fomos informados pelo sr. Darcy Fonseca, operoso Gerente do Banco do Brasil, nesta cidade, dentro de dois anos, aproximadamente, estará, essa importante entidade de crédito, funcionando em confortável e amplo prédio próprio. Para isso, já foi adquirido, por doze milhões de cruzeiros, a antiga casa do “Largo da Bandeira”. Sucessão Mario Bretanha, onde, em breve, será iniciada a construção do moderno e belo edifício, que não só servirá de merecido conforto aos funcionários e clientes do Banco do Brasil, como também de embelezamento para Jaguarão (A FOLHA, 20/02/1964).

A casa citada na reportagem havia sido erguida em 1877 e pertenceu ao Conselheiro do Império, Henrique D’Ávila, a qual formava um conjunto arquitetônico com os prédios do entorno da praça central, porém, naquele momento, estava em precárias condições de conservação. O centro urbano de Jaguarão era composto desse tipo de imóveis de características ecléticas, que haviam sido construídos pela elite agrária do século XIX, e simbolizavam o poderio econômico de seus proprietários.

Todavia, no período da década de 1960, interessava ao regime militar e à elite local demonstrar um aspecto de desenvolvimento econômico ligado aos novos tempos de racionalidade técnica que se quis imprimir ao Estado. Nesse sentido, a demolição de um antigo casarão, ainda que ligado à elite agrária, e sua substituição por um novo prédio, com arquitetura moderna, coadunava com esse tipo de política de planejamento urbano, ao mesmo tempo que permitia à elite local participar do esforço do regime no planejamento urbano, com a venda de uma de suas propriedades que estava em desuso⁵.

⁵ Em valores corrigidos, o prédio que foi vendido ao Banco do Brasil atingiu o valor de R\$ 468.167,17. Valor considerável para a época, haja vista o reduzido mercado imobiliário do município naquele período.

A construção da agência do Banco do Brasil no local mais privilegiado da cidade de Jaguarão foi o início de uma política de planejamento urbano centrada na demolição de antigos prédios de estilo eclético e a construção de novos prédios em estilo moderno, durante a ditadura militar no município. Essa política visava fortalecer a elite agrária local através da aquisição de seus imóveis em desuso no centro urbano e dinamizar o mercado da construção civil com estes projetos, que demandariam a contratação de mão de obra e materiais dos comerciantes da região.

Em 18 de junho de 1970, foi inaugurado o novo prédio da agência do Banco do Brasil em Jaguarão, sendo o momento propício para apresentar a propaganda da ditadura militar, como ficou demonstrado na reportagem do jornal A Folha:

Seguiu-se com a palavra o Chefe Executivo de Jaguarão Darnô Fonseca, dizendo, entre outras coisas, que agradecia, em nome da coletividade, a construção do novo prédio da Agência, que tanto veio embelezar a nossa cidade, tecendo encomiásticas referências ao Gerente Edson Miranda. Dando sequência às homenagens ao Dr. Nestor Jost, o Deputado Vasco Amaro da Silveira Filho, proferiu magnífica peça oratória, toda ela versando sobre a vida, o dinamismo e a carreira política do atual Presidente do Banco do Brasil, que tem servido à Nação com verdadeiro ardor cívico e patriótico (A FOLHA, 27/06/1970).

Os quadros políticos de alto escalão da ditadura militar estavam representados na inauguração, como o presidente do Banco do Brasil, Nestor Jost⁶, e o deputado federal Vasco Amaro⁷,

⁶ Nestor Jost nasceu em Candelária (RS) em 10/07/1917. Foi deputado federal de 1951-1961, presidente do Banco do Brasil de 1967-1974 e Ministro da Agricultura em 1984-1985. Como deputado federal atuou contra o monopólio do petróleo em 1952. Apoiador do golpe, teve destaque como membros da Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jost-nestor> Acessado em 28/08/2018.

⁷ Vasco Amaro da Silveira Filho nasceu em Pelotas, em 09/09/1911. Foi deputado federal de 1967-1979, sendo ruralista e agricultor de destaque na região de Pelotas e Jaguarão. Foi presidente da Federação das Cooperativas de Arroz do Rio Grande do Sul e Diretor da Cooperativa Orizícola de Jaguarão. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/vasco-amaro-da-silveira-filho> Acessado em 28/08/2018.

além do prefeito nomeado, configurando um alinhamento político e ideológico entre as várias instâncias de poder, como demonstram as palavras do deputado federal Vasco Amaro, conforme consta na reportagem do jornal A Folha:

Durante a homenagem usaram da palavra o deputado federal Vasco Amaro da Silveira, que, após elogiar a personalidade de Nestor Jost, teceu comentários sobre o desenvolvimento nacional e principalmente, sobre o desenvolvimento socioeconômico do homem do campo, destacando a atuação do Presidente Garrastazu Médici e do Ministro da Agricultura Rui Cirne Lima. Abordou ainda o deputado Vasco Amaro a atual situação da agricultura sul-riograndense, pedindo uma maior atenção das autoridades monetárias para a orizicultura sulina, e pintando o quadro da atual situação dos lavoureiros de arroz (A FOLHA, 27/06/1970).

No discurso do deputado, representante dos interesses dos grandes latifundiários da metade sul do RS, transparece a política que foi utilizada pela ditadura militar para se legitimar perante a elite agrária, qual seja, a de fornecer subsídios financeiros através de bancos estatais, com prazos dilatados e, até mesmo, perdão parcial das dívidas, rotina essa que se tornou padrão na política econômica brasileira. Em uma cidade como Jaguarão, oriunda de um acampamento militar e controlada desde seu início por grandes proprietários de terras, a política da ditadura militar reforçou a exclusão da maioria da população do município, do acesso à terra e à renda qualificada, porém, o discurso que era veiculado pela mídia local procurava apresentar que o progresso estava chegando à cidade por meio destas políticas, e elas seriam benéficas a toda a população.

Na figura, 04 a seguir, pode-se observar o prédio da nova agência do Banco do Brasil, em Jaguarão, construída em estilo moderno e tendo no seu entorno os palacetes de estilo eclético do século XIX. Esse tipo de arquitetura moderna representava o modelo de progresso técnico e econômico desejado pelo regime militar, em contraste com a arquitetura eclética, que era simbolizada como o atraso a ser superado.

FIGURA 4 – Agência do Banco do Brasil.



FONTE: Acervo do autor (2016).

Especulação imobiliária e o centro urbano

Além da construção da agência do Banco do Brasil, outros empreendimentos foram realizados pela iniciativa da elite local, através de uma sociedade composta de proprietários rurais, comerciantes e políticos, denominada de Sociedade Hoteleira e Imobiliária Jaguarense (SOJAL), a qual era proprietária de um cinema chamado Regente, um dos maiores do interior do Rio Grande do Sul. Esta sociedade foi a idealizadora do projeto de um hotel, que foi construído em frente à praça principal da cidade, a pouca distância da agência do Banco do Brasil, tendo sido demolido um grande prédio de estilo eclético que abrigava um hotel de nome Susini.

Na figura 05, a seguir, apresenta-se o antigo prédio do hotel Susini, em estilo eclético do final do século XIX, o qual representava, de forma inequívoca, o tipo de cidade que a elite queria representar naquele período. No entanto, esse tipo de arquitetura não se coadunava mais com o simbolismo que o regime militar queria representar através da arquitetura moderna, a qual demonstraria uma sobriedade e tecnicidade apropriadas aos novos tempos, fazendo com que a elite local optasse pela demolição desses palacetes para a construção de um edifício moderno, como se pode observar na figura 06 seguinte.

FIGURA 5 – Antigo hotel Susini.



FONTE: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

FIGURA 6 – Hotel construído no local do Hotel Susini.



FONTE: Acervo do autor (2018).

Em 05/07/1970, foi inaugurado o novo hotel, denominado de Sinuelo, com grande pompa e apresentando suas dependências para a elite e membros da imprensa, como foi descrito pela reportagem do jornal A Folha:

Dando início a solenidade, o atual Diretor Presidente da SHJL, Dr. Rubens Marques, que, como as pessoas presentes também se encontrava no pórtico do Hotel Sinuelo, convidou-as a penetrar no recinto, tendo a seguir, o Padre Florêncio Lunelli dado a benção ao edifício, falando depois, como orador oficial, o Dr. Luiz Fernando Garcia de Azevedo, dizendo da satisfação dos realizadores daquele empreendimento de tão grande vulto e de tanta importância para Jaguarão, lembrando ainda, o nome do seu idealizador e líder, saudoso Odilo Marques Gonçalves, mencionando também, o do Diretor das Obras, Sr. Ely Chagas, que desde a demolição do antigo prédio Susini Hotel já começara a prestar sua parcela de bons serviços (A FOLHA, 19/07/1970).

Sintomático de como a elite local controlava a economia e a política, estava no fato de o diretor-presidente da SOJAL naquele período ser o ex-prefeito até 1968, Rubens Gonçalves Marques, e do idealizador do hotel Odilo Marques Gonçalves, também ex-prefeito do município de Jaguarão, ambos grandes proprietários rurais. A SOJAL, além de construir esse hotel, adquiriu o Cine Teatro Esperança, outra construção datada do final do século XIX e localizada no centro histórico da cidade, segundo relatado no jornal A Folha:

Sempre foi pensamento da Sojal, desde sua fundação, não ficar restringida, tão somente, a construção da majestosa casa de espetáculos públicos – Cine Regente – elogiado, em todo o estado como um dos mais luxuosos no seu gênero, especialmente no que respeita a chamada Sala de espera. Mais tarde, os membros da Sojal adquiriram as ações do Cine Teatro Esperança, tendo, agora ultimamente, mandado introduzir inúmeras remodelações no mesmo, devendo, no próximo dia 20, domingo, ser feita sua reabertura, o que está sendo esperado ansiosamente (A FOLHA, 17/09/1964).

Essa sociedade tinha o objetivo, como explicitado na reportagem do jornal A Folha, acima, de realizar empreendimentos

imobiliários na cidade de Jaguarão, tão diversificados como um cinema, um teatro e um hotel, em locais privilegiados do centro urbano. Nota-se que, a partir de 1964, a SOJAL teve uma atuação maior no município, com a construção do hotel e a aquisição do teatro, este último possuía uma área aos fundos que tinha um acesso pela rua lateral, que servia de entrada de serviço, a qual foi também objeto de especulação imobiliária da sociedade, conforme descrito no jornal A Folha:

Circulam rumores de que, em cima da Sala de Espera do Cine T. Esperança, serão erigidos dois amplos salões, um destinado a Café e outro a Restaurante, mais uma iniciativa da Sojal, a ser concretizada talvez no fim deste ou no princípio do ano próximo vindouro. Também faz parte do seu programa a construção de inúmeras garagens, destinadas a aluguel, e que serão levantadas na rua Barbosa Neto, no terreno lateral do Teatro Esperança (A FOLHA, 17/09/1964).

Considerações finais

Neste artigo, se procurou analisar o planejamento urbano na cidade de Jaguarão a partir do golpe militar de 1964, especificamente a relação existente entre a política federal e a elite local, em projetos de empreendimentos imobiliários no centro histórico do município. Esta política foi facilitada com a inclusão da cidade de Jaguarão na chamada Zona de Segurança Nacional, que teve por consequência a nomeação de prefeitos escolhidos pela ditadura militar, dentre os membros da elite local.

Essa elite teve origem nas doações de terras pela coroa portuguesa aos militares, que realizaram a invasão do território espanhol às margens do rio Jaguarão, estabelecendo-se como criadores de gado, ao mesmo tempo em que controlavam a administração local por meio da eleição de seus representantes a câmara municipal, a quem cabia no Império a função do planejamento urbano. Mais tarde, os criadores de gado constituíram as charqueadas, e conjuntamente com os comerciantes mais abastados, construíram palacetes no centro urbano da cidade, onde foram concentrados os recursos públicos para a infraestrutura.

Dessa forma, os descendentes dessa elite agrária controlaram, ao longo da história do município, a economia e a política,

resultando na utilização do poder público para seus interesses, denotando um tipo de planejamento urbano excludente e autoritário, o qual foi reforçado pela ditadura militar após 1964, que tinha o interesse de cooptar a elite agrária para a legitimação do regime. Isso foi viabilizado com a liberação de recursos financeiros para a construção civil, no centro histórico, e também no financiamento da agricultura por meio de bancos estatais.

Assim sendo, a construção de uma agência do Banco do Brasil permitiu que a elite agrária obtivesse lucros com a venda de um imóvel de sua propriedade e, ao mesmo tempo, participasse da política de desenvolvimento econômico da ditadura militar, calcada na transformação de áreas periféricas em fornecedora de matéria-prima para os grandes centros, sendo, desta forma, incluídas no moderno sistema capitalista, dentro da política do Brasil Grande, propagandeada pelos militares. Também a elite local participou dessa política com a especulação imobiliária no centro histórico, adquirindo um teatro e construindo um hotel, destinados a auferir maiores lucros e concentrar ainda mais a renda nessa classe de proprietários, o que foi o resultado dessa política de planejamento urbano implementada pela ditadura militar na cidade de Jaguarão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FRANCO, Sérgio da Costa. **Origens de Jaguarão: 1790-1833**. 2. Ed. – Porto Alegre: Editora Evangraf Ltda., 2007.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE JAGUARÃO. **Planta da Guarda do Serrito levantada pelo Sargento-mor do Real Corpo de Engenheiros João Vieira de Carvalho em 1815**. Jaguarão, 2016.

_____. **Fotografias antigas da cidade de Jaguarão, século XIX-XX**. Jaguarão: 2016.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Mapa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Álbum de aquarelas e desenhos, cenas de viagem, tipos e costumes do Brasil, especialmente do Rio Grande do Sul de Rudolf Herrmann Wendroth. Porto Alegre, 2016.

VILLAS BÔAS, Alexandre dos Santos. **A Incitação do Medo: repressão no princípio da ditadura militar de 1964 em Jaguarão – RS**. Espaços e sociabilidades no mundo ibero-americano / organização Vinicius Leandro Pereira Gonçalves. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2018.

Jornal A Folha – Vespertino Independente. 1964-1975. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Jaguarão: 2016.

JAHN VERRI, Fernanda. **O planejamento urbano integrado e a atuação do SERFHAU no Rio Grande do Sul (1964-1975)**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Porto Alegre: 2014.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Dicionário de verbetes biográficos**. Verbetes biográfico de Nestor Jost. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/jost-nessor> Acessado em 28/08/2018.

_____. **Dicionário de verbetes biográficos**. Verbetes biográfico de Vasco Amaro da Silveira Filho. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/vasco-amaro-da-silveira-filho> Acessado em 28/08/2018.

A “ERA DOS FESTIVAIS” EM RIO GRANDE/RS

Leandro Braz da Costa

*“Dê-me um bando de músicos
e conduzirei o povo
para o circo ou para a guerra.”*
Napoleão Bonaparte.

Desde a realização do primeiro festival de música no Brasil, no limiar do século XX, na cidade do Rio de Janeiro, esses eventos foram caracterizados como importantes espaços destinados à exposição, divulgação e estímulo das manifestações culturais vinculadas às práticas musicais, os quais rapidamente obtiveram a adesão dos artistas e o prestígio por parte dos expectadores que interagiam com a produção musical apresentada, ocasionando sua gradativa disseminação por todo o país.

Ao longo de sua trajetória secular, os festivais de música foram idealizados, organizados e promovidos por diversos segmentos da sociedade brasileira através de companhias teatrais, emissoras de rádio e televisão, gravadoras, movimentos estudantis e sindicais, entre outros, os quais em determinados períodos da história do país, fizeram uso desses eventos motivados por diferentes interesses.⁸

Entre os muitos festivais de música realizados até os dias de hoje, em nosso país, os mais evidenciados pela historiografia, bem como abordados por outras áreas do conhecimento, foram os festivais de música da televisão, que tiveram sua gênese logo após o Golpe Civil-Militar de 1964 e acabaram promovidos pelas emissoras Excelsior, Record, Rio e Globo entre os anos de 1965 a 1985⁹,

⁸ Cf. PARANHOS, Kátia Rodrigues. *Os festivais de música dos trabalhadores do ABC paulista: tradições culturais, canções e vozes do Brasil*. Anais do VII Congresso da Associação Internacional para o Estudo da Música Popular na América Latina. (Havana) Cuba, 2006, p. 5 a 10.

⁹ Cf. MELLO, Zuza Homem de. *A Era dos Festivais: Uma Parábola*. São Paulo: Ed. 34, 2003.

e revelaram ao público brasileiro e do exterior uma diversificada gama de intérpretes, de compositores e de instrumentistas¹⁰.

Na década de 1970, em muitos eventos dessa natureza, houve predomínio da “música denominada jovem, transformando-se em clima do não conformismo, da crítica e agressividade às instituições”¹¹. A produção identificada com a sigla MPB (Música Popular Brasileira) passava por sua fase de consolidação, inserida em uma nova cultura de consumo, impregnada pelas imagens de “modernidade”, “liberdade” e “justiça social”, durante a fase mais autoritária do Regime Militar, que incidia o controle através da vigilância, da repressão e da censura a todos os setores da vida nacional, incluindo grande parte da atividade autoral dos artistas brasileiros¹², dentre as quais é possível citar, como exemplos, as canções *Cálice* (1973), de Chico Buarque e Gilberto Gil, e *Samba da Esperança* (1973) de Vinicius de Moraes e Toquinho.¹³

O vínculo envolvendo a realização de festivais de música, artistas e o meio jovem e universitário também ocorreu na Região Sul do Brasil, na cidade do Rio Grande, no decorrer da década de 1970. Estudantes universitários e secundaristas, acrescidos da participação de diversos setores que compunham a sociedade riograndina, promoveram ao longo de sete anos – de 1970 a 1976 – a realização de oito festivais de música.

Os festivais de música na cidade do Rio Grande tiveram sua gênese quando os estudantes da Escola de Engenharia da recém-federalizada Universidade do Rio Grande, realizaram o 1º Festival Universitário de Música Popular (1º FUMP), inserido no calendário de atividades da 1ª Semana Acadêmica da Engenharia.¹⁴

¹⁰ Cf. TINHORÃO, José Ramos. *Música Popular: do Gramofone ao Rádio e TV*. São Paulo: Ática, 1981, p. 178.

¹¹ NAPOLITANO, Marcos. *A MPB sob suspeita: a censura musical vista pela ótica dos serviços de vigilância política (1968-1981)*. Revista Brasileira de História. São Paulo, V. 24, n.º 47, 2004, p. 107.

¹² Cf. NAPOLITANO, Marcos. *A música popular brasileira dos anos 70: resistência política e consumo cultural*. Participação no IV Congresso de la Rama latinoamericana del IASPM (Cidade do México, abril de 2002), p. 11.

¹³ Cf. SILVA, Alberto Moby Ribeiro da. *A breve e profícua vida do compositor popular Julinho da Adelaide*. In: História: Questões & Debates, Editora da UFPR, Curitiba, n. 31, 1999, p. 57.

¹⁴ Cf. O Peixeiro: Rio Grande – RS; 19/04/1970, p. 9.

Mesmo sem contar com o comprometimento e com a presença numerosa dos acadêmicos da Engenharia, o evento foi um sucesso de público. Durante os dois dias de duração do festival, o anfiteatro da Escola esteve totalmente lotado de espectadores. Na primeira etapa, foram apresentadas dezoito canções. Desse total, dez composições disputaram o cobiçado troféu “Abelha de Ouro” (abelha porque é o inseto símbolo do Curso de Engenharia). Após um debate acirrado entre os julgadores, o primeiro lugar ficou com a composição ‘Ninguém’, o segundo com ‘Transtorno ao retorno à minha aldeia’ e o terceiro com ‘Motivação’. A menção honrosa foi oferecida a canção ‘Terra de amor’¹⁵.

O Jornal Rio Grande, único veículo da imprensa escrita com periodicidade diária circulando na cidade até meados da década de 1970, não destinou uma única linha sequer a respeito desse evento. Somente o Semanário “O Peixeiro”, ofereceu dois breves, porém valiosos, registros sobre o festival. Outras poucas linhas foram escritas pelo historiador Mario Osório Magalhães, com base nos testemunhos de pessoas que estiveram envolvidas com o evento. Conforme o historiador:

Em 1970, o Diretório promoveu o 1º Festival Universitário da Canção, como parte das comemorações da 1ª Semana da Engenharia. O evento ocorreu no anfiteatro da própria Escola, durante duas noites, sendo a comissão julgadora presidida por Ayres Pastorino, cujo programa, na Rádio Tupanci de Pelotas, era na época audiência obrigatória. Também participou do júri o radialista Américo Souto, da Rádio Riograndina. A decoração e iluminação ficaram entregues aos acadêmicos Dinei Neves Gonçalves e José Luiz Fonseca da Silva, que pintaram atrás do palco um grande painel com o símbolo do festival: uma engrenagem atravessada por uma rosa vermelha... José Luiz Antonacci Carvalho, um dos apresentadores do festival... lembra ainda que a disputa foi embalada pelo conjunto The Dizzy [...]¹⁶

Em entrevista, José Luiz Antonacci Carvalho descreve com maior clareza e riqueza de detalhes as intenções do Diretório Acadêmico da Engenharia em propor, promover e realizar o 1º FUMP:

¹⁵ Cf. O Peixeiro: Rio Grande – RS; 17/05/1970, p. 3.

¹⁶ MAGALHÃES, Mario Osório. *Engenharia, Rio Grande: História & algumas histórias*. Pelotas: Ed. Armazém Literário, 1997, p. 33.

[...] fui o apresentador e participei ativamente do grupo que organizou o evento. Aliás, a realização do Festival foi uma iniciativa do Diretório Acadêmico da Engenharia (DAEEI). Anualmente no aniversário da Escola o Diretório organizava a Semana da Engenharia, durante a qual realizava um conjunto de eventos para marcar a data. Naquele ano o Festival fez parte da referida semana. A ideia inicial dos organizadores era de promover um festival universitário para marcar o aniversário da Escola, mas sem grandes expectativas. Todavia, à medida que se aproximava a data ele foi tomando corpo. Houve um grande número de inscritos, o que obrigou a organização a limitar o número de participantes. No dia do evento não havia lugares no auditório, suficientes, para atender a procura.¹⁷

Sem expectativas em relação ao evento por parte do DAEEI, tanto no que diz respeito à adesão do público quanto à participação dos artistas e a comunidade acadêmica, a partir do 1º FUMP começou a gradativa consolidação em Rio Grande da realização anual de eventos dessa natureza, inicialmente promovidos por estudantes universitários e, logo em seguida, por secundaristas, e perduraram até meados da década de 1970.

José Luiz Fonseca da Silva, um dos responsáveis pela decoração e iluminação que deveria tornar o evento mais atrativo aos olhos dos expectadores e participantes, relatou que a pintura do painel contendo uma engrenagem atravessada por uma rosa vermelha, colocada no fundo do palco onde foram realizadas as apresentações musicais, tinha relação simbólica de identificação com a Engenharia, na qual “a rosa vermelha significava a poesia e o amor que aquele festival pretendia transmitir. Com este espírito foi concebido aquele símbolo numa época onde, paz e amor, era uma grande onda.”¹⁸

Em clima de festa, de comemoração, de paz e de amor, o DAEEI buscou, através do FUMP marcar a passagem da Semana Acadêmica, identificando-o ao movimento hippie que ganhava força em todo o país e as manifestações sociais contra a Ditadura, que ocorreram em 1968, – Ano Internacional dos Direitos Humanos – como, por exemplo, a Passeata dos Cem Mil.¹⁹ Além disso,

¹⁷ Entrevista cedida em 16/08/2011.

¹⁸ Entrevista cedida em 03/08/2011.

¹⁹ Para maiores detalhes, consultar: VENTURA, Zuenir. 1968: *O ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

como ressalta um dos organizadores e apresentador do FUMP, José Luiz Antonacci Carvalho:

A Semana da Engenharia tinha a finalidade de integrar e de ser um momento de reflexão... Não podemos esquecer que naquele momento havia algumas iniciativas de reorganização do movimento estudantil, depois de um período muito conturbado vivido em 1968. Naturalmente que subjacente às finalidades de integração e de reflexão, o evento foi um meio de se extravasar alguns descontentamentos e de protestar contra a pouca liberdade de expressão vivida naquele período.²⁰

Além do caráter festivo e de comemoração, o FUMP cumpriu algumas das finalidades definidas pelo DAEEI para a Semana Acadêmica de 1970, sobretudo devido ao fato de que eventos musicais possuem grande capacidade de integração social. Nesse sentido, o FUMP foi utilizado pelo DAEEI como instrumento para alcançar alguns dos objetivos definidos pelo movimento estudantil. Para tanto, foi preciso que músicos, intérpretes, compositores, acadêmicos de diversos cursos e o público em geral participassem do evento, mas não necessariamente à proposta implícita de seus organizadores, que visava, entre outras coisas, oportunizar um espaço de socialização da produção musical local, contando também com o fato de que as concepções sociais dos compositores, expostas através do conteúdo de suas canções, pudessem incitar o público à reflexão e à crítica ao regime político vigente na época.

Antes mesmo de contar com a adesão dos músicos, dos intérpretes, dos compositores e do público em geral, o primeiro festival de música realizado em Rio Grande após o Golpe de 1964 acabou rapidamente chamando a atenção. Conforme José Luiz Antonacci:

Dois dias antes da data prevista para acontecer o Festival um delegado da Polícia Federal contactou a organização do festival para comunicar que todas as letras das músicas inscritas deveriam ser submetidas previamente à apreciação da Polícia Federal. Se assim não fosse feito o evento não seria autorizado. Sob protestos, naturalmente, a determinação foi cumprida, isto é, as letras de todas as músicas

²⁰ Entrevista cedida em 16/08/2011.

que seriam apresentadas foram entregues para a Polícia Federal. Poucas horas antes de iniciar o evento todo o material foi devolvido. O resultado foi que algumas letras sofreram cortes.

A realização de um evento de cunho sociocultural festivo, organizado por estudantes universitários e pautado pela produção musical autoral, acabou rapidamente repercutindo entre os órgãos repressivos que atuavam em Rio Grande. Neste caso, a imposição de censura prévia acabou ocorrendo em virtude do monitoramento efetuado pela ótica da suspeição em detrimento de quaisquer atividades que indicassem a tentativa de reorganização do movimento estudantil em Rio Grande e suas articulações com o restante do país.

Corroborando com o que foi exposto anteriormente, retomo as considerações de Mário Osorio Magalhães acerca do caso envolvendo censura musical no contexto do FUMP. O trecho abaixo também descreve o que possivelmente foi o primeiro caso de censura musical, voltada à produção autoral dos compositores no contexto da realização de festivais de música em Rio Grande.

[...] é digno de registro um acontecimento de bastidores: como 1970 era época de repressão política, as letras das músicas, sendo inéditas, deviam ser submetidas à censura prévia... Depois de muita “conversa e choro”, o delegado concordou com a realização do evento, desde que fosse ele próprio o censor e que os textos lhe fossem entregues com dois dias de antecedência. Leu tudo, exigiu algumas modificações e autorizou a apresentação. Nos dois dias do festival lá estava ele, acompanhado por dois auxiliares. Mas, é claro, as letras foram apresentadas sem qualquer alteração. Como resultado, as gravações realizadas por Ayres Pastorino, e que seriam apresentadas no seu programa semanal, ficaram proibidas de ir ao ar.²¹

Esse caso de aplicação de censura prévia e a *posteriori*, devido ao descumprimento das ordens dos censores, acabou comprometendo a difusão radiofônica das canções apresentadas no FUMP, excluindo completamente quaisquer possibilidades de contato das composições musicais com um público ouvinte

²¹ MAGALHÃES, Mario Osorio. *Op. Cit.*, p. 34.

mais amplo. Em sua análise acerca da censura aplicada às canções que participaram dos Festivais de Música da Televisão, entre os anos de 1965 a 1969, o pesquisador Ramon Casas Vilarino afirma que a censura, durante a Ditadura Civil-Militar brasileira apresentava-se sob dois ângulos diferentes, os quais:

[...] Uma, repressiva, que diz não, e outra, disciplinadora, que incentiva uma certa orientação. Dessa forma, a censura do período militar se define menos pelo veto e mais pela repressão seletiva. Censuram-se livros, mas não a indústria cultural; peças teatrais, mas não o teatro; filmes, mas não o cinema; músicas, mas não a indústria fonográfica.²²

O ato institucionalizado de censurar se apresentava de modo multifacetado, devendo, inclusive, através do poder atribuído pelo Estado autoritário brasileiro aos censores, adaptar-se a cada situação encontrada, até porque “os assuntos censurados variavam conforme a conjuntura política”²³, e, rotineiramente eram reorientados pelo Ministério da Justiça. Em outras palavras, a censura enquanto “política de Estado”²⁴, foi utilizada como um instrumento de veto e acabou silenciando muitos artistas brasileiros, sem precisamente ou rigidamente obedecer a um padrão estabelecido ou definido, como ocorreu com os compositores que participaram do 1º FUMP, em 1970, ainda que o evento e as canções não estivessem necessariamente inseridas no determinismo econômico que orienta os argumentos expostos por Ramon Vilarino.

Censurados previamente, alguns artistas resolveram não acatar a interferência dos censores em suas composições, o que acabou ocasionando posteriormente uma ação arbitrária proibitiva, que se estendeu punitivamente a todo o grupo de artistas, até mesmo àqueles que não possuíam quaisquer vetos em relação ao conteúdo de suas canções. A iniciativa dos artistas riograndinos em descumprirem as ordens dos censores selou para sempre a não divulgação de grande parte da construção musical exposta durante esse evento.

²² VILARINO, Ramon Casas. *A MPB em movimento: Música, Festivais e Censura*. São Paulo, Ed. Olho D'água, 1999, p. 85.

²³ FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 169.

²⁴ FICO, Carlos. *Além do Golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 90.

Em Rio Grande, entre as muitas causas dos cerceamentos impostos aos artistas que desenvolviam suas atividades com o intuito de participarem desses eventos musicais, soma-se o contexto socioeconômico, marcado por um número expressivo de investimentos, promovidos pelo Governo Federal, nas anteriormente estagnadas e depreciadas infraestruturas portuária e industrial. Também, o fato de que, logo após o Golpe de 1964, Rio Grande acabou retomando a alcunha de Área de Segurança Nacional (ASN), condição que havia vigorado até o ano de 1951²⁵, isso porque o Município foi considerado uma região geopolítica estratégica, que deveria auxiliar na defesa do litoral brasileiro contra possíveis ameaças internas e externas.

O intervencionismo do Regime que se instalou no poder, fez com que rapidamente fossem levadas a cabo diversas prisões e cassações políticas de eventuais opositores, como, por exemplo, do então prefeito do município, Farydo Salomão²⁶, que foi destituído da administração da cidade. Martiniano de Oliveira (oficial da reserva do exército) assume o posto, e logo tratou de garantir a manutenção dos espaços políticos para os interesses dos golpistas, através de operações repressivas denominadas “Operação Limpeza” e “Operação Gaiola”²⁷, ambas coordenadas pela Delegacia de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (DOPS/RS) e que contou com o apoio da Secretaria de Ordem Política e Social do Rio Grande (SOPS/RG)²⁸.

²⁵ Cf. ALVES, Francisco das Neves. *Governo do Prefeito Farydo Salomão*. Revista Biblos. Rio Grande: n° 3, 1990, p. 31.

²⁶ Idem ao n° 6, p. 32.

²⁷ Cf. Jornal Rio Grande: Rio Grande – RS; 07/04/1964, p. 4.

²⁸ Além de centralizar e distribuir as informações obtidas a SOPS/RG foi responsável por uma abrangente área de atuação, que englobava inúmeras cidades como Pelotas, Jaguarão, Chuí, Santa Vitória do Palmar e São José do Norte, e esteve subordinada ao Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (DOPS/RS). Ambos compunham e interagem com a “comunidade de informações”, que tinha como instância máxima o Serviço Nacional de Informação (SNI), que em suas atribuições deveria assessorar o presidente da República na orientação e coordenação das atividades de informação e contra informação com os governos dos Estados, entidades privadas e administrações municipais, através da coleta, avaliação e integração das informações em proveito das decisões do general-presidente e das recomendações e estudos do Conselho de Segurança Nacional (CSN). Como aponta a documentação consultada no Acervo da Luta contra a Ditadura, disponível no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, compunham os braços repressivos da SOPS/RG o 6° Grupo de Artilharia de Campanha

Essas instituições também desempenhavam atividades de espionagem e contra espionagem, através do argumento da suspeição, na qual permeou diversos segmentos da sociedade da época.

Em meio a esse quadro político, econômico e social pautado pelo autoritarismo e pelas práticas repressivas, adentramos a década de 1970, período que representou um marco na história da cidade. No decorrer dessa década, ocorreu de modo enfático a intervenção do Regime, designada pela realização de inúmeros investimentos econômicos que foram canalizados em proveito de uma das principais potencialidades do Município, ou seja, do seu porto marítimo.²⁹

A expectativa criada em torno dos investimentos realizados no Porto do Rio Grande – defendida com unhas e dentes pelos editoriais do Jornal Rio Grande – que deveriam contribuir para o desenvolvimento econômico do município, através da atração de empresas e indústrias que gerariam empregos³⁰, acabou sendo um fator preponderante de aliciamento de parte da população riograndina, que passou a legitimar o Regime. Em contrapartida, na prática, a manutenção das atividades portuárias, fabris e industriais servia de argumento para o recrudescimento das atividades repressivas no município de modo generalizado, o que, conseqüentemente, acabou

(6º GAC – 2ª Seção), Departamento de Polícia Federal (DPF), 6º Batalhão de Polícia Militar (6º BPM), Delegacia Regional de Polícia Civil (7ª DRPol), Centro de Informações da Marinha (CENIMAR/RG).

²⁹ Cf. DOMINGUES, Marcelo de la Rocha. *Superporto de Rio Grande: plano e realidade. Elementos para uma discussão*. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado em Geografia, 1995, p. 19. Para o Superporto, o Distrito Industrial e os Corredores de Exportação no Estado, foram aplicados mais de 4 bilhões de dólares. Em relação ao investimento especificamente no setor secundário, de empresas de fertilizantes e de óleo de soja, as cifras chegaram ao valor de 365 milhões de dólares, acrescido da quantia de 500 milhões de dólares para infraestrutura que abrigaria estas empresas. Nos terminais destinados ao armazenamento de grãos, *containers*, óleos vegetais, produtos químicos e petroquímicos, assim como carga geral foi investidos 129 milhões de dólares. Somados os investimentos, que ainda abrangeram: rodovias, energia elétrica, estruturas ferroviárias, telecomunicações, abastecimento de água e desapropriações, chegam ao montante de 3.041,80 milhões de dólares.

³⁰ Cf. MARTINS, Solismar Fraga. *Cidade do Rio Grande: industrialização e urbanidade (1873-1990)*. Rio Grande: Editora da FURG, 2006, p. 200. Foram criadas 10 mil vagas de trabalho na construção civil, atraindo um grande contingente populacional para a cidade.

impactando negativamente na proposição de novos eventos culturais realizados *in loco* e refletiu no desenvolvimento das atividades dos demais segmentos artísticos que atuavam no Município, a final:

[...] A política do regime militar – dismantelar e pulverizar a cultura brasileira – dedicou minuciosa atenção à área da música, detectada como sendo a forma de expressão preferida da juventude, e aquela com maior eficácia de aglutinação (comprovada nas canções de protesto) e poder de corrosão e perturbação da “paz dos cemitérios”... A repressão atingiu com o napalm de uma censura devastadora e os mísseis da prisão, do exílio e de agressões físicas aos principais nomes da vanguarda sonora.³¹

Retomando a abordagem ao 1º FUMP e, particularmente o caso envolvendo a censura aos artistas riograndinos, as ações arbitrárias dos censores demonstram explicitamente que até mesmo os compositores desconhecidos do grande público teriam suas composições vetadas de maneira parcial ou total, caso o censor assim achasse conveniente.

[...] tornou-se mais evidente e concreta no Brasil durante o Regime Militar, por ter sido institucionalizada, sistematizada, materializada, explicitada, e por tratar-se de um Regime político autoritário... neste momento a censura é guindada à condição de fundamental para a manutenção do Regime, tendo lugar de destaque na rede de controle social, instituída pelo Estado militarizado... É criada, como um cargo público, a função de censor, fato que poucos regimes do período se arriscaram a fazer [...]³²

Porém, é importante mencionar que o cerceamento aos artistas não foi somente institucional. Parcelas da sociedade civil contribuíram para que as censuras ocorressem, pois atuavam como informantes, vigiavam e orientavam os agentes da repressão. Ainda assim, apesar das dificuldades encontradas pelo DAEI

³¹ GOODWYN, Ricky. Da Independência Musical. In: MELLO, Maria Amélia (Org.). *Vinte anos de resistência. Alternativas da Cultura no Regime Militar*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986, p. 138.

³² STEPHANOU, Alexandre Ayub. *Censura no Regime Militar e militarização das artes*. Porto Alegre: Ed. da PUCRS, (Coleção História, vol. 44), 2001, p. 25-26.

em relação à organização do evento e à liberação das canções, a repercussão positiva em torno da realização do 1º FUMP fez com que, no ano seguinte, ocorressem outros dois festivais de música em Rio Grande.

Em razão dos festejos em comemoração aos 65 anos do Colégio Estadual Lemos Júnior, ocorreu o 1º Festival de Música Popular do Colégio Lemos Jr., organizado pelos alunos do Grêmio Estudantil e pelas professoras Consuelo Ruiz, Dione Soares e Iara Vignoli Canali. Conforme um dos poucos registros escritos desse festival, além de contar novamente com a participação maciça de público, o evento foi muito bem organizado pelos seus propositores, que fizeram uso, até mesmo, de recepcionistas em traje de gala e dos conhecidos ‘mestres de cerimônias’ para apresentarem os artistas e suas canções ao público.³³

A repercussão em torno do glamoroso Festival do Lemos Jr. e das cinco canções vencedoras, (1º lugar: ‘Tributo a Juventude’ de Maria Luiza Leite com música de Jorge Porto; 2º lugar: ‘Canção para Maria’ de Luiz Fernando Weikamp; 3º lugar: ‘Canto de Esperança’ de Lindemar Duarte; 4º lugar: ‘Brasil Setenta e Um’ de Stella Maris M. Tavares e 5º lugar: ‘Noite Vazia’ dos irmãos Deoclécio, Tomás e Levi Rembowski³⁴) que acabaram reapresentadas durante um jantar dançante para casais, os quais compunham a alta sociedade riograndina, na Associação do Clube do Comércio³⁵. O evento oportunizou aos artistas vitoriosos a chance de ampliar o alcance de suas produções autorais, atividades que passavam a despertar a atenção e o interesse de outros segmentos da sociedade riograndina, ultrapassando, assim, o espaço de escuta, até então, limitado às apresentações ao vivo realizadas nos festivais de música.

A participação do público e a adesão dos artistas em relação ao 1º FUMP e posteriormente ao 1º Festival de Música Popular do Lemos Jr., demonstravam a viabilidade da realização de eventos dessa natureza na cidade, uma vez que as atividades socioculturais desenvolvidas *in loco*, particularmente aquelas direcionadas à participação do grande público oriundo das diferentes camadas

³³ Cf. CESAR, Willy. *Centenário do Colégio Lemos Jr: Rio Grande*. Rio de Janeiro: UniverCidade Ed., 2007, p. 209.

³⁴ Cf. O Peixeiro: Rio Grande – RS; 26/09/1971, p. 3.

³⁵ Cf. O Peixeiro: Rio Grande – RS; 31/10/1971, p. 3.

que compunham a sociedade riograndina, estiveram até então atreladas aos festejos religiosos destinados aos católicos ou umbandistas, bem como ao carnaval de rua. No outro extremo, ou seja, para a parcela da sociedade riograndina que detinha condições financeiras para pagar por entretenimento, havia inúmeras atividades promovidas por clubes e associações, assim como espetáculos teatrais e exibições cinematográficas.³⁶

Portanto, a capacidade de diálogo do público com músicos, intérpretes e compositores, instrumentalizado pelos festivais de música, acabaram criando um novo circuito de fruição cultural no Município, que acabou sendo absorvido de diversas formas pelas pluralizadas parcelas que compunham a sociedade riograndina da época.

Com a realização do 1º Festival Universitário de Rio Grande (FURGÃO)³⁷ – ainda em 1971, promovido pelo Diretório Acadêmico Francisco Martins Bastos, da Faculdade de Medicina de Rio Grande, o que foi possível verificar graças aos dois únicos registros que um órgão de imprensa fez em relação ao evento, foi novamente a intensa participação de público e dos artistas riograndinos, que inscreveram um total de 119 composições autorais e inéditas. Desse montante, a censura federal acabou vetando a apresentação de cinco composições.³⁸

A pequena repercussão por parte da imprensa em torno dos concorridos e prestigiados festivais de música organizados pelos estudantes universitários, aliada ao fato de que após o FUMP

³⁶ Os Clubes e Associações existentes no município possuíam agenda de eventos significativa. Muitos artistas renomados estiveram em Rio Grande ao longo da década de 1970, como por exemplo, os cantores Jair Rodrigues (O Peixeiro: Rio Grande – RS; 03/07/1972), Altamar Dutra (O Peixeiro: Rio Grande – RS; 20/05/1973), Paulo Sérgio (O Peixeiro: Rio Grande – RS; 03/06/1973) e Roberto Carlos (O Peixeiro: Rio Grande – RS; 19/07/1973).

³⁷ Cf. Edição Especial de O Peixeiro: Rio Grande – RS; 11/11/1971, p. 2. A música de abertura do FURGÃO tinha a seguinte letra: *Sendo a vida uma passagem / Num caminho de saudade / Eu só penso na canção / Eu só quero ir de FURGÃO... FURGÃO... / Estudante que promove / Medicina que envolve / O público, a gente... de FURGÃO / Se integram na canção / Quero o rosto mais bonito / Prá inspirar minha canção / Pois o quente é a gente / Abrir o peito o coração.* Não consta nesta edição o nome do autor da composição.

³⁸ Cf. O Peixeiro: Rio Grande – RS; 07/11/1971, p. 6.

e o FURGÃO nenhum Diretório Acadêmico da FURG tenha optado pela continuidade de novas edições de festivais promovidos nos anos anteriores, indica que o ambiente de hostilidade contribuiu para que os estudantes universitários acabassem moderando o ímpeto em promover eventos com essa temática, devido aos desafios que tinham que enfrentar, não somente em relação à organização e realização, mas também em virtude do intenso patrulhamento realizado pela SOPS/RG, que monitorava todas e quaisquer atividades realizadas pela comunidade acadêmica, bem como, suas articulações com os artistas.³⁹

Em 1972, com a segunda edição do Festival do Lemos Júnior, não restavam dúvidas de que esses eventos haviam se consolidado entre os mais significativos acontecimentos socioculturais da cidade. A participação e o comprometimento dos artistas riograndinos com o evento⁴⁰ novamente foram decisivos para que o ginásio do Ipiranga Atlético Clube (IAC) estivesse repleto de ávidos expectadores. O clima de Maracanãzinho em dias de Festivais de Música da Televisão foi assegurado pelo show de encerramento de Antonio Carlos e Jofafi, – dupla de compositores baianos que participava assiduamente dos festivais organizados pelas emissoras de televisão – bem como através das torcidas organizadas, que tiveram a oportunidade de assistir ao vivo a execução das canções que disputavam as premiações oferecidas pelos organizadores do evento.

Após a execução das trinta canções finalistas, as melhores avaliadas pelos jurados foram: 5º lugar – ‘Santa Ceia’ de Flávio e Paulo da Silva Guimarães e música de Jorge Porto; 4º lugar – ‘E o Gigante Despertou’ de Lindomar Duarte; 3º lugar – ‘Paz e Amor’ de Paulo Henrique Barros; 2º lugar – ‘Panacéia’ de Raul Torres de Bem Júnior e Saint-Clair Cruz; 1º lugar – ‘Apelos’ de Farydo Salomão Júnior. Ainda receberam menção honrosa: como melhor intérprete

³⁹ Conforme documentos que compõem o acervo da SOPS/RG há mais de cem Pedidos de Busca (P. B.) provenientes de diversos órgãos da repressão solicitando informações sobre toda e qualquer tipo de movimentação referente aos estudantes universitários em Rio Grande. Até mesmo os discursos utilizados ao longo das cerimônias de formatura passavam pelo crivo dos censores da SOPS/RG.

⁴⁰ Cf. O Peixeiro: Rio Grande – RS; 27/08/1972, p. 3. O 2º Festival do Lemos registrou 100 composições inscritas. Após o processo de triagem, trinta canções foram selecionadas para serem exibidas ao público.

feminina, Maria Abigail, e como a canção mais popular, ‘Sambão’, de Paulo Esperon e Ricardo Milano.⁴¹

Enquanto os artistas utilizavam a sua produção autoral, com a finalidade de interagirem com o público expectador, expressando suas concepções sociais acerca de questões que envolviam, sobretudo, temáticas referentes aos aspectos políticos, socioeconômicos, religiosos e amorosos, os festivais acabaram se tornando um dos mais importantes acontecimentos socioculturais da cidade, e logo despertaram o interesse de outros segmentos da sociedade da época, que não estavam necessariamente interessados somente em contribuir para oportunizar um espaço de reflexão e divulgação das manifestações artísticas musicais.

O 2º Festival de Música Popular do Colégio Lemos Jr., que novamente contou com um grande número de composições inscritas e com a imensa procura de ingressos por parte do público⁴², distinguiu-se dos demais eventos realizados anteriormente devido à utilização de suas potencialidades em proveito de determinadas finalidades comerciais.⁴³ O interesse de alguns empresários locais em apoiarem financeiramente a realização desse evento e utilizá-lo como vitrine de suas marcas, produtos e serviços, advém do fato de que a produção musical dos artistas riograndinos vinha consecutivamente atraindo muitos expectadores. Apesar do interesse em apoiar a realização desses eventos musicais, com o objetivo de divulgar seus negócios, o que acabou tornando realmente viável a inserção

⁴¹ Cf. O Peixeiro: Rio Grande – RS; 24/09/1972, p. 3 e 4.

⁴² Cf. O Peixeiro: Rio Grande – RS; 17/09/1972, p. 1. Os organizadores do Festival tiveram de ampliar o número de postos de venda dos ingressos, pois a procura do público foi intensificada nos últimos dias que antecederam o evento.

⁴³ Cf. Edição Especial de O Peixeiro: Rio Grande – RS; 19/09/1972. Nas vinte páginas que compõem este registro, foram encontradas as seguintes marcas e prestadoras de serviços: Grupo Ipiranga (Refinaria de Petróleo, Indústria Riograndense de Pescados – ISAPEIXE, Indústria e Comércio – ICISA, Leal Santos Pescados, Wigg – Indústria, Comércio e Distribuidora de Petróleo), Lojas Americanas, Restaurante e Churrascaria Barra Mansa, Super Mercado Saraiva, TIMM S/A Materiais de Construção, Frigorífico Anselmi, Motel São Cristóvão, Casas Canuso (móveis e discos), Peixaria Albano Oliveira e Irmão Ltda, Motobrás S. A. (veículos), Campos Ferreira Ltda (distribuidora de gêneros alimentícios), Boutique Thess, Gráfica 43 – S/A, Restaurante Pescal, Torquato Pontes Pescados S. A., Rede de Super Mercados Manda-Brasa, INDUPESCA, Boutique Stael, Casa Lourdes, Ópticas LIRA.

e atuação desses empresários foi o modo pelo qual os propositores desses festivais passaram a organizá-los desde então, inclusive acrescentando-os com shows de artistas com renome nacional.

A vigilância e o cerceamento aos artistas e suas atividades, bem como, em relação aos eventos musicais dos quais eles participavam, acabaram ainda mais acentuadas com a realização do 2º Festival de Música Popular do Colégio Lemos Jr. A fim de contar com o apoio financeiro do empresariado local, que compunha as elites econômicas e políticas da época, os organizadores desses eventos passaram a designar para integrar o corpo de jurados dos festivais, além de avaliadores especializados e com formação musical, indivíduos que ocupavam alguns dos principais cargos políticos do Município, como, por exemplo, o interventor Cid Scarone Vieira e seu primo, reitor da Universidade do Rio Grande, Eurípedes Falcão Vieira. A presença dessas autoridades, além de restringir as manifestações de quaisquer artistas que pudessem ser consideradas subversivas, serviu como garantia de preservação da imagem dos apoiadores, afinal, esse grupo composto por empresários e comerciantes não tinha interesse em patrocinar um evento que disseminasse quaisquer manifestações que pudessem contestar a ordem vigente, em detrimento de suas atividades comerciais.

Enquanto nas décadas de 1960 e 1970, em âmbito nacional, as emissoras de televisão e algumas multinacionais subsidiavam a realização de festivais de música, controlados pela indústria do disco, ainda sob repressão política, social e cultural agravada no começo dos anos 1970, pouco a pouco, esses eventos foram ganhando importância no “processo de confrontação com o regime instalado em 1964”⁴⁴. Em Rio Grande, houve uma evidente tentativa das elites econômicas e políticas de encampar os festivais de música popular. Tais grupos foram obtendo êxito em inibir a ocorrência de eventos semelhantes organizados por outros propositores, uma vez que, além de não manifestarem interesse em participarem financeiramente, tinham respaldo dos órgãos da repressão, bem como da imprensa escrita que pouca ou nenhuma visibilidade dava aos eventos.

⁴⁴ Cf. CAMARGO, Nelly de. *Indústria cultural: o caso brasileiro*. Trilhas – Revista do Instituto de Artes da UNICAMP, Campinas, v. 4, n°1, Jan/Dez de 1993, p. 48.

Um intervalo de tempo muito curto separou a realização do FUMP do 1º Festival do Colégio Lemos Jr. Logo a seguir, os estudantes universitários ainda tentaram, através do FURGÃO, manter a periodicidade desses eventos musicais, porém, esmoreceram diante da vigilância e do cerceamento praticados pelos órgãos de repressão, bem como pela falta de confiança e incentivo financeiro dos empresários e comerciantes locais. Desta feita, rapidamente os festivais de música passaram a receber adequações que aparentemente subtraíam seu caráter questionador, subversivo, de reflexão acerca dos problemas socioeconômicos e políticos do país e da cidade, aspectos esses que tanto motivaram alguns estudantes universitários na realização dos seus festivais de música nos primeiros anos da década de 1970.

Pari passu à adequação para o aproveitamento das potencialidades dos festivais de música, a organização do 2º Festival do Colégio Lemos Jr. utilizou a estratégia de enfatizar o aspecto festivo do evento, que deveria transcorrer em clima de amistosidade e normalidade social. O trecho a seguir, extraído do texto de apresentação do evento, além de demonstrar o tom moderado e a intenção de caracterizá-lo como um simples espaço de entretenimento voltado ao público, contém uma mensagem explícita aos artistas que tivessem intenção em inscrever canções que fugissem daquilo que foi estabelecido pelos organizadores.

A música é comunicação, é encontro, é crença, é poesia, é sensibilidade, em fim, é vida. Só a música, dentro de sua pureza específica é que poderá fazer com que a juventude desperte para o bom e para o belo, sendo capaz de desdobrar as asas da alma e da imaginação, e compreender o coração e o espírito humano... este Festival procura levar ao público e aos estudantes de Rio Grande, momentos de divertimento sadio, capazes de penetrarem em seus corações e despertarem ecos de alegria e de paz. Que a sua mensagem seja compreendida por todos, e que a arte dos compositores que nele tomam parte seja um pilar para fortificar a nossa juventude, pois ela vem de Deus.⁴⁵

Com todo o aparato repressivo a e presença de seus principais representantes, o 2º Festival do Colégio Lemos Jr. ficou marcado

⁴⁵ Edição Especial de O Peixeiro: Rio Grande – RS; 19/09/1972, p. 2.

pela sagacidade audaciosa de um de seus participantes. Farydo Salomão Junior, filho do ex-prefeito de Rio Grande cassado logo após o Golpe de 1964, construiu a canção vencedora desse festival, denominada “Apelos”, com o objetivo de manifestar, implicitamente, seu descontentamento e inconformismo em relação às práticas antidemocráticas levadas a cabo após o Golpe de 1964.

Manhã branca / Maré mansa / Brisa calma à beira-mar / Jangadeiro se despede / Da Maria e vai pescar / O Jangadeiro pega a rede / A jangada e vai pro mar / Tem no peito uma esperança / A tardinha retornar / Aconteceu que o bom tempo / Foi ingrato em alto-mar / Transformou-se em vento forte / Querendo a jangada virar / E ao bom homem do mar / Janaina foi buscar / E o levou pra outras terras / As boas terras de Aiocá / Jangou, Jangou / Jangadeiro foi pro mar / Lançar sua rede / Nas águas de Iemanjá / E agora seus apelos são: / Ah! Se eu pudesse voltar.

A licença poética inerente à temática de sua canção acerca da atividade pesqueira lhe autorizou a driblar a censura da época e fazer uso do trocadilho “Jangou, Jangou”, em letras maiúsculas, para se referir à figura do ex-presidente João Goulart. O nome da esposa do “Jangadeiro”, “Maria”, aparece enquanto uma menção à esposa de Goulart, Maria Teresa Goulart e “Janaina” também cultuada nas religiões de matriz africana como Iemanjá, é citada como a responsável por buscar e conduzir o “Jangadeiro” até as terras “Aiocá”, uma alusão à ida de Jango para o exílio no Uruguai. Nas últimas linhas da canção, o compositor concluiu a ideia através do restabelecimento da democracia no país, destacando que o “Jangadeiro” faz “apelos” para retornar ao seu lugar, ou seja, retomar o cargo de presidente do Brasil.

No mesmo evento, a canção premiada com o 4º lugar, denominada “E o gigante despertou”, de autoria de Lindomar Duarte, expunha através do conformismo uma mensagem de otimismo em relação aos rumos do Brasil, destacando também as belezas e potencialidades do país e do seu povo de modo ufanista, e exaltando a política praticada pelo Governo Militar, inclusive citando o *slogan* “Ninguém segura mais esse país”.

Brasil, o meu Brasil / E o gigante despertou / Brasil dos campos imensos, das praias sem fim / De um povo que canta, que samba / És terra do amor / Estradas vão se desbravando / É o petróleo

jorrando, é um povo a vibrar / Com a magia do teu futebol / Salve meu Brasil, sigamos a corrente / Avante meu país continente / Do futuro sorridente de todas as gerações / Vai mostrar ao mundo inteiro / Do que é capaz o brasileiro / Mobral, é a Transamazônica, é o homem do campo plantando feliz / Ninguém segura mais este país.

Ainda em 1972, acabou ocorrendo o 1º Festival Intercolegial da Canção (FICC), promovido pela União Riograndina dos Estudantes (URES) e organizado pelo seu presidente, o jovem Renato Tubino Lempek. Além da URES levar a cabo uma política estudantil muito afinada com o ARENA, coincidentemente ou não, nesse mesmo ano, Renato Lempek, com 19 anos, acabou recebendo um convite do interventor Cid Scarone para concorrer ao pleito para a composição do Legislativo municipal e foi eleito.⁴⁶

FIGURA 1 – Reunião em Brasília.



Golbery do Couto e Silva (ao centro), Renato Tubino Lempek (primeiro à direita) e Paulo Renato de Moura Cuchiara (primeiro à esquerda).

⁴⁶ Segundo o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, nas eleições diretas para a escolha dos representantes ao Legislativo Municipal em 1972, o número total de votantes foi de 44.923, onde: Aliança Renovadora Nacional (22.476 votos), Movimento Democrático Brasileiro (19.110 votos). Neste panorama, Renato Tubino Lempek recebeu 892 votos. Disponível em: http://www.tre-rs.gov.br/upload/2/Municipais_Rio_Grande1972.PDF

De certo que, em virtude das muitas ações realizadas pela URES no município⁴⁷, ocupar o cargo de presidente da entidade fornecia ao mandatário um relativo reconhecimento por parte dos estudantes e de suas famílias, bem como de algumas pessoas ligadas ou simpatizantes da ARENA, porém, não há como desprezar o fato de que a URES soube explorar as potencialidades dos festivais de música, com o objetivo de projetar suas lideranças aos cargos políticos de maior expressão. Em outros termos, ao organizar o 1º FICC, a URES consegue ganhar ainda mais simpatia dos riograndinos, e o evento acaba projetando o jovem estudante Renato Lempek ao cargo de vereador pelo partido da situação. O prestígio da URES e os eventos musicais em sua relação com o público expectador serviram de vitrine política para reforçar a bancada da ARENA no Legislativo Municipal.

No ano seguinte, mais dois festivais de música são realizados na cidade. A novidade é a iniciativa do Núcleo de Assuntos Culturais da 18ª Delegacia de Educação, que promoveu o 1º Festival Interescolar da Canção. A coordenação desse evento esteve a cargo da professora Hilda Orquídea Hartmann Lontra, que, em uma visita à redação do Semanário “O Peixeiro”, destacou a importância que representa o evento para os adolescentes que “numa fase de formação encontra na arte um meio de integração social”⁴⁸. Ainda acerca da importância desses eventos, tanto para os jovens quanto para o contexto sociocultural do Município, a professora Hilda Lontra afirma que os festivais movimentavam a sociedade e oportunizavam um espaço para as manifestações culturais, sobretudo por que consistia em um desafio que estimulava a criatividade e a criticidade dos participantes.⁴⁹

A retomada do caráter de estímulo ao senso crítico na organização de eventos com a temática musical, por parte

⁴⁷ A URES atuou em diversas frentes e realizou muitas atividades voltadas aos estudantes riograndinos, entre elas o incentivo às artes cênicas (Grupo de Teatro Cacilda Becker, da Escola Juvenal Miller, representando a URES vence o 2º Festival Estadual de Teatro), práticas esportivas (através da URES Rio Grande sediou a olimpíada estadual de âmbito estudantil e, em 1975, a delegação riograndina conquistou o troféu olímpico em Caxias do Sul), bem como, a realização dos Festivais Intercolegiais da Canção (FICC), nos anos de 1972, 73, 75 e 76.

⁴⁸ Semanário O Peixeiro: Rio Grande – RS; 02/09/1973, p. 3.

⁴⁹ Cf. Entrevista cedida em 04/11/2011.

da professora Hilda Lontra, surge justamente ligada à periferia da cidade, uma vez que a professora trabalhava na Escola Alcides Barcelos, localizada em uma das áreas mais pobres do Município, o Bairro Getúlio Vargas. O ímpeto de Hilda Lontra em contribuir com esse segmento da sociedade riograndina, fazendo com que suas vozes ultrapassassem o alcance dos festivais de música, chegou a lhe render alguns problemas, como veremos no trecho a baixo.

Minha orientação política sempre foi muito intensa... não explícita menos ainda aliada, acorrentada a partidos... Cheguei a ser deslocada da escola Alcides Barcelos para a 18ª Delegacia de Educação, para ser responsável pelo almoxarifado (sem comentários acerca dessa “função-castigo”), por solicitação de meu ex-marido e com a aquiescência do Delegado de Educação, professor Santana Ferreira, por eu ser “desvirtuadora” de jovens. Mas em 1972 ele – o Delegado de Educação – foi me defender quando fui interrogada pela Federal, por tentar fazer a marcha da família-escola pela liberdade com o Círculo de Pais e Mestres do Alcides Barcelos em um desfile de 7 de setembro.

A ligação de Hilda Lontra com outros segmentos que questionavam a ordem vigente comprometeram a continuidade dos festivais organizados pelo Núcleo de Assuntos Culturais da 18ª Delegacia de Educação. Diferente dos demais festivais, o 1º Festival Interescolar da Canção possuía dois corpos de jurados, um deles composto exclusivamente de jovens estudantes, que somado à ausência dos jurados ligados às elites políticas que integravam a ARENA, compondo a mesa avaliadora do evento, talvez possa explicar a pouca adesão e credibilidade do empresariado local em apoiar financeiramente o evento⁵⁰, que assim como os festivais organizados pelos estudantes da Escola de Engenharia e da Faculdade de Medicina, acabou ocorrendo apenas uma única vez. Em contrapartida, os festivais realizados pela URES, que contavam com a tutela das elites políticas e econômicas da sociedade riograndina, mantiveram-se como os únicos eventos realizados na cidade desde então, perdurando até 1976.

⁵⁰ Cf. Edição Especial de O Peixeiro: Rio Grande – RS; 25/09/73. Apoiaram o evento: N. S. Dionello Materiais de Construção, Casa Germano, Despachante Emplakar LTDA., Casa Lira Produtos de Beleza, Padaria Luzo Brasileira, Haertel S/A Distribuidora, Artesão renovadora de calçados e Confeitaria Brasil.

Apesar dos esforços realizados para obter quaisquer informações acerca do 2º Festival Intercolegial da Canção de 1973, que “ocorreu nos dias 10 e 11 de novembro no Ipiranga Atlético Clube”⁵¹, não foi encontrada uma única referência nos três periódicos que circulavam em Rio Grande na época. Com a exclusividade da realização e organização dos festivais a cargo da URES, o 2º FICC ocorreu durante as comemorações do 20º aniversário da entidade estudantil, que estava sob o comando de Clóvis Primo.

FIGURA 2 – Médici e a URES.



Clóvis Primo ao lado de Médici que acena ao público da janela do prédio da Prefeitura Municipal de Rio Grande.

⁵¹ Cf. Jornal A UNIÃO – Órgão Oficial da União Rio-Grandina dos Estudantes. Edição Extraordinária. Rio Grande – RS, agosto de 2003, p. 5.

Em 1974, sob a presidência de Luiz Maya De Bem, o 3º FICC é realizado novamente no ginásio de esportes do IAC, contando com a participação da União Gaúcha dos Estudantes (UGES)⁵² e a colaboração da 18ª Delegacia de Educação⁵³, obviamente, sem contar com a participação da professora Hilda Lontra. Devido à união dos esforços entre a URES, UGES e 18º Delegacia de Educação na organização e realização desse evento, a URES resolveu restringir a participação de artistas (músicos, intérpretes e compositores) apenas ao âmbito estudantil. Graças à participação da UGES, a URES conseguiu dar um cunho estadual ao evento – justamente no ano em que foram realizadas eleições para o preenchimento de cargos da Assembleia Legislativa do Estado – a final, as inscrições poderiam ser realizadas por estudantes de todas as partes do Estado.⁵⁴

Com intervalo de um ano, o ciclo histórico de festivais de música organizados pelos estudantes universitários e secundaristas, bem como pelas entidades que os representavam e regiam suas atividades, chegou ao fim em 1976, mesmo ano em que ocorreram eleições para as cadeiras da Câmara Municipal.

O 4º FICC, último festival de música da década de 1970, ocorreu novamente no Ginásio de Esportes do IAC e foi uma promoção da URES, em parceria com o Diretório Central de Estudantes da Universidade do Rio Grande (DCE – FURG) e do Serviço Riograndino de Turismo (SERGTUR)⁵⁵. A comissão

⁵² Cf. O Peixeiro: Rio Grande – RS; 13/10/1974, p. 2.

⁵³ Cf. O Peixeiro: Rio Grande – RS; 09/06/1976, p. 4.

⁵⁴ Cf. O Peixeiro: Rio Grande – RS; 27/10/1976, p. 5.

⁵⁵ Cf. Roteiro do IV FICC: O Passo – Órgão da Secretaria de Divulgação do Diretório Central Estudantil da Universidade Federal do Rio Grande – RS, p. 12, junto à realização do festival, que havia obtido projeção e reconhecimento fora do Município, outras pautas puderam ser aproveitadas, como por exemplo, a divulgação dos atrativos turísticos de Rio Grande. “O IV Festival Intercolegial da Canção, reunirá na Cidade do Rio Grande, as jovens inspirações da juventude Gaúcha. A cidade sede do IV FICC, proporciona a seus visitantes, aspectos turísticos fabulosos, tais como: Os molhes da Barra do Rio Grande, Quatro Km de pedras que avançam o Oceano Atlântico. O Museu Oceanográfico, com a maior coleção de conchas da América do Sul. A biblioteca Pública, que é a primeira mais completa do Estado e a terceira do Brasil. As obras de instalação do Super Porto, constituindo-se numa das maiores obras públicas brasileiras. A praia do Cassino, que com seus duzentos e vinte e seis Km, constitui-se na maior praia do mundo em extensão. O mini autódromo Emerson Fittipaldi, construído na Praça Tamandaré, oferece ao público infantil emoções de um Gran Prix.”

organizadora do evento foi composta pelo vereador e estudante universitário Renato Tubino Lempek⁵⁶ (Presidente da Comissão Organizadora) e pelos senhores: Renan Guterres Lopes (Presidente da URES), Paulo Renato de Moura Cuchiara (Presidente do DCE) e João Américo Souza e Silva (Secretário executivo do SERGTUR).⁵⁷ Ao fim do ciclo de realização dos festivais de música, os principais cargos da política estudantil estavam preenchidos pelos jovens arenistas.

Um numeroso corpo de jurados, 28 membros no total, juntamente com o público ouvinte e expectador, apreciaram a exibição das 30 canções classificadas para a fase eliminatória, da qual somente 10 canções seguiriam para a etapa final, no segundo dia de apresentações. Entre os nomes que compunham o grupo de avaliadores das canções cabe destacar a presença do Interventor Municipal, Rubens Emil Corrêa, do Diretor da Secretaria Riograndina de Turismo (SERGTUR) e candidato a vereador, Renato Espíndola Albuquerque⁵⁸ e do Delegado da Polícia Federal, Waldir Silveira Zacarias. A canção escolhida como vencedora do 4º FICC foi ‘Barcarola’, letra de Hilda Lontra, música de Marlene Silva e interpretação de José Galhardo, que recebeu 5 mil Cruzeiros – uma boa quantia, tendo em vista que o salário mínimo da época era de 768 Cruzeiros – e o troféu denominado de “Sereia de Ouro”. Para encerrar o evento, os artistas riograndinos cederam o palco para o conjunto “Os almôndegas”, que era liderado por dois jovens irmãos que mais tarde alcançariam projeção artística nacional e internacional, Kleiton e Kledir.

O alcance regional do festival e o seu aproveitamento para divulgação das potencialidades turísticas do Município contrastavam com a realidade de largas parcelas da população, afinal, a imagem de prosperidade socioeconômica, as belezas naturais e as opções

⁵⁶ Cf. Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, nas eleições diretas para a escolha dos representantes ao Legislativo Municipal em 1976, Renato Tubino Lempek foi o sétimo vereador mais votado. Acabou reeleito com 1.070 votos. Disponível em: http://www.tre-rs.gov.br/upload/21/Municipais_Rio_Grande1976.PDF

⁵⁷ Cf. Roteiro do 4º FICC: O Passo – Órgão da Secretaria de Divulgação do Diretório Central Estudantil da Universidade Federal do Rio Grande – RS, p. 2.

⁵⁸ Conforme o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, nas eleições diretas para a escolha dos representantes ao Legislativo Municipal em 1976, Renato Espíndola Albuquerque foi o quinto vereador mais votado, e acabou eleito com 1.121 votos. Disponível em: http://www.tre-rs.gov.br/upload/21/Municipais_Rio_Grande1976.PDF

de entretenimento e cultura não estavam disponíveis a todos os riograndinos. As desigualdades sociais estiveram extremamente acentuadas ao longo da década de 1970, como denunciava a canção “Barraco da Vila Junção”, apresentada no 4º FICC, de autoria de Dejair Siqueira Claro, bem como o recém-inaugurado Jornal Agora.⁵⁹

Chove cachorro e gato / Lá no meu barraco / Da vila Junção / Porque o forro / É uma peneira / E a cumieira / É de papelão / Lá a sorte / Não bate na porta / Nem a ligh corta / A iluminação / Porque a porta / Se resume num furo / E no escuro / Um vagalume é meu lampião / Mas qualquer dia desses / Sei que tudo vai melhorar / Porque qualquer dia desses / Juro nêga que vou te levar pra lá / E não haverá mais confusão / Lá no meu barraco da Vila Junção / Pois a alegria vai nascer / Para enfeitar a solidão / Lá no meu barraco da Vila Junção / Chove cachorro e gato / Chove cachorro e gato / Lá no meu barraco da Vila Junção.

A inexistência de abastecimento de energia elétrica era outro problema enfrentado por alguns moradores da Vila Junção, bem como por outros tantos indivíduos e famílias riograndinas que, sem contar também com abastecimento de água potável e sistema de saneamento básico, subsistiam nas áreas periféricas do Município, que aumentavam gradativamente na medida em que Rio Grande recebia novos investimentos financeiros que continuavam atraindo trabalhadores de diversas partes do país, gerando um crescimento populacional que teve parte da mão de obra dos recém-chegados, ocupada em todos os setores que no montante “cresceram 30,42%, sendo 40,08% na indústria e 32,07% no comércio e nos serviços”⁶⁰.

⁵⁹ Cf. Jornal Agora: Rio Grande – RS; 17/12/1975, p. 1 e 2, “500 malocas geram doença e a miséria. Henrique Pancada: uma rua doente e miserável.”

⁶⁰ Cf. MARTINS, César Augusto Ávila. *Morar e habitar em áreas portuárias na cidade do Rio Grande – RS, Brasil*. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2010, vol. XIV, nº 331 (30). Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-331/sn-331-30.htm>>. O processo de urbanização em Rio Grande, ao longo da década de 1970, alcançou um acréscimo de 93, 83% e em alguns casos, famílias que tinham suas residências fixadas em terrenos de posse localizadas próximas ao centro da cidade, como no caso de alguns moradores do Bairro Getúlio Vargas (BGV) foram removidos sem diálogo ou negociações, nas décadas de 1960 e 1970, em virtude do crescimento da estrutura portuária que necessitava de novas áreas para expansão,

A vitalidade com a qual a produção musical autoral impulsionou e concretizou a existência de uma “era dos festivais”⁶¹ em Rio Grande, sobretudo em razão do montante de mais de mil canções inscritas, num total de oito eventos que ocorreram com liberdades vigiadas, atos de censura e repressões políticas, refletiu a ânsia e o ímpeto dos compositores em participarem de atividades culturais, nas quais pudessem expor suas concepções sociais.

Assim como os festivais de música que ocorreram num contexto marcado pela polarização política, portanto, organizados e utilizados conforme os interesses em questão, as canções inscritas e apresentadas refletiram traços da pluralizada cultura popular, com a qual foi possível verificar que o conformismo e a resistência de alguns setores da sociedade⁶² soavam como aspectos que caracterizaram suas manifestações, fossem eles percebidos ou não, enquanto interações ou motivações exclusivamente de ordem política, econômica ou artística.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Francisco das Neves. **Governo do Prefeito Farydo Salomão.** Revista Biblos. Rio Grande: n° 3, 1990.

CAMARGO, Nelly de. **Indústria cultural: o caso brasileiro.** Trilhas – Revista do Instituto de Artes da UNICAMP, Campinas, v. 4, n° 1, Jan/Dez de 1993.

CESAR, Willy. **Centenário do Colégio Lemos Jr: Rio Grande.** Rio de Janeiro: UniverCidade Ed., 2007.

CHAIU, Marilena. **Conformismo e resistência. Aspectos da Cultura Popular no Brasil.** São Paulo: Editora Brasiliense, 3ª Edição, 1989.

DOMINGUES, Marcelo de la Rocha. **Superporto de Rio Grande: plano e realidade. Elementos para uma discussão.** Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado em Geografia, 1995.

ainda que, 23% destes moradores desapropriados na época, trabalhassem em atividades ligadas as movimentações realizadas no Porto.

⁶¹ Expressão cunhada por MELLO, Zuzi Homem de. *A Era dos Festivais: Uma Parábola.* São Paulo: Ed. 34, 2003.

⁶² Cf. Chaui, Marilena. *Conformismo e resistência. Aspectos da Cultura Popular no Brasil.* São Paulo: Editora Brasiliense, 3ª Edição, 1989.

- FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- _____. **Além do Golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- GOODWYN, Ricky. Da Independência Musical. *In*: MELLO, Maria Amélia (Org.). **Vinte anos de resistência. Alternativas da Cultura no Regime Militar**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986.
- MAGALHÃES, Mario Osorio. **Engenharia, Rio Grande: História & algumas histórias**. Pelotas: Ed. Armazém Literário, 1997.
- MARTINS, Solismar Fraga. **Cidade do Rio Grande: industrialização e urbanidade (1873-1990)**. Rio Grande: Editora da FURG, 2006.
- MELLO, Zuza Homem de. **A Era dos Festivais: Uma Parábola**. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- NAPOLITANO, Marcos. **A MPB sob suspeita: a censura musical vista pela ótica dos serviços de vigilância política (1968-1981)**. Revista Brasileira de História. São Paulo, V. 24, n° 47, 2004.
- _____. **A música popular brasileira dos anos 70: resistência política e consumo cultural**. Participação no IV Congresso de la Rama latinoamericana del IASPM (Cidade do México, abril de 2002).
- PARANHOS, Kátia Rodrigues. **Os festivais de música dos trabalhadores do ABC paulista: tradições culturais, canções e vozes do Brasil**. Anais do VII Congresso da Associação Internacional para o Estudo da Música Popular na América Latina. Havana: Cuba, 2006.
- SILVA, Alberto Moby Ribeiro da. **A breve e profícua vida do compositor popular Julinho da Adelaide**. *In*: História: Questões & Debates, Editora da UFPR, Curitiba, n. 31, 1999.
- STEPHANOU, Alexandre Ayub. **Censura no Regime Militar e militarização das artes**. Porto Alegre: Ed. da PUCRS, (Coleção História, vol. 44), 2001.
- TINHORÃO, José Ramos. **Música Popular: do Gramofone ao Rádio e TV**. São Paulo: Ática, 1981.
- VENTURA, Zuenir. **1968: O ano que não terminou**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- VILARINO, Ramon Casas. **A MPB em movimento: Música, Festivais e Censura**. São Paulo, Ed. Olho D'água, 1999.

PERIÓDICOS

Jornal Rio Grande; Semanário O Peixeiro; Jornal O Passo (Órgão da Secretaria de Divulgação do Diretório Central Estudantil da Universidade Federal do Rio Grande); Jornal A UNIÃO (Órgão Oficial da União Rio-Grandina dos Estudantes).

FONTES ONLINE

Site do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul:

–http://www.tre-rs.gov.br/upload/21/Municipais_Rio_Grande1976.PDF

–http://www.tre-rs.gov.br/upload/2/Municipais_Rio_Grande1972.PDF

MARTINS, César Augusto Ávila. *Morar e habitar em áreas portuárias na cidade do Rio Grande-RS, Brasil*. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2010, vol. XIV, nº 331 (30). Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-331/sn-331-30.htm>>.

UM PANORAMA DO GOLPE CIVIL-MILITAR NA CIDADE DE PELOTAS/RS: RESISTÊNCIAS, ORGANIZAÇÃO DE ROTAS DE EXÍLIO E REABERTURA POLÍTICA

Renato da Silva Della Vechia
Marília Brandão Amaro da Silveira

Introdução

A ditadura civil militar, por muito tempo, foi estudada pela academia a partir das pesquisas focadas nas grandes cidades do país. Generalizaram-se experiências e, com isso, perdemos uma diversidade importante.

No entanto, nos últimos anos, percebe-se um crescimento nas pesquisas. Inúmeros são os novos temas que estão surgindo, possibilitando perceber que esse período foi muito complexo e atingiu, de diversas formas, um grande número de brasileiros.

Também foram diversas as formas como se organizaram resistências ao golpe e, posteriormente, ditadura civil militar. E mesmo os apoios: a pluralidade de pesquisas denuncia apoiadores, à revelia de suas vontades de se manterem anônimos no presente momento de democracia no país.

Nossa intenção, aqui, não é a de esgotar o debate e ter a pretensão de reproduzir a história de Pelotas durante o período da ditadura civil militar que se instalou no país. Essa é uma história que ainda precisa ser sistematizada e reproduzida.

Nossa intenção é traçar um panorama da cidade, que sirva de base e incentivo para mais estudos e debates, seja sobre a cidade de Pelotas ou sobre outras cidades interioranas com realidades parecidas – ou não tanto!

Partindo da análise de fontes de jornais e, especialmente, da extremamente rica fonte oral, nos propomos, aqui, a relembrar

passagens e personagens que tiveram atuação importante neste período e, também, contribuir com um pequeno subsídio para esse tema que tão recentemente começa a ser explorado pela academia.

A Resistência ao Golpe e à Ditadura Civil Militar em Pelotas

O Estado do Rio Grande do Sul (RS) tem algumas peculiaridades que ajudam a compreender a cidade de Pelotas no período. Faz-se necessário ressaltar que o RS tinha uma forte militância trabalhista, um grande apoio popular às reformas de base, foi protagonista na Campanha da Legalidade e, principalmente, tem diversas especificidades derivadas de sua localização de fronteira com Uruguai e Argentina, o que situa o território como estratégico tanto para a repressão quanto para a resistência à ditadura civil militar, como iremos retomar adiante.

É importante, também, ressaltar que no período anterior ao golpe, principalmente durante o governo João Goulart, na cidade de Pelotas, havia diversos segmentos organizados atuantes. Esses segmentos irão, posteriormente, ajudar a constituir a resistência ao golpe e à ditadura.

Conseguimos perceber que estavam bem organizados: trabalhadores, estudantes, setores da igreja, vereadores da câmara municipal, partidos políticos (mesmo os clandestinos), entre outros. Havia várias atividades sendo realizadas nos locais de trabalho, de estudo e de moradia. Também havia importantes iniciativas de construção de trabalhos de base e muito incentivo ao debate e à participação política. Construía-se um momento riquíssimo de experiências democráticas no país – e na cidade.

Esses mais diversos segmentos, estando em um período democrático, organizavam-se, juntavam forças em torno de suas bandeiras de luta, pensavam formas de contribuir com a sociedade para além das pautas específicas, incentivavam a participação política e organização coletiva nas mais diferentes áreas de atuação e nos mais diversos locais.

Os militantes que se mobilizavam em período democrático em Pelotas e no restante do país serão parte importante para a organização das primeiras atividades de resistência ao golpe civil militar em 1964.

Na expectativa da vinda do presidente Jango e com a possibilidade de organizar a resistência, logo nos primeiros dias das movimentações golpistas, diversos grupos se concentraram em frente à prefeitura da capital gaúcha. Estavam mobilizados, em apoio à resistência, muitos trabalhadores e suas lideranças, populares, o prefeito de Porto Alegre Sereno Chaise, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o próprio Leonel Brizola, também do PTB – que era, à época, deputado estadual pela Guanabara.

Estava presente, também, o comandante do III Exército, General Ladário Pereira Telles, recém-nomeado por Jango, mas que não conseguiu conter o apoio do Exército ao golpe, pois, embora o exército tenha se polarizado entre oposição e apoio à legalidade, a maior parte acabou por demonstrar-se golpista.

Na Assembleia Legislativa, deputados, sobretudo do PTB, tentaram manter vigília em defesa da legalidade, enquanto os apoiadores do golpe a esvaziaram. Na Câmara de Vereadores da capital, aprovaram apoio a Jango.

Porém, no governo do Estado, Ildo Meneghetti, então governador, tornou pública sua posição favorável aos golpistas, por temer o “comunismo”⁶³. Ainda em 1º de abril, devido à incerteza da força política da oposição ao golpe na capital, o governador deslocou a sede do governo de Porto Alegre para Passo Fundo. Sua finalidade era tanto evitar ter o Palácio Piratini como alvo em uma cidade mais identificada com o legalismo quanto se articular com as tropas golpistas do Estado.

Enquanto esse cenário se desenhava no Estado, as demais cidades gaúchas também tomavam partido, organizando oposições e declarando apoios a um ou outro lado.

Em Pelotas, muitas pessoas se organizaram em contraposição ao golpe e, posteriormente, à ditadura. Destaca-se a atuação da Câmara Municipal de Pelotas, que aprovou por unanimidade moção contra o golpe já em 1º de abril, ressaltando a defesa da legalidade⁶⁴.

⁶³ Conforme consta no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, 1º abril de 1964, pág. 1.

⁶⁴ Conforme matéria publicada no jornal da cidade, o Diário Popular, 02 de abril de 1964, pág. 1.

Todavia, a bancada que compunha a oposição ao governo João Goulart reviu seu posicionamento oito dias depois⁶⁵. Em Pelotas, a oposição a Jango compunha-se pelo Partido Social Democrático (PSD), pela União Democrática Nacional (UDN) e pelo Partido Libertador (PL).

Na prefeitura de Pelotas, em abril de 1964, tínhamos como prefeito Sr. Edmar Fetter⁶⁶. O prefeito se pronunciou, nos primeiros momentos do golpe, frisando *estar preocupado unicamente em manter a ordem pública e garantir a tranquilidade indispensável ao bom funcionamento das forças vivas do município*. A matéria de Jornal que veiculou o pronunciamento anunciou, também, que o prefeito “entrou em contato com os setores ligados a segurança pública, acertando as providências concretas”⁶⁷.

Já os estudantes universitários e secundaristas da cidade estavam mobilizados e decretaram greve estudantil na mesma perspectiva que suas entidades representativas nacional e estadual. As entidades representativas, a União Nacional de Estudantes (UNE) e a União Estadual de Estudantes (UEE), assim como a União Gaúcha dos Estudantes Secundários (UGES)⁶⁸, haviam convocado greve geral em defesa do governo João Goulart.

Também estavam mobilizados os trabalhadores e, em assembleia na Casa do Trabalhador, por unanimidade, igualmente decretaram greve geral.

Os estudantes e sindicalistas, além de suas deliberações por categoria, agiram também conjuntamente, contando com a mobilização da população de forma geral, organizando-se na Casa do Trabalhador e, lá, montando uma vigília permanente para troca de informação e discussão da atuação conjunta, formando, inclusive, os Grupos dos 11, como recorda a Sra. Vera Lopes:

[A UPES] fez muitas [manifestações], na verdade, o que marcou muito, não só a UPES, mas a FAP⁶⁹ [...]. Tinha de movimento

⁶⁵ Como consta em matéria do jornal Diário Popular, em 8 de abril de 1964

⁶⁶ O Sr. Edmar Fetter passará ao cargo de vice-governador do Estado indiretamente indicado, entre os anos de 1971 a 1975.

⁶⁷ DIÁRIO POPULAR. *Prefeito Preocupado em Garantir a Ordem Pública*. Pelotas, 02 de abril de 1964. P. 6.

⁶⁸ Estudantes que hoje correspondem ao Ensino Médio.

⁶⁹ FAP, a Federação Acadêmica Pelotense, foi entidade representativa

os sindicatos também, vários sindicatos: o Sindicato da Alimentação, eu me lembro do Sindicato dos Bancários, era muito forte em Pelotas [...] tinha o dos Tipógrafos, que era um sindicato que tinha tradição comunista muito forte [...]. No 1º de abril todo o movimento de resistência foi pra Casa do Trabalhador [...] e lá a gente inscrevia pessoas para Grupos de 11 [...]. O Brizola trabalhava essa ideia [...], e a gente fazia inscrições, passamos acho que duas noites lá, aí foi direto [...], todo mundo fazia plantão, o pessoal se sentia mais ou menos em alerta permanente, inscrevendo pessoas para fazer a resistência. O movimento todo se reuniu ali na Casa do Trabalhador e a gente imaginava que ia ser muito difícil, que ia ter uma resistência muito forte [...]”⁷⁰.

Porém, se a Campanha da Legalidade no Rio Grande do Sul garantiu a posse de Jango em 1961, não foi possível acumular força suficiente para barrar o golpe de 1964.

Antes mesmo de ter mais organizado o apoio ao presidente, João Goulart chega a Porto Alegre. Aqui, avalia que não seria possível haver resistência, depois parte rapidamente para São Borja e, logo depois, ao exílio no Uruguai. Há, então, a desarticulação de uma resistência que se esperava organizar não só no Estado, mas no país.

Seguiu-se então, além da desmobilização, uma grande onda de repressão, atingindo os mais diferentes setores. Inclusive, na cidade de Pelotas que, ao final do primeiro mês após o golpe, encontravam-se detidas 19 pessoas consideradas "subversivas". Algumas ficaram presas ainda por vários meses:

Atividade subversiva: relação oficial dos presos em Pelotas.

[...] A reportagem do DP divulga em primeira mão a lista oficial dos elementos que se encontram detidos para averiguações, acusados de atividades subversivas e ligações com movimento de caráter comunista por parte das autoridades: – 1. Darcy Carret, funcionário do Instituto de Pesquisas e Experimentações Agropecuárias do Sul, IPEAS; 2. Dr. Manoel Alves de Oliveira,

das faculdades das atuais Universidade Católica de Pelotas e Universidade Federal de Pelotas., sua diretoria era escolhida indiretamente pelos Diretórios Acadêmicos das faculdades. A UPES foi a União Pelotense dos Estudantes Secundaristas de Pelotas, funcionava como uma agremiação estudantil geral às escolas de Pelotas.

⁷⁰ Em entrevista concedida à Marília Brandão Amaro da Silveira, por Vera Lopes, Pelotas, 2009.

agrônomo do IPEAS e professor de fitopatologia da Escola de Agronomia Eliseu Maciel; 3. Dr. Vicente Martins Real, médico e vereador pelo Partido Republicano; 4. Dr. Amaury Alfredo de Arruda, agrônomo do IPEAS; 5. Edberto da Costa Amaral, professor de matemática da Escola de Agronomia Eliseu Maciel; 6. Edgar José Curvello, suplente de vereador do Partido Republicano e que se achava no exercício do mandato; 7. Getúlio Pereira Dias, funcionário burocrático do SAMDU e vereador do Partido Trabalhista Brasileiro; 8. Benjamin dos Santos Pereira, presidente do Sindicato dos Estivadores e suplente de vereador na legenda do Partido Republicano; 9. 2º tenente reformado, Elson Butgaray; 10. 2º tenente reformado Odilon Garcia, que por motivo de saúde fora transferido da 9ª RI para o Hospital de Santa Casa [...]. Ontem a tarde foram detidos mais quatro elementos, todos eles estudantes universitários, trata-se dos acadêmicos, Saad Salin do direito; Irio Schwantes, Andrezi Pereira Filho e Enio Freitas Pnser, os três últimos cursando a faculdade de Odontologia.

[...] Na Divisão de Ordem Política e Social, o DOPS, portanto na Delegacia de Polícia, acham-se recolhidos mais cinco presos, são eles, 1. Jandir Bandeira, presidente da Associação dos Amigos do Bairro Fragata, cuja prisão foi efetivada ontem, 2. José Alves Pereira, conhecido pela alcunha de “85”, 3. Itatiaya Itagiba Telles, 4. Inamar Xavier Alves, 5. Altivo Lima, os três últimos são moradores no Capão do Leão e naquela vila desenvolvem as suas atividades. O Exmo. vereador Edgar José Curvello inicialmente esteve no 9º Regimento de Infantaria foi trasladado para o navio *Canopus*⁷¹, que se achava fundado na entrada da barra do Rio Grande.⁷²

Cabe aqui ressaltar que, nesse momento, ocorreram no país essas práticas repressivas que atingiram também cidadãos pelotenses, que nada mais faziam a não ser lutar por seus direitos e pela democracia no país. Temos, portanto, que relembrar o débito do Estado para com esses e tantos outros, por diversas atrocidades cometidas.

Analisando os alvos, percebemos como a repressão atingiu a comunidade acadêmica. A universidade foi atacada, sendo o ambiente

⁷¹ Tratou-se de um navio hidrográfico, fundeado na cidade de Rio Grande, que serviu como prisão aos perseguidos políticos.

⁷² Matéria publicada no Diário Popular, 1º de maio de 1964, pág. 14.

de discussões e contestações duramente atingido, não só pelas primeiras medidas de prisão das lideranças e supressão das manifestações, mas também com expurgos, legalizados por decretos e, como veremos, com a presença de órgãos de controle da repressão.

Foram presos e expulsos professores, técnico-administrativos, pesquisadores e estudantes. Diversos foram os expurgos na URGs, hoje UFRGS⁷³, atingindo também seus *campi* na cidade de Pelotas (que hoje é parte da UFPel, criada em 1969). Já em meados de 1964 foi formada uma comissão com a finalidade de expurgar professores, funcionários e estudantes da URGs, acusados de subversão, composta por dois professores de Pelotas, das Faculdades de Direito e de Odontologia, junto a um representante militar e professores da URGs de Porto Alegre.

Também formou-se uma subcomissão para Pelotas, composta por professores dessa cidade e um representante militar. Três professores de Pelotas, com alternâncias, compuseram as comissões que julgaram os expurgos: a professora Rosah Russomano de Mendonça Lima e os professores Gastão Coelho Pureza Duarte e Delfim Mendes da Silveira⁷⁴.

Como vemos no depoimento do prof. Ápio Antunes, essa comissão foi implacável com seus colegas:

Voltando, passei a réu de um crime contra a pátria. Fui ouvido num Inquérito Policial Militar e paralelamente numa “investigação sumária” que era num âmbito administrativo. Quando retornei ao país, já havia sido revogado o decreto de prisão e passei a responder processo em liberdade. Fui ouvido longamente depois, por fim absolvido na justiça militar. Pelos mesmos fatos, exatamente os mesmos que deram origem ao processo militar, a mesma acusação, sem tirar nem por, eu fui réu de um processo administrativo no âmbito universitário. A justiça me absolveu e os meus colegas de universidade (treze votos a um) me condenaram. Eu fui caçado, perdi

⁷³ UFRGS é a Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

⁷⁴ As matérias que apresentam os componentes da comissão de expurgos, tanto quanto demais dados apresentados, todas publicadas pelo jornal Diário Popular, são: “Dois Professores de Pelotas na Comissão de Expurgos da URGs” 20 de maio de 1964, pág. 8; “Subcomissão de Inquérito da URGs Instalou-se em Pelotas” 26 de maio de 1964, pág. 8; “Continua a Repercutir nos Círculos Universitários Os Expurgos na URGs” 19 de Setembro de 1964, pág. 6.

a cátedra, fui expurgado do clube comercial, perdi o cargo de presidente da liga da junta disciplinar desportiva, que era gratuito, mas honroso. Passei dezesseis anos com a mordada do silêncio, não podia falar, não podia dar aulas.⁷⁵

Ao todo, em 1964, foram expurgados da URGs 12 professores. Nos *campi* de Pelotas, foram atingidos os professores Ápio Cláudio de Lima Antunes e Hugolino de Andrade Uflasher, ambos da Faculdade de Direito, dispensado e forçadamente aposentado, respectivamente.

Novos expurgos aconteceram em 1969, sendo mais dois professores de Pelotas atingidos: José Pio de Lima Antunes e Manoel de Alves Oliveira (o Maneca), dos cursos de Direito e Agronomia, respectivamente.

Além dos expurgos na universidade, diversas outras instituições estatais foram alvo da chamada Operação Limpeza⁷⁶ no Estado. Assim, foram perseguidos também funcionários das empresas privadas.

Em Pelotas, por exemplo, o Colégio Municipal Pelotense demitiu o professor Aldir Garcia Schelee⁷⁷, que também foi demitido da Universidade Católica, assim como o prof. Antônio Voltan⁷⁸.

Outra ação marcante da repressão à comunidade acadêmica pelotense foi o cerco ao *campus* da Faculdade de Agronomia, situado no Capão do Leão, durante as primeiras semanas de abril de 1964.

O *campus* foi invadido e ocupado pelas Forças Armadas, sendo o principal alvo o Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuária do Sul – IPEAS⁷⁹. Foram feitas revistas nas casas dos moradores do bairro⁸⁰ e detidos diversos pesquisadores do instituto,

⁷⁵ Entrevista de Ápio Antunes, concedida Carmem Lúcia de Matos e Elaine Oliveira, publicada em MATOS, Carmem. OLIVEIRA, Elaine. Movimento Estudantil no Período Militar. Projeto de pesquisa. UFPel: Pelotas, 1992.

⁷⁶ Operação desenvolvida em todo o país, visando expurgar das instituições públicas os opositores da ditadura.

⁷⁷ Esse fato merece uma pesquisa a parte para verificar como se deu a demissão e se outros funcionários, professores ou alunos também foram retirados da instituição.

⁷⁸ Assim como o Colégio Pelotense, a UCPel merece uma pesquisa a parte sobre o tema.

⁷⁹ Em 1962 as pesquisas da faculdade passaram a integrar o IPEAS, que, em 1972 deu espaço à EMBRAPA segundo <http://www.cppsul.embrapa.br/unidade/memoria> (acesso em 10/11/2009).

⁸⁰ Capão do Leão na época compunha parte de Pelotas. Hoje é município autônomo, independente desde 1982.

alguns dos quais foram mantidos presos. As principais finalidades seriam a repressão ao PTB e a desarticulação de Grupos dos 11. Conta sobre essa ação o morador Sr. Ari Costa:

O quartel entrou lá e começou a levar o pessoal, tudo que era eles levavam e traziam pra dentro do quartel, preso. Tinham um jipão que ia lá, levaram preso o Paulo Tolosan que era diretor, botaram um interventor do quartel [...]. E aí começaram a trazer aqueles que eram, que faziam reuniões; Traziam, a varrer, tudo. Desde o agrônomo até o trabalhador do campo [...], o que trouxeram de gente pra cá não foi fácil [...], foi muita gente [...]. Às vezes levavam mais de um [...], não sei se alguém denunciava, eu sei que quando eles iam, iam certinho [...], buscavam no serviço, dentro de casa, onde estivesse. E levavam preso para o quartel [...]⁸¹.

Havia também uma preocupação em controlar a zona rural do município. Segundo o professor aposentado da UFPel e UCPel, José Luis Marasco Cavalheiro Leite⁸², a igreja católica no Rio Grande do Sul, sob o comando de Dom Vicente Scherer, tinha uma grande preocupação com a influência que os comunistas exerciam na zona rural. Não só comunistas, mas também alguns segmentos trabalhistas ligados a Leonel Brizola, como os que tentaram criar os chamados Grupos dos 11. Para neutralizar essa influência, foi criada a Frente Agrária Gaúcha (FAG).

No município de Pelotas, através da liderança de Dom Jaime Chemello, houve uma forte mobilização para a criação de muitos sindicatos rurais no período. O advogado que atuou na formação desses sindicatos foi Carlos Alberto Chiarelli, que depois terá uma intensa vida pública, sendo eleito senador em 1982 e, posteriormente, nomeado Ministro da Educação no Governo Fernando Collor.

A cidade de Pelotas contou, também, com frentes de resistência à ditadura, visando se articular tanto entre grupos de oposições quanto com grupos de outras cidades. Um exemplo é a FARP – Frente de Ação Revolucionária Popular, criada para discutir ações conjuntas entre a pluralidade de posições, contando com militantes

⁸¹ Trecho de entrevista concedida à Maria Amélia da Silveira, em 1992, mantida sob posse e concedida ao Núcleo de Documentação Histórica – UFPel.

⁸² Em entrevista a Renato Della Vecchia.

de diversos partidos, de vários locais de atuação, e com lideranças dos setores mais diversos da sociedade, como conta em depoimento Carlos Alberto Franck. Essas iniciativas sofreram forte repressão.

Também sofreram com a repressão os representantes políticos. Vereadores de oposição ao golpe na Câmara Municipal de Pelotas foram presos e depois cassados. Em especial, os pertencentes ao Partido Republicano e ao Partido Trabalhista Brasileiro.

No caso do Partido Republicano (PR), em específico, não havia uma identidade ou um programa de esquerda, ou mesmo qualquer indicação de articulação nacional contra o golpe, mas, devido à ilegalidade de partidos mais à esquerda, serviu como frente legal à luta de partidos clandestinos.

Cabe ressaltar, na lista publicada em 1º de maio, as prisões de lideranças de organizações civis, tais como o presidente do Sindicato dos Estivadores, o presidente da Associação de Bairro do Fragata, além dos estudantes e dos dois tenentes.

As prisões atingiram vários setores da população, provavelmente os mais ativos e organizados. Foi bastante "representativa", reforçando que não se tratou da prisão de infratores de leis, mas sim da prisão de lideranças, a fim de desarticular a oposição e, por atingir diversos segmentos, intimidar o maior número de pessoas. Além dos nomes publicados na lista, muitos outros cidadãos foram detidos, interrogados e mantidos presos, antes e depois dessa publicação.

Junto às medidas contra as lideranças da oposição ao golpe militar, no sentido de conter uma manifestação mais massiva, ou mesmo na tentativa de coibir qualquer articulação, foram anunciadas ordens que atingem mais amplamente a população. Divulgou-se no jornal da cidade nota impondo toque de recolher, proibindo o funcionamento de campos de futebol ou corridas de cavalos e deixando explícita a perspectiva de reprimendas e prisões⁸³.

Na cidade de Pelotas também houve, ao longo do período ditatorial, práticas de desrespeito aos direitos humanos, seja contra os presos políticos seja contra os presos comuns, embora deva-se supor que, em geral, deu-se de forma menos sistematizada que na capital do Estado.

⁸³ Nota foi publicada no jornal Diário Popular, 05 de abril de 1964, pág. 10.

As denúncias dessas agressões partem, atualmente, da memória dos atingidos: tanto através de pesquisas que utilizam como fonte a memória, quanto ao realizarmos, na atualidade, atividades em que haja espaço de relatos⁸⁴.

Como lembra Antônio Voltan,

Nessa ocasião, em 72, eu era o encarregado de fazer a passagem para a fronteira. Eu soube, veio a mulher de um amigo nosso que morava em Pelotas, mas já tinha se transferido para Porto Alegre, veio e disse "prenderam o Fonseca", [...] já tinham prendido o cara da estadual que fazia o contato conosco [...]. Aí, outro dia, quando eu estou chegando no escritório, apareceu esse sujeito e mais outro e disse "nós somos do DOPS" me acompanhe [...] e, é claro, a gente tinha que gritar na rua "estou sendo preso!" porque as pessoas sumiam [...]. E eu disse "só se eu puder levar junto meu advogado", os sujeitos conversaram entre eles e disseram "tá, vamos". Chegamos no carro, deram uma volta com ele e já me socaram um capuz, mandaram ele [o advogado] descer [...], me levaram para o quartel [...], me bateram bastante no quartel [...]. Aí me levaram embora para o centro de tiros do quartel, lá no fim do Areal, lá onde passa o trem e me levaram de noite para Porto Alegre, para o DOPS [...]. Voltaram uma semana depois, quando vieram buscar uns papéis aqui e prenderam ele [o Sr. Alceu Salamoni] [...]. Eu fiquei 52 dias [preso] se não me engano, por aí...⁸⁵

A denúncia das práticas de tortura, usadas também contra presos comuns, aparece em notícias da época, chegando a relatar espancamento e uso de choques elétricos em investigações, como exemplo em matéria divulgada no jornal Zero Hora em 1972:

Pelotas. [...] Os policiais estavam completamente embriagados, segundo a vítima, e queriam que Waldir confessasse sua participação num roubo [...] ele disse que foi levado para a delegacia, onde passou a ser espancado [...]. Declarou que no dia do furto da joalheria nem estava em Pelotas, "mas embora dissesse isso continuei a sofrer torturas com choques elétricos nas pernas e nas mãos" [...]⁸⁶

⁸⁴ Um exemplo foram relatos que apareceram no seminário Pelotas: 200 Anos Para Quem?!, realizado nos 26/06, 03,10.17/07 de 2012, filmados pela Câmara Municipal de Pelotas.

⁸⁵ VOLTAN, Antônio. Resistência à Ditadura Militar. Pelotas, 2009. Entrevista concedida à Marília Brandão Amaro da Silveira.

⁸⁶ Publicado em ZERO HORA. Porto Alegre, 19 de maio de 1972. P. 26.

Nos anos que se seguiram, as manifestações de oposição ao golpe continuaram a ocorrer, com mudanças em suas formas, ficando diretamente ligada às modificações da repressão no mesmo sentido do que acontecia em todo o Brasil. Nos estados, foi necessário reforçar a repressão através das polícias militares. Até então, existiam duplas de policiais que faziam policiamento urbano para infrações menores, como os chamados “Pedro e Paulo”, no RS, ou “Cosme e Damião”, no RJ. A partir de 1968, a Brigada Militar teve seu contingente ampliado e seus objetivos modificados, devido à demanda da repressão, na cidade, para controlar a propaganda anti-ditatorial⁸⁷.

Para além da ação das forças armadas em colaborar com o golpe e a ditadura, tivemos também a adesão de civis. Foram feitas declarações e escritas cartas de apoio. O reitor da Universidade de Santa Maria e os estudantes de Direito de Passo Fundo assinaram nota de apoio, saudando a declaração do General Mario Poppe de que iria tomar “medidas tendentes à sanar o meio estudantil das influências de ideologias estranhas à nossa formação democrática e cristã”⁸⁸. Várias entidades que declaram também seu apoio, como o Rotary Club de Pelotas, ou a Associação Comercial de Pelotas, cuja declaração afirma que “o exército brasileiro acaba de prestar ao país grande serviço”⁸⁹.

De forma geralmente menos explícita, boa parte da grande imprensa gaúcha, assim como diversos trabalhos apontam para a imprensa no resto do Brasil, também acabou por se comprometer com a defesa da ditadura civil militar. Tanto por iniciativa quanto por coibição da censura, principalmente enquanto essa se encontrava em seu estágio mais agudo.

A recém-nascida Zero Hora sustentava orgulhosamente em sua primeira página que Gen. Poppe a saudava como “uma voz cristã e democrática”. Já o jornal pelotense Diário Popular destacou-se em campanhas a favor da ARENA (Aliança Renovadora Nacional), durante os anos de bipartidarismo.

⁸⁷ Matérias do Diário Popular "Agitadores Agem na Calma da Noite Pichando Paredes" de 6 de agosto de 1964, pág. 8 e "Pedro e Paulo em Campanha de Repressão" 18 de agosto de 1964, página 8.

⁸⁸ Noticiada em ZERO HORA. Porto Alegre, 5 de maio de 1964. Coluna ZH Militar. p. 17

⁸⁹ Noticiadas, respectivamente em: DIÁRIO POPULAR. Pelotas, 16 de abril de 1964. P.8. e DIÁRIO POPULAR. Porto Alegre, 5 de abril de 1964. P. 10

Foram importantes para a disputa entre apoiadores e oposição ao golpe civil militar, as três eleições, ocorridas em 1966, 1968 e 1970.

O MDB, Movimento Democrático Brasileiro, organizava-se em torno de espaços institucionais, e, controlado, não conseguia oferecer resistências mais efetivas, mas, em algum grau, canalizava os votos de descontentes com o governo militar. Essas eleições, em geral, tiveram resultados bastante próximos na cidade e apresentavam algum tensionamento.

Especial destaque merece a campanha eleitoral de 1970, realizada para a escolha da composição da Câmara Federal, da Assembleia Legislativa e do Senado. Em Pelotas, o eleitorado foi de 80.504 votantes, com resultados equilibrados, tendo os candidatos arenistas Tarso Dutra 31.684 votos e Daniel Kruger 29.426 votos. Enquanto os candidatos do MDB Brochado da Rocha e Paulo Brossard ficaram, respectivamente, com 27.424 e 27.598 votos na cidade.

Mas a peculiaridade dessa eleição foi o resultado da campanha pelo voto nulo, organizada por todo o país, feita por grande parte dos movimentos de resistência com a finalidade de deslegitimar as eleições e a ditadura. Em todo o Estado houve um alto índice de votos nulos ou em branco. Em Pelotas, houve 18.225 votos nulos e 5.929 votos em branco⁹⁰.

O resultado gerou discussão entre o MDB, os arenistas e a sociedade como um todo, refletida nas páginas de jornal e nas declarações de figuras políticas importantes, como retratado na notícia do Diário Popular:

“esse comportamento do eleitorado foi mais acentuado bruscamente nas zonas em que o MDB alimentava mais esperanças” [...] o deputado Pedro Simon declarou que o MDB não está sendo derrotado pela ARENA, mas sim pelo voto em branco.⁹¹

As eleições e as diversas relações de apoio, explicitadas durante o golpe, ou ao longo da ditadura militar, possibilitam refletir também sobre correlações de forças políticas regionais, em que o poder local também estava em disputa, e se fez necessária

⁹⁰ Conforme as matérias do Diário Popular: "Pelotas Vota Hoje", de 15 de novembro de 1970, pág. 8, e "Eis os Números do Pleito" de 20 de novembro de 1970.

⁹¹ Diário Popular, 18 de novembro de 1970, pág. 1.

uma reacomodação, por exemplo, pela necessidade de recomposição partidária com o bipartidarismo. E, embora não possamos compreender a atual constituição política analisando restritamente esse período histórico, temos, entretanto, que considerar fatores importantes no processo de constituição de elites que se perpetuam no poder, representando uma classe e um conjunto de práticas e propostas políticas.

A perpetuação de elites, tal como se dá hoje, é, em parte, sintomática de nosso processo de reabertura “lenta, gradual e segura” e de nossas políticas públicas de “desmemória”, que induz o esquecimento coletivo, nega à população o conhecimento desse período e não vincula práticas políticas de grupos e partidos atuais às suas posições no passado.

Pelotas: seu importante papel na organização das rotas de exílio⁹²

Se nós já compreendemos que as novas pesquisas que vêm sendo feitas pela academia sobre o período de ditadura civil militar está sendo mais plural e trazendo novas experiências, devemos ressaltar uma importante mostra do que essas pesquisas podem suscitar, apontando uma peculiaridade de nossa cidade: a organização de rotas de exílio. Essa particularidade, não só de Pelotas, mas de outras cidades do interior gaúcho, é riquíssima de experiências e reflexões. Essas cidades, não necessariamente posicionadas em áreas limítrofes de nosso país, compartilham uma dinâmica própria da nossa zona de fronteira e, por isso, possibilitaram uma atuação singular.

Essas cidades tiveram uma atuação muito além de suas regiões, uma vez que foi desenvolvida uma atividade muito importante para a resistência à ditadura no país, em articulação com militâncias de várias cidades do Estado. Através das militâncias dessas cidades – inclui-se, em destaque, Pelotas – possibilitou-se a mobilidade pela fronteira, seja para troca de materiais e informações, seja para introduzir ou retirar militantes no território brasileiro.

⁹² Esse tema foi aprofundado em SILVEIRA, Marília. *Ditadura Civil Militar na Região Sul Gaúcha: Militâncias e Rotas de Exílio*. Pelotas: UFPel, 2012. Dissertação de Mestrado em História.

Portanto, consolidou-se organização das rotas de exílio, sendo uma tarefa desenvolvida pelos militantes de oposição à ditadura civil militar, nas cidades do interior e de fronteira do Rio Grande do Sul, seja porque teve grande intensidade na região, seja porque foi proposta de grande parte das correntes opositoras ou, ainda, porque era referência nacional para quem precisava deixar o país.

Pelotas teve parte importante nessa tarefa, garantindo, além do tráfego de informações e da reintrodução de militantes, a salvaguarda de diversos perseguidos pelo Estado. É necessário ressaltar que a militância de pelotenses constituiu-se em arriscar sua própria integridade física em prol de resguardar outros militantes, muitas vezes desconhecidos de organizações diversas das suas, inclusive com posições divergentes. Muitos dos organizadores das rotas de exílio foram duramente perseguidos pela repressão, sendo presos, torturados e, eles próprios, exilados.

Essas rotas foram articuladas em parceria entre militantes de diferentes cidades do Rio Grande do Sul, do país e, também, do exterior, contando, sobretudo, com brasileiros já exilados no Uruguai ou na Argentina. Transladavam militantes em solidariedade entre diferentes correntes de esquerda, tendo a colaboração dos chamados simpatizantes que, embora não tivessem uma organicidade na constituição da atividade, tinham papel de fundamental importância.

Essa atividade de organização das rotas de exílio requeria uma sistemática reelaboração, contando com todas as possibilidades que as correntes conseguiam prover e se valendo de alguns novos elementos trazidos pelos contatos pessoais dos militantes ou, até mesmo, pelo acaso. As organizações viam-se na responsabilidade de resolver grandes problemas com poucos recursos e, para isso, lançavam mão de todas as possibilidades que se punha para o momento.

Na cidade de Pelotas, destacam-se militantes responsáveis pela organização dessas rotas⁹³, que moveu, inclusive, a atenção da repressão, tendo alguns sido presos por sua participação na atividade. Essa característica da cidade e região fez com que as organizações

⁹³ Cada grupo político teve seus responsáveis. Destaco aqui como exemplo Antônio Voltan e Alceu Salamoni pela Ação Popular bem como Manoel Pedro Gomes Coelho, pelo PCdoB, com risco de cometer injustiça com outros nomes que também deveriam ser lembrados.

de esquerda que atuavam aqui não organizassem ações mais ousadas, exatamente para não chamar a atenção da repressão.

Destacam-se também pelotenses que, uma vez no exterior, fizeram parte de uma teia de solidariedade para receber exilados, inclusive em outros continentes⁹⁴. Temos presente também a participação de setores mais progressistas da igreja católica, mobilizando seus membros como apoiadores.

Deve-se, ainda, destacar que, durante os anos finais da década de 1960 e ao longo da década de 1970, foram-se estabelecidas rotas para receber militantes uruguaios e argentinos, que, perseguidos em suas pátrias e cercados por países dominados por ditaduras civis militares, procuraram o território gaúcho, onde ainda não eram “alvos” conhecidos. Procuravam nosso território também porque aqui se começava a experimentar uma reabertura antes de nossos vizinhos, embora ela tenha demorado a se efetivar.

Noé Vega Cotta de Mello, estudante de arquitetura e uruguaio refugiado no Brasil, em função da ditadura instaurada naquele país, lembra-se de apoio inclusive de pessoas que não tinham nenhum vínculo com as lutas contra a ditadura:

Durante o período que morava na Casa do Estudante, tive também uma experiência que retratava muito bem o momento que se passava nos países do Cone Sul. Uma estudante de engenharia da Universidade de Uruguai, que era uma grande amiga, veio não sei de que forma a dar a esta casa e lembro-me bem, que, em prantos, me pediu para eu arranjar um lugar para pernoitar, que no outro dia ira no encontro do pai dela, ex-reitor da Universidade de Uruguai e que já estava exilado na Argentina. Ela estava sendo perseguida pela polícia e não lembro se o namorado já tinha sido preso ou morto. A situação para mim era muito delicada pelo acima relatado e principalmente por saber que nosso síndico do edifício era um braço direito de nosso interventor e possivelmente um "dedo duro". Um dono de hotel, nessa hora da noite, atendeu meu pedido e sensibilizado pela situação desesperada da estudante deixou ela dormir essa noite sem registrá-la. No outro dia e muito cedo encaminhei a rodoviária onde pegou um ônibus para Uruguiana.⁹⁵

⁹⁴ Como relembra o sr. Osmar Schaffer em SCHAEFER, Osmar. *Militâncias e Rotas de Exílio*. Pelotas, 2014. Entrevista concedida à Marília Brandão Amaro da Silveira.

⁹⁵ Segundo relato concedido a Renato Della Vecchia.

Esse relato aparece em outras falas, como na do militante uruguaio, Sr. Eduardo Solari:

E; S.: Às vezes, quando vinha, por dúvida, até pegava até ônibus, mas a maioria das vezes estávamos no posto de gasolina e vinha caminhão e até carro, nesse tempo era possível vir de carona. Então aí eu entrava nas praias, dava um dia ou dois dias na praia, cantava por ali, ia para um “poblo”, e ia pulando de “poblo” em “poblo” até chegar no Chuy e passar aí. E quando chegava ia para a barra do Chuy, que é um lugar de “poblado”, ou ia para a casa de alguns amigos que moravam no Chuy do lado do Brasil.

E.: E esses amigos eram da sua organização também?

E.S.: Eles nunca se declaram de alguma organização, porque a maioria deles não eram brasileiros nem uruguaio, eram de outras nacionalidades e eles estabeleciam algumas relações comerciais aí e eles protegiam as pessoas que chegava com problemas ali.

E.: Estás falando do caso dos palestinos?

E.S.: Isso.⁹⁶

Vemos, nesse relato, que o espaço de fronteira era muito importante para a segurança desses militantes que, principalmente mais ao final da nossa ditadura, ora optavam pelo lado brasileiro, ora pelo lado uruguaio. Mas percebemos aqui outro fator muito importante e que carece de estudos: a ajuda que famílias palestinas refugiadas na região forneciam aos militantes se encontravam em perigo. Esse grupo aparece em relatos, mas ainda não há trabalhos que explorem a questão.

Essa região de fronteira foi muito importante para garantir segurança à oposição à ditadura civil militar. Paralelamente também foi um espaço de importância estratégica para a repressão, que desenvolveu diversas atividades repressivas específicas para a zona de fronteira, inclusive em conjunto com o aparato repressivo de outros países, sendo mais conhecidas as ações da Operação Condor.

Mas esse foi também um espaço de aproximações e trocas culturais. Pela nossa zona de fronteira, permitimos o contato com uma diversidade de produção cultural que estava sendo produzida no mundo, mas era proibida no Brasil.

⁹⁶ SOLARI, Eduardo. *Militâncias e Rotas de Exílio*. Porto Alegre, 2013. Entrevista concedida à Marília Brandão Amaro da Silveira.

Nesse momento, já no contexto do final da ditadura brasileira, mas em plena ditadura uruguaia, Ricardo Almeida (estudante de arquitetura da UFPEL), lembra-se de um fato ilustrativo do período

Não lembro o ano, mas fizemos a apresentação do filme 25, de José Celso Martinez, sobre a Independência de Moçambique. Foi no anfiteatro do Gonzaga (?)... Tudo uma maravilha até que, ao final da apresentação, ficamos sabendo que uma francesa da equipe que trouxe o filme estava levantando informações sobre a repressão no Cone Sul e tinha sido identificada pelas "forças da repressão" uruguaiais.

Ela estava num hotel do Chuí uruguaio, mas quase sem contato com a equipe (lembrem que ainda não existia celular e nem internet), e não conseguia atravessar a fronteira, pois podia ser presa.

Até hoje, não sei bem toda aquela história e no que que deu... O engraçado é que reunimos todo o pessoal que estava por ali e fomos para o apartamento do Glauco e da Nadija, que era quase que um "aparelho" de planejamento e ação em Pelotas (assim como outros aptos. e casas que se abriam). Escutei atentamente os discursos e discordei logo de cara, pois achava que muitos estavam tratando do caso como se fosse um filme do James Bond. Eu estava acostumado em atravessar a fronteira, pois vivi quase toda a minha infância e juventude em Livramento-Rivera, e percebia que a questão era muito mais simples do que alguns argumentavam. Não deu outra: me indicaram (hehehe), junto com o Flávio Coswig para irmos até lá. Depois, pegamos a Adalgisa e, ainda de madrugada, partimos no carro do Flávio para o Chuí. Lá estariam esperando o seu Elon e a dona Eni, pais do Glauco e da Nadija (grandes pessoas, que merecem um capítulo só para eles). Eles eram muito conhecidos pelos guardas da alfândega e se dispuseram a correr aquele risco. Combinamos tudo, inclusive se desse problemas: Seu Elon, dona Eni (um casal) e eu atravessaríamos a fronteira e eu desceria no hotel Casino, onde ela estava hospedada.

Aconteceu mais ou menos o seguinte ao chegar na portaria:

– Buenos dias, señor... La Señora Beatrice, por favor... etcetera e tal... O porteiro me indicou o número do quarto e eu segui em frente. Bati na porta e ela foi aberta por uma linda loira francesa... Entreguei o bilhete que haviam me dado e ela me disse, com um sotaque afrancesado:

– Parece um film du James Bond.... Hehehehe

Eu era tímido pra "casseta", mas tudo isso ficou gravado na minha memória.

Atravessamos tranquilamente a fronteira... Sempre conversando, para não chamar atenção... Ela fumava o tempo todo (sem parar)... Até chegarmos novamente em Pelotas...⁹⁷

Essas ricas trocas culturais também se desdobraram em um forte movimento artístico, que fez parte das manifestações pela reabertura política do país, tais como o emblemático movimento de música nativista e seus festivais. Especificamente em Pelotas e região, tivemos a realização da GERARTE, inicialmente em Santa Vitória do Palmar e depois em Pelotas, em 1979, a partir do DCE Livre, bem como inúmeras outras atividades de cunho cultural.

O Processo de Redemocratização

O processo de redemocratização no Brasil, como todos os demais processos similares que ocorreram em outros países, sempre envolveu dois elementos muito importantes: de um lado, a incerteza quanto ao futuro por parte dos inúmeros agentes envolvidos no processo, de outro, a divisão por parte das principais forças envolvidas, seja entre os que queriam controlar o processo político na perspectiva da manutenção da ordem estabelecida, seja entre os que queriam modificar a conjuntura. Ou seja, no caso brasileiro, havia uma divisão entre a chamada “linha dura” e aqueles que queriam iniciar um processo de “redemocratização lenta e gradual”. Do lado da oposição, desde aqueles que se envolveram no processo de luta armada até os que buscaram construir saídas legais e, em alguns casos, negociadas com o próprio regime.

Quando buscamos analisar o contexto global em um “microcosmo” como o município de Pelotas, também iremos perceber que em diversas ocasiões e a partir de diferentes ações de pessoas envolvidas nessa disputa, esse universo de concepções e interesses distintos também se fazia presente.

Temos clareza de que o centro da repressão política, por obviedade, deu-se nos principais centros políticos do país (São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, etc.), bem como em algumas regiões

⁹⁷ ALMEIDA, Ricardo. REPRESSÃO NO CONE SUL. In.: <http://mepelotas.blogspot.com/2009/01/represso-no-cone-sul.html>. Acessado em 20/09/2018.

determinadas, que tiveram importância por sua localização estratégica (Araguaia, Bico do Papagaio, entre outros) ou em função de conflitos locais bem delimitados (camponeses no Maranhão, indígenas na Amazônia, etc.). Nesse contexto, a imensa maioria das cidades médias e pequenas não viveu uma repressão tão sistemática. Além disso, diversas organizações entendiam que o sul do Estado, por ser uma região de fronteira importante para o traslado de pessoas procuradas pelos órgãos repressivos, não deveria ter atividades mais intensas que chamassem a atenção da repressão. Algo similar aconteceu na Bahia, considerada por algumas organizações como “área de recuo”.

No entanto, o fato de Pelotas e região não terem sido palco de conflitos políticos mais duros, não significa que o processo repressivo não causou inúmeros danos a centenas de famílias. Os danos não foram apenas físicos, através da tortura que algumas pessoas sofreram, mas também danos materiais (transferências, demissões, perseguições a funcionários públicos), bem como conflitos psicológicos causados por diferentes situações de medo, insegurança, afastamento forçado por parte de familiares, etc.

Um exemplo de situação conflituosa foi o processo de formatura da turma da Agronomia de 1968, que escolheu como seu patrono o ex-presidente da república Juscelino Kubitschek, naquele momento com seus direitos políticos cassados. Como a reitoria da universidade não aceitou por considerar uma provocação, e como a turma se recusou a escolher outra pessoa, foi suspensa a formatura por parte da direção da universidade. Recentemente, em outubro de 2018, a atual reitoria da UFPel, a pedido desses ex-alunos, realizou oficialmente uma formatura simbólica, no ano que completa 50 anos do acontecido.

O Serviço Nacional de Informações (SNI) foi o instrumento draconiano, criado pelo regime para controlar toda a sociedade civil no país. Em todos os segmentos havia mecanismos de controle e fiscalização por parte desse órgão. Nas universidades, o braço do SNI denominava-se Assessoria de Segurança e Informação (ASI), presente em todas as universidades públicas brasileiras. Na UFPel, o comando da ASI local ficava ao lado da sala do reitor e era comandada por um General bastante temido pelos estudantes (General Vignoles).

No final dos anos 1970, o Diretório Acadêmico Nunes Vieira (curso de Agronomia), criou um jornal interno denominado de Teodolito, que, além de discutir questões específicas, também trazia debates atuais com conteúdo político, como Anistia, Constituinte, Agrotóxicos, etc. Em um determinado dia, o General Vignholes chamou os representantes do D.A.N.V. Foram à reunião as acadêmicas Rita Surita e Jacira Porto. O General, que não estava gostando do conteúdo do jornal, solicitou às estudantes que, antes de imprimi-lo, seria bom que passassem para ele, para que pudesse “auxiliar na revisão gramatical”. As representantes estudantis concordaram com a proposta, mas simplesmente ignoraram a “ajuda” da ASI.

Paulo Brum (estudante de arquitetura), que chegou a ser membro do Conselho Universitário, lembra-se do papel da ASI na UFPel:

o General Edson Vignoles me chamava quase todos os dias para ameaçar com expulsão, prisão, etc. Tinha chegado uns livros doados pela Academia de Ciências da URSS à Faculdade de Arquitetura da UFPel. O reconhecimento da faculdade dependia da existência de uma biblioteca, mas o general se negava a liberar os livros, pois vinham de um país comunista, eram perigosos. Eram livros de cálculo diferencial, de geometria descritiva, de desenho técnico, etc.⁹⁸

Também o estudante de arquitetura Noé Vega Cotta de Mello recorda o papel desempenhado pela ASI dentro da UFPel

Em 1973 ingressava ao curso de Arquitetura da Universidade Federal de Pelotas através de transferência, como tantos outros estudantes uruguaios que saíam, seja por perseguições políticas, ou pela falta de perspectiva que nosso país vislumbrava nesse então. A Universidade Brasileira nos oferecia então a grande oportunidade de continuar as nossas carreiras, porém percebia-se a preocupação das autoridades universitárias com o possível envolvimento dos novos acadêmicos no processo político e social brasileiro, devido a já sabida carga de politização e comprometimento sócio político que muitos de nós tínhamos. Esta situação ficou bem clara quando fomos solicitados a comparecer ao gabinete do então interventor, não lembro se este era o nome correto do cargo no qual o general

⁹⁸ Relato publicado pelo depoente no site www.mepelotas.blogspot.com.br

Vignoles ocupava dentro da estrutura política da UFPel, mas fomos diretamente alertados por este das consequências que teríamos, que seriam o encaminhamento direto ao DOPS e possível extradição, se fossemos pegos em qualquer tipo de manifestação política ou outra que atentasse contra a estabilidade do sistema.⁹⁹

Um fato considerado como um dos primeiros elementos de mobilização dos estudantes frente ao contexto repressivo da época, aconteceu em 1974, durante uma visita a universidade do candidato à senador pela ARENA, Nestor Jost. Paulo Brum, estudante na época, lembra-se do episódio do qual participou

O Presidente do Banco do Brasil, Nestor Jost, era candidato ao Senado pelo RS, e foi convidado pelo então Reitor, Delfim Mendes da Silveira, para dar uma palestra na universidade. Como os estudantes não quiseram assistir a palestra preferindo ir para a cidade, a reitoria, para forçar a assistência, suspendeu a saída dos ônibus. Então, alguns estudantes se revoltaram e resolveram invadir o auditório e denunciar o ato da reitoria. Em seguida, saindo do auditório, organizou-se na hora uma mobilização que culminou numa marcha a pé, do Campus até o centro da cidade, onde encontramos os Deputados Lélcio Souza e Getúlio Dias, que na mesma noite denunciaram a atitude da Reitoria pela televisão. Tem-se notícia que foi a primeira manifestação de estudantes em uma universidade desde a edição do AI 5 e dos famigerados Decretos 228 e 477. Esse fato reveste-se, em suas devidas proporções, de grande importância histórica para o movimento estudantil e a luta pela democracia, pois naturalmente formou-se, em meio à marcha, um grupo que se ampliou e chegou a 1978 com a força que resultou na Construção.¹⁰⁰

A partir da Lei Suplicy de Lacerda, do final de 1964, as eleições para os DCEs passavam a ser realizadas indiretamente, através do voto dos presidentes de Diretórios Acadêmicos (DAs). Para a garantia do processo, havia dois mecanismos suplementares: os candidatos ao DCE deveriam passar pela aprovação das reitorias (na prática pela aprovação das ASIs) e, ao mesmo tempo, havia uma tentativa de controlar o processo de escolha das diretorias dos DAs.

⁹⁹ Segundo relato concedido a Renato Della Vecchia.

¹⁰⁰ Relato publicado pelo depoente no site www.mepelotas.blogspot.com.br

Havia a obrigatoriedade do voto por parte dos alunos, pois quem não votasse nas eleições estudantis podia ser suspenso de assistir aulas por até um mês. Dessa forma, buscavam garantir a participação das chamadas “minorias silenciosas” e evitar o controle por parte dos militantes mais ativos politicamente.

Até 1973 não havia o DCE UFPel, mas apenas a Federação Acadêmica de Pelotas (FAP), que envolvia os Diretórios Acadêmicos da UFPEL e da UCPEL. O processo de escolha da FAP era o mesmo, indireto (quem votava eram os representantes de Diretórios Acadêmicos) e essa entidade também não desenvolveu nenhum movimento mais nitidamente político durante o período pós 1964.

Com a criação do DCE UFPel, nos primeiros anos, sempre eram eleitas diretorias comprometidas com a manutenção do regime. O papel da entidade era muito voltado a bailes, onde era escolhida a mais bela universitária, ou torneios esportivos, além de reivindicações burocráticas, através do encaminhamento de solicitações formais aos órgãos públicos (serviço odontológico para o DCE, etc).

Aos poucos, alguns representantes de DA's começam a questionar esse modelo de entidade e a se articular, defendendo a volta de eleições diretas para a entidade e um envolvimento maior dos estudantes na vida política e social do país. O ano de 1977 criou um marco dessa luta. Alguns estudantes resolveram organizar, na cidade, um ato de apoio ao Dia Nacional de Lutas (19 de maio de 1977), em repúdio ao “Pacote de Abril”, lançado por Geisel.

Em Pelotas, os estudantes se reuniram em frente ao prédio da Faculdade de Direito. A polícia, sabendo da manifestação cercou o local. Inicialmente os estudantes sentaram em círculo. Já que tinham sido avisados de que não poderia haver discursos, um deles pegou uma vareta no chão e desenhou um “L”. Em seguida outros estudantes também fizeram o mesmo, escrevendo “LIBER...”. Quando chegou nesse momento, um deles, João Carlos Gastal Junior, levantou e falou que liberdade não se pede, conquista-se. Foi o suficiente para sua prisão. Após esse ato outros se sucederam na cidade.

Em 1978, os representantes de Diretórios Acadêmicos fizeram um acordo. Fariam uma eleição direta para o DCE UFPel entre os estudantes e o Conselho de Representantes referendaria o resultado final, elegendo a chapa vencedora.

Nessa eleição surgem três chapas, sendo que a vencedora foi a chapa Mutirão, de oposição à direção do DCE da época e com minoria no Conselho de Representantes. No entanto, por pressão direta da reitoria, o Conselho não homologou a chapa vencedora, sendo indicado indiretamente outro estudante como presidente do DCE, o qual foi nomeado pelo reitor da época, Ibsen Wetzel Stephan. Nesse momento, os alunos envolvidos nas duas chapas que faziam oposição ao modelo de representação existente criaram o DCE Livre, empossando a sua diretoria em praça pública.

Somente em 1980 é que os DCEs da UFPel e da UCPel elegeram chapas mais fortemente vinculadas ao movimento estudantil e comprometidas com as lutas estudantis e com a luta pela redemocratização do país, passando, a partir desse momento, a ter um papel ativo, inclusive no processo de luta pelas Diretas Já, em que as duas universidades tiveram as atividades paralisadas para acompanhar a histórica votação em 1984.

Em 1978, acompanhando atos semelhantes que ocorreram em inúmeras outras cidades, o padre Régis rezou uma missa em memória aos 10 anos do assassinato do estudante Edson Luis, no Rio de Janeiro. Até mesmo essa missa teve de ser realizada quase que clandestinamente. Fernando Grassi, secundarista na época, lembra-se desse momento,

Lembro da missa [clandestina] em memória dos dez anos da morte do estudante Edson no restaurante Calabouço. Marcada para ser realizada na Capela do São José para lá fui e encontrei apenas dois companheiros no portão da escola que estava fechado. Estes estavam ali para informar que na verdade o evento seria realizado naquela capela localizada na Gonçalves Chaves entre Princesa Isabel e Butuí. As viaturas da polícia e umas Veraneios suspeitíssimas rondavam o colégio das freiras. Enquanto isso o pessoal cantava fervorosamente na missa a música "Prá não dizer que não falei das Flores". O São José e os companheiros que lá estavam eram apenas bois de piranha¹⁰¹.

É, ainda, marcante na UFPel a ocupação da Casa do Estudante no ano de 1981, que conquistou o direito de moradia às mulheres, pois antes o benefício era concedido exclusivamente aos homens.

¹⁰¹ Relato publicado pelo depoente no site www.mepelotas.blogspot.com.br

Merece menção, também, a perseguição de parte da Igreja Católica por um setor interno da igreja. Como lembra a entrevistada, Sra. Circe Cunha, as atividades desenvolvidas pelas comunidades eclesiais de base passaram a ser vistas com suspeita, tendo suas atividades controladas e limitadas. Alguns membros dos setores mais progressistas da igreja foram afastados do convívio com a comunidade em geral e, até mesmo, membros da igreja revistam seus livros para retirar possíveis más influências. Existe a lembrança por parte de algumas pessoas da chegada do DOPS no bispado procurando “um tal de Medellín”, obviamente resultado da ignorância da repressão que achou que os documentos aprovados na Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino Americano, realizado em agosto e setembro de 1968, em Medellín, na Colômbia, pudesse ser algum sujeito “subversivo” a ser detido.

Considerações Finais

Conseguimos perceber, ao longo do texto, que muitos são os elementos que podem ser pontuados, alguns foram apontados. Outros fogem do propósito a que nos dispusemos, porém, todos merecem maior aprofundamento. Precisamos reafirmar que este texto trata-se de uma pequena sistematização de alguns acontecimentos marcantes na cidade ao longo do período, todavia, muito ainda falte a ser registrado. Tentamos, também, fazer jus aos diversos homens e mulheres que combateram a ditadura civil militar nos espaços em que viviam e atuavam, mas temos certeza de que também muitas outras pessoas ainda devam ser registradas. Assumimos, portanto, termos cometido algumas injustiças por, nesse espaço, não termos conseguido reconhecer todas as pessoas que atuaram e foram importantes para a mudança de cenário em que se encontravam.

Precisamos registrar, ainda, que a militância desenvolvida em nossa cidade muito colaborou para a resistência ao golpe e à ditadura civil militar, desenvolvendo atividades em compasso com o país, como também teve protagonismo muito importante em atividades próprias da região, como a organização de rotas de exílio.

Em tempos de desmemória coletiva, no qual jovens demonstram “saudades” de um tempo que nunca tiveram contato, e setores conservadores, e até mesmo fascistas, voltam a defender

a volta de um regime autoritário para melhor defender seus interesses de classe, torna-se absolutamente relevante a retomada da análise de um período sombrio e violento de nossa história.

Finalizamos esclarecendo que esse artigo foi proposto como uma contribuição, dado a pouca produção acadêmica existente, para que conheçamos mais de nossa história, “para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça”¹⁰².

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

VECHIA, Renato da Silva Della. **O Ressurgimento do Movimento Estudantil Universitário Gaúcho no Processo de Redemocratização: as tendências estudantis e seu papel**. POA: 2011.

SILVEIRA, Marília. **A Resistência ao Golpe e Ditadura Militar em Pelotas**. Pelotas: UFPel: 2009. Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura em História.

SILVEIRA, Marília. **Ditadura Civil Militar na Região Sul Gaúcha: Militâncias e Rotas de Exílio**. Pelotas: UFPel, 2012. Dissertação de Mestrado em História.

PERIÓDICOS

Jornal Diário Popular

Jornal Zero Hora

SITES

EMBRAPA. Memória Embrapa Pecuária Sul. Disponível em: <http://www.cppsul.embrapa.br/unidade/memoria>.

Movimento Estudantil de Pelotas. Disponível em: <http://mepelotas.blogspot.com>

¹⁰² Frase muito utilizada entre os estudiosos do período e defensores de Direitos Humanos.

ENTREVISTAS

COSTA, Ari. Sem Título. Pelotas, 1992. Entrevista concedida à Maria Amélia da Silveira.

CUNHA, Circe. Resistência à Ditadura Militar. Pelotas, 2009. Entrevista concedida à Marília Brandão Amaro da Silveira.

FRANK, Carlos Alberto. Sem Título. Pelotas, 2001. Entrevista concedida à Renato da Silva Della Vechia.

LOPES, Vera. Resistência à Ditadura Militar. Pelotas, 2009. Entrevista concedida à Marília Brandão Amaro da Silveira.

MELLO. Noé Vega Cotta de. Sem Título. Pelotas, 2014. Entrevista concedida a Renato da Silva Della Vechia.

SALAMONI, Alceu. Resistência à Ditadura Militar. Pelotas, 2009. Entrevista concedida à Marília Brandão Amaro da Silveira.

SOLARI, Eduardo. Militâncias e Rotas de Exílio. Porto Alegre, 2013. Entrevista concedida à Marília Brandão Amaro da Silveira.

VOLTAN, Antônio. Resistência à Ditadura Militar. Pelotas, 2009. Entrevista concedida à Marília Brandão Amaro da Silveira.

O PROTAGONISMO FEMININO NO MOVIMENTO ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIO DURANTE O PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL (PELOTAS/RS: 1977-1985)

Luisiane da Silveira Gomes

Introdução

O presente trabalho pretende analisar o ressurgimento do movimento estudantil, na cidade de Pelotas, durante o processo de redemocratização do Brasil. Para tanto, este girará em torno das memórias de atuação de mulheres no movimento supracitado, o qual se mostrou suficientemente organizado para promover manifestações contrárias às políticas adotadas pelo regime militar, bem como lutar pela recuperação das liberdades democráticas. Desta forma, buscamos, por meio desta pesquisa, refletir acerca dos espaços ocupados por essas mulheres no interior desse movimento, uma vez que os espaços públicos eram (e ainda são) ocupados majoritariamente por homens.

Assim, delimitamos o período compreendido entre a transição da ditadura civil-militar para a democracia, abordando, sobretudo, os anos de 1977 a 1985. O ano que dá início ao nosso recorte temporal é marcado pelo ressurgimento das lutas estudantis em quase todas as partes do país, em resposta a um conjunto de leis que ficou conhecido como *Pacote de Abril* e resultou na organização do Dia Nacional de Lutas, que foi marcado para o dia 19 de maio daquele ano. E balizamos nosso recorte temporal até o ano de 1985 por ser este o ano em que o período ditatorial chega ao fim no Brasil. No entanto, acreditamos que, apesar de o regime militar ter chegado ao fim naquele ano, ainda convivemos com estruturas repressivas, desenvolvidas durante os vinte e um anos de sua vigência, uma vez que ainda temos casos de pessoas desaparecidas, vide o caso

do ajudante de pedreiro Amarildo de Souza, de 43 anos, ocorrido em julho de 2013, numa favela do Rio de Janeiro¹⁰³, por exemplo.

Assim, através deste artigo, pretendemos investigar algumas questões a respeito do processo de redemocratização no Brasil, bem como colocar a cidade de Pelotas, mesmo com seu conservadorismo e suas contradições, inserida na reação nacional contra a ditadura e, ainda, destacar o movimento estudantil universitário como um importante agente social de mudança diante do conturbado momento político.

O movimento estudantil no contexto da ditadura civil-militar no Brasil

No final de março de 1964, o Brasil sofreu com um golpe de estado civil-militar e a União Nacional dos Estudantes (UNE) foi uma das primeiras vítimas, pois sua sede no Rio de Janeiro foi invadida e incendiada por policiais à paisana, assim como as principais lideranças do movimento estudantil acabaram presas, e muitas entidades estaduais estudantis foram fechadas. Nesse primeiro momento, a luta estudantil voltou-se, sobretudo, em favor da Reforma Universitária, sendo esta uma demanda estudantil já de longa data e que no governo Goulart estava inserida no projeto das Reformas de Base. No entanto, o ano de 1968 é emblemático para o movimento estudantil, pois foi nesse momento que se deu o auge das lutas estudantis Brasil afora, e o estopim para a intensificação dessas lutas foi a morte do estudante secundarista Edson Luis de Lima Souto, em 28 de março, no restaurante Calabouço, localizado no Rio de Janeiro. Para dar fim ao alto grau de insubordinação política, o governo militar editou o AI-5 em 13 de dezembro daquele ano.

Durante esse período, assistimos ao recrudescimento da repressão policial contra as manifestações públicas de repúdio

¹⁰³ O caso Amarildo de Souza foi amplamente divulgado pela imprensa à época, pois o ajudante de pedreiro desapareceu após ser conduzido por policiais militares para ser interrogado na Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) entre os dias 13 e 14 de julho e nunca foi visto desde então. Somente em fevereiro de 2016 a juíza Daniella Alvarez Prado, da 35ª Vara Criminal da Capital, julgou e condenou 12 dos 25 policiais militares envolvidos na morte e desaparecimento do corpo de Amarildo. Para saber mais acerca deste caso: <http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/eliane-brum/noticia/2013/08/onde-esta-bamarildob.html>; <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/02/caso-amarildo-juiza-condena-13-dos-25-policiais-militares-acusados.html>, acesso em: 20/07/2017.

ao regime, em consequência disso, aqueles manifestantes tidos como *subversivos*, em grande parte estudantes, foram perseguidos e muitos deles acabaram sendo presos e tornaram-se vítimas de um Estado que fazia uso de uma violência extrema. Para aqueles que conseguiram escapar a salvo da repressão, restava apenas a clandestinidade (MARÇAL, 2006; SANTOS, 2009; VALLE, 2008).

Após a desarticulação do movimento estudantil em consequência do AI-5, somente em meados de 1976 que começam a surgir algumas manifestações isoladas em determinadas cidades. De acordo com David Maciel (2004), a partir daquele ano, em consequência do aparente enfraquecimento do governo militar, devido à crise do “milagre econômico”, a qual se deu em razão da carência de acumulação, ou seja, a “inundação” de dólares cessou após a crise do petróleo de 1973 e a relação deficitária da balança de pagamentos dificultou progressivamente a capacidade de financiamento do Estado. Ainda de acordo com o mesmo autor, o governo militar conseguia mascarar esses problemas que a economia do país vinha sofrendo, pois havia um rígido controle de preços por parte do governo, assim, reprimia-se uma forte pressão inflacionária, que era gerada pela escassez de produtos e matéria-prima, bem como pela inflação vigente no mercado internacional (MACIEL, 2004).

Para Renato Della Vechia (2011), no ano de 1977, a mobilização estudantil atingiu outro patamar, pois ocorreram manifestações em praticamente todos os estados do país. Além disso, o movimento estudantil aliou-se a outros setores e movimentos sociais, intensificando sua luta; promovendo greves, passeatas e manifestações públicas contra o governo militar. Muitas dessas manifestações eram de cunho econômico e político, visto que os estudantes lutavam pelo aumento do número de vagas nas universidades públicas, por mais verbas para a educação, e por melhorias nos Restaurantes Universitários, bem como pediam o fim das prisões, das torturas e dos assassinatos. Lutavam, também, por uma Anistia Ampla, Geral e Irrestrita e pelo fim da ditadura civil-militar. É nesse período que o Movimento Sindical atinge seu ápice e polariza o enfrentamento da oposição com o regime militar (MACIEL, 2004).

Diante da crise conjuntural que o regime militar estava sofrendo no início da década de 1980, a qual eliminou qualquer possibilidade do grupo governista de preservar sua unidade

e conquistar legitimidade, membros de oposição da Câmara dos Deputados tentaram articular uma lei que instituísse o voto direto na escolha do sucessor do presidente João Batista Figueiredo. Em janeiro de 1983, essa movimentação tomou a forma de um projeto de lei elaborado pelo deputado do PMDB Dante de Oliveira. A divulgação da chamada “Emenda Dante de Oliveira” repercutiu entre vários grupos mais politizados das capitais e grandes cidades do país, porém, apenas em novembro daquele ano é que acontece um comício em São Paulo, convocado pelo Comitê Suprapartidário Pró-Diretas, dando início à campanha pelas eleições diretas (ARAUJO, 2007; DELLA VECHIA, 2011; MACIEL, 2004).

A militância feminina no movimento estudantil universitário pelotense: memórias de atuação

A década de 1960 foi nosso ponto de partida para a discussão acerca do papel feminino e sua trajetória de militância no movimento estudantil, pois foi nesse período que o Brasil passou por profundas transformações econômicas, políticas e culturais. Tais transformações suscitaram em nossa sociedade uma série de instabilidades e rupturas, mas também “possibilitaram o surgimento de novas pretensões e projetos individuais alternativos ao que era tradicionalmente estabelecido” (GIANORDOLI-NASCIMENTO; SANTOS; TRINDADE, 2012, p. 227).

Em meio a essa excitação, Betty Friedan lançou, em 1963, o livro que seria considerado “uma espécie de bíblia do novo feminismo”: *A mística feminina* (PINTO, 2010, p. 16). Durante a década de 60, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos, o movimento feminista surgiu com força total e, pela primeira vez, abordava diretamente as relações de poder entre homens e mulheres. O feminismo apareceu como um movimento libertário, que não almejava espaço para as mulheres apenas no trabalho, na educação ou na vida pública, mas “lutava, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo” (*ibidem*).

Esse novo feminismo apontado por Pinto é denominado por Joana Pedro¹⁰⁴ (2010) como feminismo de *Segunda Onda*, pois, segundo a autora, esse surgiu após a Segunda Guerra Mundial e deu prioridade às lutas pelo direito ao corpo, ao prazer e contra o patriarcado. Naquele momento, “uma das palavras de ordem era: “o privado é político”” (PEDRO, 2010, p. 115). O mesmo recebeu essa nomenclatura para diferenciar-se do que é considerado o feminismo de *Primeira Onda*, em que a principal reivindicação norteadora deste movimento era os direitos políticos femininos, como, por exemplo, direito ao voto e a ser votada. A *Primeira Onda* do feminismo representa o surgimento do movimento feminista, que se originou como movimento liberal de luta das mulheres por direitos civis, políticos e educativos, uma vez que tais direitos estavam reservados somente aos homens. O movimento sufragista, que eclodiu na Inglaterra, França, Espanha e Estados Unidos, a partir das últimas décadas do século XIX, teve papel fundamental nessa fase de estruturação do movimento feminista. Nessa época, conforme Koller e Narvaz (2006), o principal objetivo do movimento feminista era a luta contra a discriminação sofrida pelas mulheres e em defesa de direitos civis igualitários, entre eles o direito ao voto.

Já a *Segunda Onda* do feminismo, como já mencionado acima, surgiu, especialmente, nos Estados Unidos e na França, durante as décadas de 1960 e 1970. Enquanto as feministas norte-americanas enfatizavam a denúncia da opressão masculina e a busca por igualdade, as francesas, por sua vez, “postulavam a necessidade de serem valorizadas as diferenças entre homens e mulheres, dando visibilidade, principalmente, à especificidade da experiência feminina, geralmente negligenciada” (KOLLER; NARVAZ, 2006, p. 649). Dessa maneira, as propostas feministas que caracterizam determinadas posições, por enfatizarem a igualdade, são conhecidas como *feminismo da igualdade*, ao passo que as que destacam as diferenças e a alteridade, são conhecidas como *feminismo da diferença*.

¹⁰⁴ Para Pedro, há discussões acerca da quantidade de períodos em que a trajetória do feminismo se dividiria; para ela, e algumas autoras, o movimento foi definido pela existência de duas “ondas”, já para outras autoras, o movimento pode ser dividido em três grandes “blocos”. Ver: PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 26, n. 52, p. 249-272, dezembro/2006.

Para Joan Scott (2005 *apud* KOLLER; NARVAZ, 2006), a questão da igualdade e da diferença deve ser compreendida em termos de paradoxo, isto é, em termos de uma afirmação que não pode ser solucionada, mas somente negociada, uma vez que é verdadeira e falsa ao mesmo tempo. Já Fraisse (1995 *apud* KOLLER; NARVAZ, 2006) entende que a questão da relação entre igualdade-diferença sobrepõe-se à questão política, incutindo a ideia de que as diferentes subjetividades, masculinas e femininas, ainda que não idênticas, podem ser iguais, no sentido de serem equivalentes. Segundo as autoras, introduziu-se, assim, a noção de equidade e paridade no debate igualdade-diferença dentro dos movimentos feministas.

Em relação ao Brasil, assim como nos demais países da América Latina, o contexto político no qual o país estava inserido durante as décadas de 1960 e 1970 foram decisivos para barrar o desenvolvimento do movimento feminista, uma vez que o nosso país, bem como nossos vizinhos, vivia sob governos autoritários. Dessa forma, o cenário político “tornou difícil, senão impossível, em alguns lugares, durante as ditaduras, qualquer forma de manifestação, reunião, panfletagem e reivindicações” (PEDRO, 2010, p. 116). Nesse sentido, ao analisarmos o contexto histórico que acabou propiciando o surgimento de todos esses movimentos libertários em diversos países do ocidente, fica evidente que, no Brasil, segundo Céli Pinto (2010), a década de 1960, e também a de 1970, transcorreram de maneira diversa do restante do mundo. Tal afirmação se baseia no fato de que o país viveu uma grande efervescência, tanto no cenário cultural quanto no político, durante os primeiros anos da década de 1960, contudo, após o golpe de 1964 e, em consequência de seus incessantes atos restritivos, acabou ceifando o desenvolvimento destes movimentos supracitados. Abaixo, a transcrição do relato de Vera Lopes exemplifica o momento:

“Nós tivemos dois períodos bem diferentes: a primeira fase aquela pré-64 e depois pós-64; foram também completamente antagônicas. A pré-64 dava a impressão de que havia um Brasil sendo construído, com a participação muito vigorosa do movimento estudantil e também do movimento operário e segmentos da Igreja Católica, sobretudo alguns segmentos da juventude Católica. [...] além desse movimento estudantil muito vigoroso, havia uma UNE muito ativa, bem como uma União Gaúcha de Estudantes

muito ativa também. Enfim, existia muita atividade política permanente, núcleos de cultura popular, mesmo que estes tenham sido muito centralizados, pois, na verdade, além de centralizados aqueles eram igualmente verticalizados. Havia uma grande efervescência cultural, uma coisa que é muito fácil de perceber na própria música popular brasileira e na própria dramaturgia” (LOPES, Vera Maria de Oliveira. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 18 fev. 2014)¹⁰⁵.

Nesse período da redemocratização do Brasil, outro fator que contribuiu com a disseminação do movimento feminista no país foi o retorno das exiladas brasileiras, sobretudo aquelas vindas da França. Havia, na França, um movimento de mulheres bastante expressivo e aquelas tiveram a oportunidade de aprofundarem-se nas leituras pertinentes, bem como trazer para o Brasil livros sobre a temática e novas pautas de discussão, possibilitando uma “imensa influência do movimento feminista no Brasil e também no papel das mulheres no novo cenário partidário nacional, com o retorno do pluripartidarismo” (POHNDORF, 2013, p. 98).

Nesse sentido, Vera Garcia¹⁰⁶ nos relata a experiência da criação, no final dos anos 1970, de um grupo feminista na cidade de Pelotas. O grupo feminista Gênese surgiu no meio estudantil através de uma deliberação de mulheres que militavam no Partido Revolucionário Comunista (PRC), que influenciava a tendência estudantil Resistência, que era muito significativa dentro do movimento estudantil pelotense por lançar diversos líderes estudantis. O Gênese nasceu em decorrência da necessidade de trazer à tona discussões mais específicas, tais como a questão da mulher para o interior do movimento estudantil num momento em que a principal bandeira de luta era o fim da ditadura civil-militar e a redemocratização do país. Com isso, no contexto em que o grupo feminista surgiu, era evidente a falta de abertura para demandas

¹⁰⁵ As entrevistas que estão presentes no texto foram retiradas da dissertação de mestrado de Luisiane da Silveira Gomes que está disponível em: http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/7156/Luisiane%20da%20Silveira%20Gomes_.pdf?sequence=1&isAllowed=y.

¹⁰⁶ Vera Garcia foi nossa única entrevistada que fez parte do Gênese desde sua criação, pois foi militante da Resistência ao longo de toda sua graduação e continuou no partido por algum tempo.

específicas, fossem elas de gênero, raciais ou direitos homoafetivos, tanto no movimento estudantil como nos partidos políticos (mesmo os de esquerda), onde as bandeiras eram mais genéricas.

Importante salientar que o Gênese foi articulado por mulheres e, apesar de ter sido criado por militantes do PRC, ele era autônomo e independente de partidos políticos, uma vez que participavam mulheres de diferentes tendências estudantis e também de diferentes partidos. Mais tarde, acabou sendo criado o Movimento Feminista de Pelotas, que reunia o grupo Gênese, algumas mulheres da ala feminina do MDB e de outros partidos, assim como realizava fóruns de discussão na cidade. E, já naquele momento, uma das pautas desses encontros dizia respeito à violência sofrida pelas mulheres. Além disso, era proibida a participação de homens no grupo. Havia os que eram *aliados*, no entanto, as discussões eram comandadas somente pelas mulheres, isso para manter a total autonomia destas. A seguir, Vera Garcia nos explica melhor essa afirmação:

“Não tínhamos essa visão de que “ah os homens podiam participar”, não, eram somente as mulheres mesmo, porque a gente tinha essa discussão de que nós sofríamos efetivamente isso. Os homens eram até aliados, podiam ajudar em várias coisas, mas a discussão era nossa, para evitar mais uma vez o aparelhamento, ou redirecionamento para outras questões” (GARCIA, Vera Lúcia. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 27 nov. 2014).

O Gênese acabou semeando dentro do movimento estudantil a discussão acerca da questão feminina e, em muitas situações, as integrantes eram convidadas a fomentar debates sobre sexualidade e a questão da mulher em alguns diretórios acadêmicos da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), especialmente nos cursos de Medicina Veterinária e Agronomia, uma vez que estes eram constituídos majoritariamente por homens. Podemos inferir que havia mulheres cursando esses cursos, porém, em número bem inferior. Talvez esse fato seja reflexo do comportamento esperado pela sociedade em relação às mulheres. Assim, de acordo com Ferreira (1996, p. 50), “no processo social de construção da realidade, os papéis masculinos e femininos são socialmente constituídos e culturalmente definidos, estabelecendo-se para cada gênero um código específico”.

Desta forma, a posição da mulher no interior do espaço social é marcada através do binômio público/privado por sua inclusão no campo do doméstico, do interno, do privado. Enquanto aos homens é reservada a esfera de domínio público e estes “são definidos em termos de categorias de *status* (guerreiro, governante, caçador), a vida das mulheres no âmbito do privado as define em termos *relacionais* (mãe, esposa, irmã)” (FERREIRA, 1996, p. 54). Por conseguinte, o ideal socialmente concebido a respeito das mulheres, e no qual lhes é assegurada uma conotação positiva, relaciona-se com o privado. Convergindo com a ideia de Ferreira, Michele Perrot (1998, p.8) afirma que “a mulher foi criada para a família e para as coisas domésticas. Mãe e dona de casa, esta é a sua vocação, e nesse caso ela é benéfica para a sociedade inteira”. Sendo assim, conforme afirma Andréia Orsato (2008), há espaços nos quais as mulheres ainda não possuem passagem livre, ou pelo menos, apresentam uma tímida participação, como no caso da participação política. Como sugere Michele Perrot (1998, p.129-130),

A entrada das mulheres na política não é normal em nenhum lugar, quer se trate de partidos, do legislativo e do executivo. A política é uma profissão concebida e organizada no masculino. Em seus ritmos, em seus horários, em suas formas de sociabilidade, em sua apresentação de si, que molda também a expectativa do público, eventualmente decepcionado por ser representado por uma mulher, porque tem a sensação de ser desvalorizado ou menos bem representado.

Já em relação ao acesso à educação, Fúlvia Rosemberg (1994) afirma que, a partir dos anos 1970, a inserção de mulheres no ensino superior foi bem significativa, sobretudo em cursos que levavam em conta a *vocação natural* da mulher para cuidado com o outro. Assim, “as mulheres tendem a seguir cursos impregnados de conteúdos humanísticos e que desembocam, imediata ou posteriormente, em profissões tipicamente femininas” (ROSEMBERG, 1994, p. 10). Nesse sentido, Vera Garcia aponta essa questão da divisão dos cursos universitários em seu relato:

“[...] os cursos que eram majoritariamente masculinos eram aqueles mais ligados à vida pública, e às mulheres estavam mais nessa coisa que reproduzia a maternidade, o cuidado com o outro. Dessa forma,

Enfermagem, Pedagogia, Serviço Social, um pouco da Psicologia, tinham essa representação do cuidado com o outro, e era composto, claro, na sua maioria por mulheres” (GARCIA, Vera Lúcia. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 27 nov. 2014).

Além dessa discussão acerca dos espaços ocupados pelas mulheres nas universidades, o objetivo norteador do grupo Gênese era transpor os muros da universidade e levar a discussão feminista até as mulheres trabalhadoras, principalmente aquelas que trabalhavam em fábricas, ou as safristas. Ademais, havia também a participação do grupo em alguns bairros de Pelotas. Segundo Vera Garcia,

“Nós íamos às categorias, como, por exemplo, o sindicato da alimentação, porque a maioria das mulheres trabalhava no sindicato da alimentação na época da safra (as chamadas safristas), nós éramos convidadas a falar. Eu me lembro de ir numa fábrica, onde havia um monte de mulher e nós falávamos para elas sobre a condição feminina e a luta feminista e o que isso significava. Em alguns bairros também participávamos, mas assim, como era só esse grupo que existia, o pessoal procurava bastante, mas na verdade a nossa luta principal era fazer essa discussão dentro do movimento estudantil, mas depois se ampliou. Nós acabamos fazendo esses tipos de atividades” (GARCIA, Vera Lúcia. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 27 nov. 2014).

Outra ação interessante desempenhada pelo Gênese foi promover, durante três anos, paralelamente à tradicional feira do livro pelotense, uma mostra de obras somente de cunho feminista, a qual contou com uma intervenção de Maria Rita Kehl¹⁰⁷:

“[...] nós fizemos durante três anos uma feira do livro com livros feministas. Só livros que falavam da questão da mulher. Nós fazíamos assim: colocávamos uma banca ali na praça, fora da feira

¹⁰⁷ Maria Rita Kehl é psicanalista, formada em Psicologia pela USP. Mestra em Psicologia Social pela USP e Doutora em Psicanálise pela PUC-SP, também é ensaísta e jornalista. Foi editora do Jornal Movimento, um dos mais importantes veículos da imprensa alternativa durante a Ditadura. Além disso, participou do grupo que criou o jornal Em Tempo em 1978. Esse jornal aglutinava grupos políticos que mais tarde auxiliaram na fundação do PT. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/institucional-acesso-informacao/membros/65-maria-rita-kehl.html>, acesso em: 25/07/2017.

do livro normal, porque a feira do livro ia diluir a questão. Tínhamos uma banca, que conseguíamos, e colocávamos ali na travessa, com livros que trazíamos das livrarias de Porto Alegre (consignados); era uma batalha. Era interessante, pois chamava a atenção: “o que essas mulheres querem aí só vendendo livro sobre a questão da mulher?”, isso aí nos anos 79/80 era uma coisa interessante, hoje não é tanto, mas uma feirinha só pra esse tipo de publicação mexia um pouco” (GARCIA, Vera Lúcia. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 27 nov. 2014).

O grupo Gênese permaneceu em atividade por quatro anos e durante o período de funcionamento, o mesmo realizava encontros semanais em que eram discutidos diversos temas pertinentes, dentre eles a questão da violência contra a mulher, como já mencionado em outro momento. Para tanto, o grupo realizava atos e contava com o apoio e participação do movimento estudantil. Segundo Vera Garcia, o grupo Gênese não foi adiante porque ele cumpriu seu papel naquele momento, que era fomentar a discussão no meio estudantil e partidário, bem como provocar inquietação, em outras mulheres, acerca da situação da mulher brasileira. Ao longo desse período foi criado, em Pelotas, o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e, conforme Garcia, a partir desse espaço, elas conseguiriam atingir um número maior de mulheres. Na sua percepção, o Gênese, enquanto movimento feminista, estava muito relacionado com a academia, uma vez que todas as mulheres que participavam daquele eram universitárias e também militantes no movimento estudantil, ou seja, não havia participação efetiva de operárias ou mulheres trabalhadoras construindo em conjunto o grupo. Portanto,

[...] naquele momento nós paramos de reunir o Gênese para irmos para o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, porque achávamos que ali ia ser a forma de atingir o maior número de mulheres. Nós nos achávamos que o grupo feminista podia ter um conteúdo pequeno burguês, porque na verdade eram somente mulheres do movimento estudantil que participavam, não havia operárias, trabalhadoras; a nossa intenção era atingir essas mulheres. E nós também não queríamos ficar com aquela concepção de “mulheres pensantes”, que ficam pensando o movimento e depois vão lá falar para essas mulheres. Outra coisa era divisão social do trabalho intelectual e do trabalho braçal, não queríamos isso,

e a gente quis participar mais desses órgãos do Estado [...] (GARCIA, Vera Lúcia. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 27 nov. 2014).

Nos anos 1980, as autoras Koller e Narvaz citam, ainda, uma terceira fase do feminismo, surgida através da crítica pós-modernista que introduziu o paradigma da incerteza no campo do conhecimento. As feministas francesas, influenciadas pelo pensamento pós-estruturalista predominante na França naquele momento, especialmente pelo pensamento de Michel Foucault e Jacques Derrida, passam a evidenciar a questão da diferença, da subjetividade e da singularidade das experiências. Assim sendo, surgiu a *Terceira Onda* do feminismo, cuja proposta centrava-se na análise das diferenças, da alteridade, da diversidade e da produção discursiva da subjetividade. Com isso, “desloca-se o campo do estudo sobre as mulheres e sobre os sexos para o estudo das relações de gênero” (KOLLER; NARVAZ, 2006, p. 650).

Neste sentido é que algumas posições, ainda que heterogêneas, distinguem os Estudos Feministas cujo foco se dá principalmente em relação ao estudo *das e pelas* mulheres, mantidas as estreitas relações entre teoria e política-militância feminista – dos Estudos de Gênero, cujos pressupostos abarcam a compreensão do gênero enquanto categoria sempre relacional (Scott, 1986). O desafio nesta fase do feminismo é pensar, simultaneamente, a igualdade e a diferença na constituição das subjetividades masculina e feminina (KOLLER e NARVAZ, 2006, p. 649).

Conforme as autoras, nesta terceira fase do movimento feminista percebe-se uma intensa confluência entre o movimento político de luta das mulheres e a academia, uma vez que começaram a ser criados, inclusive em universidades brasileiras, centros de estudos sobre a mulher, estudos de gênero e feminismos. Assim, as três gerações do movimento feminista, seja nos seus aspectos políticos seja nos teóricos, não podem ser compreendidas a partir de uma perspectiva histórica linear.

Mais adiante, já nos anos 1990, surgiu o Grupo Autônomo de Mulheres de Pelotas (GAMP)¹⁰⁸, grupo este também criado

¹⁰⁸ Para conhecer o trabalho desenvolvido pelo GAMP, acessar: http://gampelotas.blogspot.com.br/2008/08/nossa-historia_27.html, acesso em: 22/07/2015.

por feministas e que, segundo Vera Garcia, pode ser considerado um remanescente do grupo feminista Gênese. O GAMP surgiu através de uma articulação entre vários segmentos da sociedade, como sindicatos, partidos políticos, grupos de mulheres, etc. Além disso, o intuito do grupo é orientar mulheres e a sociedade em geral acerca dos seus direitos e chamar a atenção para a discriminação sofrida pelas mulheres, materializada em vários aspectos, principalmente os homicídios e a maneira como são julgados. Atualmente, um dos projetos de trabalho desenvolvido pelo grupo visa a divulgação e à plena implantação da Lei Maria da Penha em Pelotas.

Um episódio que marcou a trajetória dessa geração de militantes do movimento estudantil pelotense foi a invasão à Casa do Estudante da Universidade Federal de Pelotas (CEU/UFPel). Isso se deu, talvez, muito em razão da abertura de espaço, no movimento estudantil pelotense, para a discussão de temas relacionados às questões femininas. Em março de 1981, o DCE/UFPel preparou um ato na Casa do Estudante em represália à proibição da entrada de mulheres naquele recinto. No dia 20 de março daquele ano, os estudantes deliberaram, em assembleia geral, um dos pontos da pauta de reivindicações que dizia respeito ao favorecimento do livre acesso feminino à Casa do Estudante. O pedido foi encaminhado à reitoria, porém tal reivindicação estudantil acabou não sendo atendida. Com o pedido negado, os estudantes, sobretudo as mulheres, ameaçaram invadir a CEU. O estopim ocorreu quando a mãe de um aluno do curso de Medicina Veterinária, que se encontrava doente e necessitava de amparo, foi impedida de adentrar nas dependências da CEU.

A invasão estava marcada para acontecer no dia 31 de março, data emblemática na história recente do Brasil. Em nenhum relato, os entrevistados relacionaram o ato de invadir a CEU com a data em que se deu toda a movimentação golpista no ano de 1964. Talvez tivesse sido apenas uma coincidência, pois, alguns dias antes os estudantes tinham encaminhado à reitoria uma série de reivindicações, e nem todas foram atendidas. Mas o fato é que a invasão ocorreu num momento representativo.

No dia marcado para a invasão, às 18h30min., um grupo de mulheres já estava com todas as tarefas deliberadas a partir de diversas assembleias ocorridas anteriormente. A ação foi bem articulada

e as estudantes foram divididas entre aquelas que iriam ficar na frente do prédio, para uma espécie de vigília contra qualquer tentativa de repressão, e aquelas que iriam fazer a ocupação da CEU. Após o comando, as mulheres adentraram a CEU, onde foram recebidas com uma chuva de papeis picados e aplausos pelos moradores da casa, bem como por populares que acompanhavam toda a movimentação. Além disso, segundo Renato Della Vechia (2011), a manifestação contou com o apoio de estudantes vindos de Porto Alegre¹⁰⁹ e Santa Maria, cidades que também tiveram episódios parecidos anteriormente. Ademais, também foram prestar apoio aos manifestantes os grupos feministas atuantes naquelas cidades, como o Germinal, de Santa Maria, e o Coletivo de Mulheres, da UFRGS. Vera Garcia participou da invasão e conta em detalhes como ocorreu. Revela que, ainda hoje, sente por ter sido designada para ficar de vigília no lado externo da CEU, enquanto outras militantes entraram na Casa:

“[...] E eu participei, várias mulheres participaram também. A única situação que eu lembro que ficou ruim para mim, vou fazer uma confissão que é dolorosa até hoje... eu fiquei designada para ficar na frente, porque como foi uma coisa organizada de antemão, algumas mulheres ficaram na frente e outras entraram junto com todo mundo. E tinha essa coisa assim: como tu eras do movimento e tu estavas ali ajudando a deliberar aquelas questões, então algumas mulheres tinham que ficar cuidando, e homens também, para não ter repressão, para não ter Brigada [militar]. Então, eu e outras mulheres ficamos na frente da casa do estudante fazendo, o que eu posso dizer assim, uma vigília, e chamando outras pessoas para entrar. Eu participei com essa tarefa, cada um tinha uma tarefa, porque no movimento as tarefas eram deliberadas para cada um e tinha essas especificidades. Mas participei sim, foi muito bom! Teve cobertura da televisão na época, eu lembro muito bem que no outro dia todo mundo foi para TV ver a invasão da casa. Foi muito interessante, um marco na cidade” (GARCIA, Vera Lúcia. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 27 nov. 2014).

¹⁰⁹ A invasão feminina à CEU/UFRGS aconteceu no dia 29 de abril de 1980. As participantes reivindicavam o direito à moradia mista, uma vez que a moradia era assegurada somente aos homens e a entrada de mulheres (fossem mães, irmãs, amigas, etc.) era proibida. O grupo feminista Liberta, em conjunto com os moradores da CEU, foram os responsáveis pela articulação do movimento, e a conquista desse direito ocorreu somente em 1982. Sobre o assunto ver: <https://www.youtube.com/watch?v=N5it9NYzyMc>, acesso em: 22/07/2015.

Terezinha Brandão também participou da invasão à CEU e relata que os policiais da Brigada Militar acompanharam toda a movimentação armados de metralhadoras, mas toda a ação transcorreu de forma pacífica. Os estudantes cantavam, com o intuito de chamar a atenção dos policiais presentes: *soldado, você também é explorado*. Na avaliação de Brandão, essa manifestação foi “a intervenção mais perigosa de que eu já participei” (GOMES, 2018, p. 134). Ainda sobre a questão da moradia masculina, Maria do Carmo Lessa afirma que, pelo fato da CEU/UFPel ser destinada única e exclusivamente para estudantes do sexo masculino, isso tornava o acesso à educação superior ainda mais difícil para as mulheres que moravam em outras cidades e não tinham condições de subsidiar sua moradia em Pelotas, limitando-as a uma condição restrita quanto aos seus estudos. Ademais, Lessa enfatizou que a discriminação contra a mulher se refletia nos relacionamentos afetivos, já que, por ser garantida moradia gratuita para os homens, estes vinham para Pelotas estudar e morar, ao passo que suas namoradas permaneciam em suas cidades de origem, restando a elas esperar pelo retorno dos namorados para tornarem-se esposas e donas de casa.

“[...] o que acontecia? Os rapazes vinham para estudar, se formavam na faculdade, até namoravam aqui pela cidade, mas voltavam para casar com as coitadas que tinham ficado na terra deles, que iam ser mulher, procriar e fazer tudo aquilo e que eles tinham aquele troféu guardado na cidade deles. Isso também era complicado para gente, porque, às vezes, a gente namorava os coleguinhas, mas sabíamos que eles tinham um trofeuzinho guardado na cidade deles e que elas nunca iam ter acesso a vida deles, assim, no dia-a-dia. E eles voltariam e casariam com as meninas de lá. E elas coitadas nunca teriam acesso a uma faculdade, ter essa mesma oportunidade de poder escolher, namorar aqui, namorar lá” (LESSA, Maria do Carmo. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 24 fev. 2014).

Além disso, diferentemente da fala de Vera Garcia, que afirma que toda a ação foi bem articulada, Lessa, talvez por motivo de sua gravidez, não tenha estado presente em todas as assembleias deliberativas, conta-nos que, mesmo grávida de quase nove meses, estava presente na invasão à CEU:

“eu estava com a minha filha com quase nove meses na barriga, não sabia o que eu fazia, mas a gente subiu as escadas, invadiu e a partir dali nunca mais a casa do estudante foi só masculina, foi casa para mulheres também” (LESSA, Maria do Carmo. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 24 fev. 2014).

Portanto, conforme a afirmação de Maria do Carmo Lessa no parágrafo acima, a principal conquista após a invasão à CEU/UFPel foi que o local passou a ter um andar destinado somente a mulheres, uma vez que, ao ser proibida a entrada destas na casa, não havia moradia feminina gratuita para aquelas mulheres que não possuíam uma condição financeira confortável. Este fato prejudicava muitas meninas de diferentes lugares do Brasil que buscavam ingressar na universidade, o que fica evidenciado no artigo publicado pelos estudantes no jornal *Diário da Manhã*; ademais, mulheres cujas famílias possuíam melhores condições financeiras, residiam em casas ou apartamentos alugados, os quais eram divididos com outras mulheres. As moças, oriundas de famílias mais controladoras, podiam residir em pensionatos. De acordo com Renato Della Vechia, em sua entrevista, essa situação interferiu na adesão feminina ao movimento estudantil naquele momento, ainda que a repressão ao movimento, nesse período de nossa pesquisa, fosse um pouco mais branda do que nos anos anteriores. O país vivia ainda sob uma ditadura e o medo pairava. Assim, aquelas mulheres que viviam nos pensionatos, ou as que possuíam família na cidade, sofriam com proibição familiar, ao passo que aquelas que moravam sozinhas possuíam liberdade maior de atuação.

“[...] As mulheres normalmente ficavam em pensão, [...]. Os homens, normalmente, criavam repúblicas (um grupo de estudantes alugava um apartamento). Algumas mulheres faziam isso [...]. Então, as estudantes que vinham de fora, de qualquer forma, elas ainda tinham a liberdade maior, principalmente aquelas que alugavam de forma conjunta apartamento, então tinha maior liberdade em relação a isso. As da cidade de Pelotas, bom, aí a repressão era familiar, no contexto aonde ainda havia um controle muito mais rigoroso do que hoje. Embora houvesse mulheres que não aceitassem essa condição, brigavam, mas era aquele jogo tradicional de pressão familiar que tinha mais ou menos peso” (VECHIA, Renato Della. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 24 nov. 2011).

Em sua entrevista, Renato Della Vechia afirma que não percebia o preconceito explícito de homens para com as mulheres que militavam no movimento estudantil, porém, ao analisarmos as entrevistas, percebemos, nas falas das próprias militantes, que, de alguma forma, o machismo estava presente no interior desse movimento, assim como na universidade como um todo. Um exemplo disso é a publicação de um boletim informativo emitido pelo DCE/UFPel (Gestão 1983), que foi assinado pelas universitárias Angela Amaral, Maria Rosilane Romero e Luiza Schwambach, todas acadêmicas do curso de Agronomia. Nesse boletim, foi relatada a questão do preconceito contra mulheres em cursos que tinham, majoritariamente, estudantes homens entre seus alunos, como era o caso da Agronomia. Além disso, esse boletim ainda trazia à tona a disparidade no mercado de trabalho no campo da Agronomia, chamando a atenção para a expressiva taxa de desemprego feminino na área, se comparado aos índices de desemprego masculino. Segundo Marília Pohndorf,

A discriminação da mulher na Agronomia é uma questão frequentemente levantada entre estudantes e profissionais e fica comprovado quando nos deparamos com a constatação de que o nível de desemprego nesta área está em 5% para homens e 12% para as mulheres. [...] Mas, este não é um fato isolado na sociedade, e quando se pretende fazer uma análise a procurar as reais causas desta situação. Essas causas soam bastante remotas e não podem mais ser analisadas de forma simplista e equivocadas de que as mulheres vêm sendo historicamente relegadas a um plano inferior, mas isso se deu em função de uma formação social. De um modo geral, foi sempre reservado ao homem a posição de lutadores, na qual manteve um maior contato com o exterior, cresceu, criou e assegurou uma noção da realidade muito maior que a mulher. [...] Um clima de insatisfação foi se gerando e eclodiu numa forma organizada de luta, ou seja, o Movimento Feminista, que, portanto não é novo. Já no fim do século XIX, na Inglaterra, as mulheres passaram a reivindicar atuação ativa nos sindicatos, [...] O Movimento Feminista foi então deturpado com os movimentos burgueses, sendo canalizado exatamente para manifestação que posicionava a mulher contra o homem. Apesar dessas distorções, o Movimento Feminista persiste até nossos dias, evidenciando sua importância. Abrange, e deve seguir abrangendo, vários setores da sociedade, inclusive universidade e o curso

de Agronomia. A universidade deveria ser local de amplas discussões, pois, uma vez profissionais, devemos ter clareza diária dos problemas para intervir conscientemente na sociedade. Sabemos, no entanto, que essa discussão ampla e constante não ocorre. [...] Em função disso, a mulher universitária constata que a sua libertação dos vínculos patriarcais através do estudo e de independência econômica é falsa. Ela continuará sendo explorada como segundo sexo e como trabalhadora (POHNDORF, 2013, p. 96).

Nesse sentido, ao relatar uma movimentação em razão de uma greve de estudantes, percebemos que, mesmo velado, o machismo estava presente no movimento e muitas mulheres não tinham percepção de tal. Essa afirmação se baseia na passagem da entrevista de Maria do Carmo Lessa em que ela afirma que:

“[...] quem mais falava, quem mais se destacava, geralmente, eram os homens, até porque já era de praxe e isso a gente não muda de uma hora para outra, tanto é que a gente teve presidentes, diretores de DAS e DCE quase sempre homens” (LESSA, Maria do Carmo. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 24 fev. 2014).

Lígia Maria Chiarelli, por sua vez, conta-nos que, diversas vezes, passava pela mesma situação quando eram realizadas reuniões tanto do D.A. da Arquitetura como do DCE/UFRGS. Além da sua participação enquanto militante, cabia a ela a limpeza da sala e a preparação do café para os demais estudantes. Ela relata uma situação que a marcou. A cada dois ou três meses eram realizados encontros entre os DCEs das universidades gaúchas na cidade de Porto Alegre e, segundo ela, a falta de comprometimento com horário por parte dos seus companheiros que compunham o DCE/UFRGS a irritava profundamente. Ela, por ser uma das dirigentes, chegava no horário marcado para recepcionar as delegações, mas enquanto os companheiros (homens) não chegassem, a reunião não iniciava. Chiarelli admite que demorou algum tempo para compreender *a real situação*, ou seja, que ela, enquanto dirigente, tinha capacidade para prosseguir com o encontro, mesmo sem a presença dos companheiros. Mas, devido a essa imposição machista de que somente os homens detinham o poder da fala, ela não se sentia apta a iniciar a sessão. Abaixo, temos a transcrição de seu relato para exemplificar:

“[...] Tem um episódio que me marcou! A cada 2 ou 3 meses fazíamos encontros de DCEs em Porto Alegre, e tinha uma coisa que eu me irritava profundamente, porque marcávamos a reunião para às 9h, então 9h em ponto eu estava lá, eu tinha a chave. Começava (*sic*) a chegar as delegações de Santa Maria, Pelotas, Rio Grande, da Unisinós e os camaradas não chegavam, eles iam chegar às 11h, 11h30 da manhã, e eu furiosa com a falta de compromisso deles, mas nunca me passou pela cabeça a real situação. A real situação era a seguinte: eu era uma dirigente do DCE também, porque as reuniões não começavam antes deles chegarem? E eu mesma esperava por eles para começar; eu achava um absurdo que eles não começavam a reunião, mas eu deveria, se o pessoal chegou na hora, que dirigisse o início da reunião. Então eu ficava brava com eles, mas quando na verdade essa era uma deficiência minha também” (CHIARELLI, Lígia Maria Ávila. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 27 nov. 2014).

Ao concluir seu relato, Lígia Maria Chiarelli afirma que essa questão era uma *deficiência* sua, quando, na realidade, em consequência do machismo estar enraizado em nossa sociedade, muitas mulheres não percebiam essas pequenas demonstrações de preconceito e as enxergavam com naturalidade. Assim, como já abordamos anteriormente, o esperado era que as mulheres se envolvessem somente nos cuidados com o outro, desempenhando tarefas que remetessem à vida privada, como, por exemplo, a preparação das refeições para os estudantes, quando o restaurante universitário foi tomado, segundo nos relatou Maria do Carmo Lessa; ou que estivessem na preparação da sala e do café para a recepção das demais delegações para as reuniões de DCEs, conforme relatado por Chiarelli.

Outro ponto abordado nas entrevistas fez referência à militância desempenhada por esses jovens e a relação familiar. Essa questão fez parte do nosso roteiro propositalmente, uma vez que a grande maioria dos entrevistados era jovem no período analisado e muitos moravam com suas famílias em Pelotas, sobretudo no caso das mulheres. Além disso, através desse questionamento podemos perceber as pequenas nuances do preconceito que permeava as relações de gênero entre os militantes de ambos os sexos. Sendo assim, por unanimidade, nossos entrevistados relataram

que suas famílias tinham algum conhecimento de sua militância no movimento estudantil, porém desconheciam o fato das tendências estudantis serem influenciadas por partidos políticos que ainda permaneciam na clandestinidade.

Ademais, nossos entrevistados afirmaram também que diversas ações articuladas pelo movimento estudantil não eram reveladas às suas famílias, pois o medo da repressão ainda estava muito presente na vida dos brasileiros. Uma questão interessante enfrentada nesse momento diz respeito à escala de repressão, pois, apesar do país encontrar-se ainda submerso na repressão ditatorial no final da década de 1970, nota-se uma diminuição de intensidade nos métodos de cerceamento utilizados pelo governo. Com isso, “podemos considerar que os grandes riscos enfrentados por aqueles que ousaram combater a ditadura no Brasil no final da década de 1960 até metade da década de 1970 foram sendo progressivamente atenuados” (POHNDORF, 2013, p. 9).

Em sua entrevista, Maria do Carmo Lessa afirmou que mesmo que sua família não a proibisse de militar, eles tinham algum receio, pois era corriqueiro o recebimento de mensagens denunciando a entrevistada e afirmando que a mesma estaria fichada no DOPS. Além disso, outras questões permeavam essa relação da militância com questões familiares, uma vez que acreditavam que, por conta de tal atividade, a entrevistada jamais fosse concluir a graduação. Afirmavam, também, que os militantes eram uma *cambada de loucos* e que talvez fizessem uso de drogas, explicitando, assim, certo preconceito para com os jovens. Maria do Carmo relata,

“As famílias não concordavam muito, eles achavam que a gente era maluco, que talvez a gente usasse droga, que a gente não ia conseguir nunca sair da faculdade e que a gente era uma cambada de louco. Se eles pudessem, eles encerravam a gente, porque a gente a toda hora recebia mensagenzinhas “olha, tua filha tá fichada no DOPS e qualquer hora...”” (LESSA, Maria do Carmo. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 24 fev. 2014).

Desse modo, fica evidente que havia um prejulgamento por parte de uma parcela conservadora da sociedade em virtude da aparência dos militantes, o que criou uma identidade para esses jovens que integravam o movimento estudantil na cidade. De acordo

com Marília Pohndorf (2013, p. 24), “muitas vezes, também era utilizada como uma espécie de registro da identidade daquele Movimento, refletindo seus ideais políticos e sua postura de enfrentamento”. Maria do Carmo complementa:

“Eles nos achavam todos malucos né, malucos beleza, eles nos achavam a gente... Nossa aparência de hippie, meio desarrumados, o cabelo meio desajeitado, achavam que a gente devia ser drogados, todos, porque a gente era alternativo, então a droga faz parte né. Mas graças a Deus, todos nós, mostramos o que fizemos e pra que viemos né [...] a gente não tinha medo de nada, a gente fazia greve, parava ônibus, fazia muralha humana, “ah, vamo ataca esse ônibus!”, ficava todo mundo de braço, um agarrado no outro e ninguém passava, e não tinha ônibus que saísse de garagem [...]” (LESSA, Maria do Carmo. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 24 fev. 2014).

Ademais, para além da questão de identidade do Movimento Estudantil estar relacionada à aparência desses militantes, a ideia do uso de drogas por parte destes parecia intrínseca ao referido movimento naquele momento, ideia essa que era corroborada pelos mais conservadores. De um lado, alguns militantes viam o uso de entorpecentes, sobretudo aqueles relacionados a substâncias naturais ou alucinógenas, como um meio de ampliar a percepção, ou, ainda, um meio oportuno de identificação daqueles que não estavam de acordo com o sistema vigente, fazendo uso, assim, de substâncias proibidas como forma de transgressão. Contudo, para os militantes mais engajados politicamente, o uso dessas substâncias “era entendido como um empecilho burguês alienante e, portanto, contrário aos ideais revolucionários, urgentes naquele momento” (POHNDORF, 2013, p. 24). Além do mais, acreditavam que o uso de drogas faria com que os militantes estivessem mais expostos às investidas policiais, fato que traria grandes consequências para o meio estudantil.

Dessa maneira, fica evidente que, apesar do nosso recorte temporal compreender um momento de maior abertura política, assim como de abrandamento da repressão ao movimento estudantil, ainda assim a sociedade vivia com medo. O medo foi uma das táticas mais eficientes, pois foi implantado como forma de ameaça e intimidação àqueles que iam contra o regime vigente. Havia, ainda, a preocupação com os agentes infiltrados no meio estudantil, os quais

eram responsáveis por enviar relatórios de tudo o que acontecia nas universidades da cidade, como nos esclarece Vera Garcia:

“[...] era um período que ainda não estava muito fácil, ainda tinha repressão, a brigada militar estava sempre presente, a gente não conhecia os agentes da repressão que estavam infiltrados no movimento, sempre tinha, todo mundo dizia “tem alguém”, mas ninguém sabia nada, e acho que tinha um pouco assim, de encantamento, uma coisa poética com a própria militância e de achar que estavam nos perseguindo” (GARCIA, Vera Lúcia. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 27 nov. 2014. [A entrevista encontra-se transcrita no apêndice desta dissertação]).

Nesse sentido, Renato Della Vechia relata uma situação em particular, quando um policial infiltrado afirmou que os acompanhava e produzia relatórios diários que eram entregues ao comando da Brigada Militar. Nos relatórios, o policial relatava todos os passos dos estudantes dentro da universidade, mesmo que concordasse com as reivindicações estudantis:

“[...] Tinha um senhor que ia de manhã, de tarde e de noite passava conosco nas salas de aula para mobilizar os estudantes e às 11 da noite íamos nos reunir no DCE para organizar o outro dia. No outro dia nós entramos numa sala e quando eu estava entrando com outra pessoa, e ele pediu para falar conosco em separado e os outros estavam esperando a reunião iniciar. Ele veio e se apresentou e disse: “Olha, eu sou da P2 – polícia secreta da Brigada – e faço um relatório com tudo que vocês falam aqui dentro diariamente e entrego para o comando da Brigada, mas eu percebi, participando do movimento de vocês, que vocês têm razão, porque com o salário que eu ganho como brigadiano, eu não vou poder dar condições para o meu filho estudar num cursinho para entrar na universidade federal e não vou ter condições de pagar uma universidade privada. Mas eu vivo disso e alimento minha família com esse dinheiro, portanto vocês têm duas opções, ou adiam, porque tem mais gente, não é só eu e amanhã eu não vou estar aqui ou vocês não falem nada que eu não possa escutar.” [...] Isso demonstra que havia uma preocupação, mesmo já em 82, fora do período violento da ditadura. Ainda havia uma preocupação do papel que os estudantes cumpriam junto à sociedade [...]” (VECHIA, Renato Della. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 24 nov. 2011).

Vechia complementa,

[...] Todos os atos, todas as mobilizações sempre foram uma forma de tentar enfrentar não só uma repressão policial, mas uma repressão dentro das universidades, porque dentro da Universidade Federal tinha um órgão de informação, que tinha um general – Gal. Vignoli. Ele era responsável por ter o mapeamento de todos os professores, funcionários, estudantes e ter o controle de cada um. Como tinha na Universidade Católica uma prefeitura de campus que controlava qual cartaz podia ser colocado [...]. Havia controle e havia infiltração dentro do próprio movimento” (VECHIA, Renato Della. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 24 nov. 2011).

Dessa forma, gostaríamos de salientar que, apesar desse cenário de abertura política e fim da repressão garantidos pelo general Ernesto Geisel ao assumir a presidência em 1974, os setores “linha dura” do governo discordavam dessa política e continuaram reprimindo os movimentos sociais, gerando, assim, uma crise no regime militar. Assim, mesmo convivendo com esse sentimento constante de medo, os estudantes pelotenses não se deixaram esmorecer e promoveram diversas manifestações em Pelotas, muitas delas em favor de melhorias, tais como alimentação e transporte, como já mencionamos na seção anterior.

Para encerrarmos, durante a entrevista, nossos entrevistados eram instigados a refletir sobre algum arrependimento, bem como acerca das experiências adquiridas ao longo da militância e, sem exceção, todos afirmaram que o período em que militaram no movimento estudantil foi enriquecedor e serviu para moldar os sujeitos que se tornaram, com olhos mais atentos e críticos à sociedade na qual estão inseridos. Assim, para destacar esta questão, transcrevemos abaixo a emoção de Vera Garcia ao fazer essa pequena análise do seu período de militância, em que várias memórias vieram à tona:

“olha, posso te dizer com certeza, eu trago tudo, tudo o que eu sou, até me emociono em falar, o sujeito que me constituiu ou a mulher que eu me constituí, ela é totalmente em função da minha experiência como estudante e a minha participação no movimento estudantil. Não tenho dúvida nenhuma disso e quando eu digo que eu trago tudo, eu trago mesmo né porque pra mim ainda hoje o ser feminista é essencial, não consigo me ver de outra forma. [...]

É uma luta que eu travo diariamente desde cuidar dos meus filhos, na concepção de vida e trabalhar isso com filho e filha da mesma forma, de criá-los assim, humanizados e respeitando o outro, sempre, e tendo muito cuidado pra eles não reproduzirem esses estereótipos que eu abomino totalmente. Até o compromisso com essas questões sociais, hoje pra mim, continuam mais fortes do que nunca e foi, sem dúvida nenhuma, o movimento estudantil que me deu isso” (GARCIA, Vera Lúcia. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 27 nov. 2014).

Considerações finais

Quando iniciamos esta pesquisa, sabíamos que encontraríamos diversos obstáculos pela frente devido à natureza do tema proposto: trabalhar a partir da memória de mulheres militantes políticas no movimento estudantil na cidade de Pelotas durante o período da redemocratização do Brasil. Além disso, não havia nenhuma publicação que levasse em conta, especificamente, a participação de mulheres naquele movimento. Outro desafio dizia respeito à escolha de trabalhar com uma cidade do interior, que apresenta suas particularidades em relação a uma capital.

Diante disso, partimos, então, para as primeiras entrevistas nas quais, ao ouvir os relatos de memória dos entrevistados, pudemos compreender melhor como o movimento estudantil universitário se organizava em Pelotas e tomava frente em diversas mobilizações que possuíam bandeiras específicas, tais como melhorias no ensino público, mas também aquelas gerais, uma vez que lutavam pelo fim da ditadura civil-militar no Brasil. Assim, adentramos num universo que se mostrou cada vez mais cativante e nos possibilitou compreender que ainda há muitas questões a serem averiguadas, bem como muitas memórias a serem contempladas, deste instigante tema da história recente do país.

Diante do exposto, abordamos especificamente a participação de mulheres no movimento estudantil universitário na cidade de Pelotas, buscando compreender em quais os espaços essas mulheres estavam inseridas no interior do referido movimento. Para tanto, fizemos uma análise de conjuntura das décadas anteriores que propiciaram a expansão do movimento feminista no mundo, que possibilitou que mulheres se libertassem de antigas amarras morais impostas por uma sociedade conservadora e machista.

Assim, as décadas de 1960 e 1970 foram marcadas por uma verdadeira revolução nos costumes, pois as instituições como o casamento, por exemplo, foram questionadas. Além disso, a mulher passou a ter mais controle sobre o seu corpo, explorando sua sexualidade sem tantos rótulos. A questão da opressão e a busca por igualdade entram na pauta do movimento feminista norte-americano, enquanto o francês defendia a valorização das diferenças entre homens e mulheres, enfatizando a questão da invisibilidade da experiência feminina. Contudo, o contexto político autoritário no qual o Brasil, assim como outros países da América Latina, estava inserido fez com que o movimento feminista não encontrasse maneiras de adentrar às discussões, nem em organizações mais progressistas, uma vez que estas viam a luta específica das mulheres como secundária, sendo a luta contra o regime militar prioridade. Portanto, a ditadura tornou quase impossível qualquer forma de manifestação, reunião, panfletagem ou reivindicações.

Por fim, ao analisarmos as entrevistas, fica evidente a influência que o movimento feminista teve no desenvolvimento das mulheres que estavam inseridas no movimento estudantil, pois estas ousaram romper com os padrões estabelecidos e estavam ocupando os espaços públicos, que foram, por séculos, designados somente aos homens. Essas militantes, mesmo não ocupando cargos de chefia, se fizeram-se importantes para a história do movimento estudantil universitário em Pelotas, sobretudo num período em que a repressão ainda vigorava. Ademais, driblaram também a repressão familiar, já que mulheres que participavam de manifestações não eram vistas com bons olhos pela sociedade.

Destacamos também a importância que o período de militância no referido movimento desempenhou na vida dos nossos entrevistados, já que eles afirmaram que as experiências adquiridas durante esse momento foram de extrema importância para moldar os sujeitos que se tornaram. Fez com que se tornassem pessoas mais críticas, que lutam incessantemente em busca de uma sociedade mais justa e igualitária para todos, sem perder a esperança em dias melhores para o país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAUJO, Maria Paula. **Memórias estudantis**: da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Roberto Marinho, 2007.
- FERREIRA, Elizabeth Fernandes Xavier. **Mulheres, militância e memória**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- GIANORDOLI–NASCIMENTO, Ingrid Faria; SANTOS, Maria de Fátima; TRINDADE, Zeidi. **Mulheres e militância**: encontros e confrontos durante a ditadura militar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- GOMES, Luisiane da Silveira. **A atuação feminina no movimento estudantil universitário durante o processo de redemocratização do Brasil (Pelotas/RS: 1977-1985)**. 2018. 194f. Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, 2018.
- KOLLER, Sílvia Helena; NARVAZ, Martha Giudice. Metodologias feministas e estudos de gênero. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, set./dez. 2006.
- MACIEL, David. **A argamassa da ordem**: da ditadura à nova República. São Paulo: Xamã, 2004.
- MARÇAL, Fábio. Final dos anos 60: os estudantes balançam o Brasil. In: SERRA PADRÓS, Enrique (org.). **As ditaduras de Segurança Nacional: Brasil e Cone Sul**. Porto Alegre: CORAG, 2006. p. 78-84.
- ORSATO, Andréia. **Gênero e democracia**: rupturas e permanências no orçamento participativo de Porto Alegre (2005). 2008. 150f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas (UFPel), 2008. p. 54.
- PEDRO, Joana Maria. Narrativas do feminismo em países do Cone Sul (1960-1989). In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. (orgs). **Gêneros, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010, p. 115-137.
- PERROT, Michele. **Mulheres Públicas**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.
- POHNDORF, Marília da Rocha Hofstätter. **O movimento estudantil universitário em Pelotas durante a redemocratização do Brasil (1978-1985): memórias de atuações contra a ditadura**. 2013. 139f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pelotas, 2013.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Educação e gênero no Brasil**. Proj. História, São Paulo, (11) nov., p. 7-18, 1994.

SANTOS, Jordana de Souza. A repressão ao movimento estudantil na ditadura militar. **Aurora**, ano III, nº 5, p. 101-108, dezembro de 2009.

VALLE, Maria Ribeiro do. **1968: o diálogo era a violência – movimento estudantil e ditadura militar no Brasil**. 2ª Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

VECHIA, Renato da Silva Della. **O ressurgimento do Movimento Estudantil universitário gaúcho no processo de redemocratização: as tendências estudantis e seu papel (1977/1985)**. 2011. 414f. Tese (Doutorado em Ciência Política) _____ Programa de pós-graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2011.

A ATUAÇÃO DO LEGISLATIVO EM RIO GRANDE/RS DURANTE OS ÚLTIMOS ANOS DA DITADURA CIVIL-MILITAR (1983-1985)

Nilton Garcia Sainz
Alvaro Augusto de Borba Barreto

Introdução

A redemocratização, no Brasil, é tema de pesquisa da Ciência Política desde o início da transição do regime autoritário para a “democracia” na qual vivemos. Durante os anos de 1980 e 1990, muitas investigações de autores brasileiros e brasilianistas foram realizadas sobre esse tema (TRINDADE, 1982; LAMOUNIER, 1985; DINIZ, 1986; KINZO, 1988; SELCHER, 1988; SHARE; MAINWARING, 1988; ARTURI, 1995), ajudando a revelar o fenômeno político e social que a ditadura civil-militar representou para o nosso país. No entanto, este trabalho¹¹⁰ busca contribuir com os estudos sobre redemocratização em um contexto local, fazendo uma abordagem em relação a atuação dos partidos políticos na dinâmica cotidiana do legislativo.

Nesse sentido, a pesquisa é voltada para o município de Rio Grande, no Rio Grande do Sul, e trata de uma análise sobre como a redemocratização repercutiu nos debates realizados pelos vereadores na Câmara Municipal de Rio Grande, durante os anos de 1983 a 1985. O que justifica esse recorte temporal é o fato de 1983 ser o primeiro ano de atuação dos vereadores eleitos em 1982, e o final em 1985

¹¹⁰ Este artigo é uma versão adaptada da monografia intitulada “A transição democrática em Área de Segurança Nacional: uma análise dos debates na Câmara Municipal de Rio Grande durante os últimos anos da ditadura civil-militar (1983-1985)” de autoria de Nilton G. Sainz e orientação de Alvaro Augusto de Borba Barreto. O trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

se dá por conta de ser o ano que marca a volta das eleições nas cidades consideradas estratégicas pelos militares. A escolha do caso de Rio Grande é pelo fato da cidade, durante a ditadura civil-militar, ter sido considerada Área de Segurança Nacional (ASN). A cidade ser considerada ASN implicava que o cargo de prefeito municipal fosse nomeado pelo regime civil-militar, sendo escolhido pelo Executivo estadual e aprovado pelo presidente da República. Já na esfera do Legislativo municipal, seguiam ocorrendo normalmente as eleições diretas.

Com a ascensão da oposição ao regime (MDB), registrada a partir de 1974, e com os sucessivos desgastes do regime militar que ocorreram ao longo do processo de abertura, em 1982, o eleitorado de Rio Grande elegeu uma Câmara de Vereadores de maioria opositora ao regime civil-militar, composta por PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e PDT (Partido Democrático Trabalhista) e que, juntos, reuniam 11 cadeiras, deixando o partido herdeiro do regime (PDS) e base do prefeito nomeado em desvantagem no legislativo, apesar de ser a maior bancada individualmente considerada como é demonstrado na tabela 1.

TABELA 1 – Distribuição de cadeiras legislativas por partido (Rio Grande, 1982)

Partido	N	%
PDS	10	47,6
PMDB	7	33,3
PDT	4	19,0
Total	21	99,9

FONTE: TRE-RS

Com isso, Rio Grande cria uma situação *diárquica*, como cita Lamounier (1985, p. 136), pois contrapõe o sistema militar, que tinha no comando do Executivo um homem de confiança do regime (Abel Abreu Dourado) e no Legislativo era comandado por uma maioria escolhida por voto direto e contrária à ditadura e ao modo de governar dos militares, o que deixou a estrutura de poderes do município com “duas pretensões de legitimidade e, até certo ponto, duas estruturas de poder” (LAMOUNIER, 1985, p. 136). Esse cenário de divisão no legislativo municipal traz uma realidade

de debates e de discursos de enfrentamento entre os representantes (oposição e ditadura) para a dinâmica do legislativo, o que oportuniza conhecer como atuavam as bancadas dos partidos em um contexto de um regime autoritário e durante uma conjuntura social e econômica de bastante desgaste para os militares e também de crises que maltratavam o povo brasileiro.

Diante disso, a pesquisa tem como objetivo principal compreender como se dava a atuação das bancadas no legislativo municipal de Rio Grande, no período 1983-1985, dando ênfase para o modo como se comportou a oposição em relação à ditadura civil-militar e sua relação com o Executivo local – ou melhor, as oposições, pois era composta por dois partidos, PMDB e PDT. Em termos concretos, foram analisados os partidos: PDS, PMDB e PDT, que atuam desde o início da legislatura em 1983, mais o PFL (Partido da Frente Liberal), que surgiu em 1985, já no contexto da Nova República (com a migração de vereadores do PDS para o PFL).

A investigação deu-se através da análise de conteúdo dos textos das atas da Câmara Municipal de Rio Grande relativa aos anos de 1983 até 1985. Foi realizada a leitura integral das atas, aproximadamente 1.514 páginas, distribuídas por 344 sessões do Legislativo municipal, fazendo parte dessas: sessões ordinárias, sessões extraordinárias e reuniões de comissões representativas.

Para os anos de 1983 e 1984 foi criada duas tipologias de discursos para o partido herança do Regime (PDS): (1) de apoio ao regime civil-militar, a qual considerava como tal qualquer manifestação de apoio ao presidente, prefeito ou demais membros do governo militar, e (2) de crítica ao regime civil-militar, na qual era considerada qualquer demonstração de descontentamento com o regime político vigente, o que inclui manifestações de apoio à democracia ou críticas à atuação de atores políticos ligados ao partido representante do governo militar. Para os partidos de oposição outras duas tipologias de discursos foram elaboradas: (1) as de críticas ao regime civil-militar, que ficavam entendidas como toda a denúncia ao golpe de 64 e às políticas públicas realizadas pelo Executivo nacional. Também se configurava como crítica ao regime as demonstrações de apoio à volta da democracia e a favor da realização de eleições diretas para todos os cargos e todas as cidades (extinguindo a Área de Segurança Nacional); e (2) as de críticas

ao Executivo local, que abarcavam as denúncias e críticas por parte da oposição em relação ao regime na sua face local, ou seja, ao prefeito e à bancada do PDS. Para o ano de 1985, com o advento da Nova República, instalada em março, e a chegada ao poder de José Sarney, passando o PMDB para governo, foram incluídos os demais partidos (PDS, PDT e PFL) na tipologia classificatória discursiva de crítica ao governo (agora, a Nova República).

Ainda compõe o artigo uma breve contextualização do município de Rio Grande durante a ditadura, que também traz dados eleitorais de Rio Grande durante o período, ajudando a remontar a conjuntura política na qual a investigação está colocada. Já as seções que trazem os resultados da pesquisa encontram-se sistematizadas pelos anos investigados, trazendo o cenário e atuação dos partidos separadamente.

A ditadura em Rio Grande: uma contextualização do caso

Rio Grande foi considerada Área de Segurança Nacional em dois momentos: antes do golpe militar (essa condição geopolítica perdura até 1951) e voltou a ser considerada ASN logo após o golpe de 1964. Na ditadura civil-militar, o município volta a ser novamente denominada como ASN, e a sofrer restrições por conta dessa condição geopolítica. Dessa forma, o município passa a ter seu chefe do Executivo municipal nomeado pelos governos militares, tendo a nomeação do prefeito municipal realizada pelo governador estadual e pelo presidente da República. Por ser uma cidade portuária e com relevância aos cofres do Estado e da União por conta da importância da segurança costeira e litorânea que contava nos planos de defesa do país, Rio Grande chamou a atenção dos militares.

Durante os anos do milagre econômico, Rio Grande foi alvo de fortes investimentos, assim, a cidade passou a receber incentivos econômicos em setores estratégicos da economia do município e a ganhar melhorias na sua infraestrutura urbana (COSTA, 2011; COSTA, 2013). Dessa forma, o município passou a fazer parte dos planos desenvolvimentistas dos governos militares, isso por conta do complexo industrial e portuário, que durante o chamado “milagre econômico” possibilitou a ampliação da participação da economia gaúcha no cenário econômico nacional (DALMAZO, 1990, apud COSTA, 2011). Como demonstra Costa (2011), o porto de Rio Grande

foi um dos que mais ganhou investimentos do governo federal, tanto nos anos 1970 quanto nos anos 1980.

O regime civil-militar encontrou um aliado importante para estabelecer uma comunicação capaz de “acalmar” o povo riograndino: o Jornal Rio Grande que, até o ano de 1976, era o único periódico em circulação. Esse veículo tratava das políticas do regime com animação e em tom de progresso, por vezes mascarando a atuação da oposição no legislativo que buscava fazer resistência ao Executivo da época. Vale dizer que Rio Grande historicamente tem uma forte presença de operários e carrega essa marca junto ao desenvolvimento da sua história e da sua distribuição geográfica com bairros de operários (KANTORSKI, 2011). Como acrescenta Leonardo Kantorski (2011, p. 59), o município era palco de acirradas disputas entre a classe proletária e patrões, dessa forma “a tendência de organização reivindicativa de parte da população criou a imagem de uma cidade com tendência revolucionária”. Costa (2013) ao relatar sobre o Jornal Rio Grande conta que o periódico, que se dizia apolítico, foi responsável por fazer uma dura oposição ao governo de João Goulart e Farydo Salomão (prefeito anterior ao golpe de 64 na cidade), além de ser porta-voz de setores conservadores do município. Assim, junto aos investimentos aplicados na cidade, a forte presença militar (que trouxe uma sensação de segurança à população) e a propaganda favorável ao governo Médici e aos militares, fizeram com que a ARENA conseguisse resultados favoráveis durante o período, e isso fica validado nas eleições de 1972, por conseguir a maioria no legislativo municipal, ficando com 52% das cadeiras, um total de 11 vereadores arenistas (TRE-RS, 1972).

Além da condição geopolítica de ASN e dos investimentos aplicados pelo regime civil-militar, Rio Grande teve um importante ator político oriundo de seu solo, Golbery do Couto e Silva. Golbery foi um estrategista importante do regime civil-militar e atuou fortemente ao lado de Geisel, sendo um importante articulador do período da abertura democrática. Como aponta Costa (2011, p. 6) ele era “porta-voz dos anseios da população riograndina” e tinha uma forte atuação frente ao “planejamento e a execução de projetos municipais”. Dessa forma, é possível dizer que existiu, em Rio Grande, a criação de uma estrutura (investimentos econômicos, desenvolvimento industrial-portuário e propaganda favorável

aos militares por parte do único periódico até 1976) que foi capaz de legitimar a atuação dos militares e aliciou parcelas da população do município. Também deve ser citada a presença de um sistema repressivo na cidade, que usou da violência e também assombrou o segundo periódico presente no município na segunda metade da década de 1970, o Jornal Agora (COSTA, 2013).

A mudança no cenário nacional, com o crescimento da oposição e da insatisfação com o regime, também se fez notar no município. O eleitorado riograndino volta a reagir em 1976, elegendo uma maioria opositora no Legislativo Municipal, deixando o MDB com 57,1% das cadeiras e um total de 12 vereadores (TRE-RS, 1976) e acabando com a maioria governista conquistada em 1972 (TRE-RS, 1972).

TABELA 2 – Distribuição de cadeiras legislativas por partido (Rio Grande, 1972-1976)

Partido	N		%	
	1972	1976	1972	1976
ARENA	11	9	52,4	42,9
MDB	10	12	47,6	57,1
Total	21	21	100	100

FONTE: TRE-RS (1972; 1976)

Novamente, em 1982, como já foi destacado na introdução e apresentado na tabela 1, o eleitorado elege uma maioria de oposição na Câmara Municipal, dessa vez no pluripartidarismo, deixando as oposições com 52% das cadeiras, sendo sete vereadores do PMDB e quatro do PDT (TRE-RS, 1982). Esse dado aponta para a tendência que ocorreu a partir de 1974 no Rio Grande do Sul e no Brasil, onde ocorre a ascensão do MDB como uma força partidária-eleitoral identificada com o “povo” e “com um perfil urbano mais definido” (NOLL, 1995; TRINDADE; NOLL, 1991).

1983: uma oposição firme na arena legislativa

O primeiro ano proposto para estudo traz consigo o fato de os eleitos em 1982 estarem assumindo o cargo, assim como o fato de ser o ano da pesquisa que está mais afastado da Nova República e do término da ditadura, o que resultou em um legislativo ativo nas discussões sobre o regime civil-militar e sobre as péssimas condições do país.

PDS

Com um total de 10 representantes (partido com a maior bancada) na Câmara Municipal de Rio Grande, a atuação dos vereadores do partido herança do regime militar pode ser considerada restrita em relação aos assuntos que giravam em torno do debate sobre a abertura democrática e a conjuntura nacional da época, como fica demonstrado na tabela 3.

TABELA 3 – Discursos que demonstram posicionamento dos vereadores do PDS (Rio Grande, 1983)

Posicionamento	N	%
Apoio ao regime	23	51,1
Críticas ao regime	22	48,9
Total	45	100

FONTE: Autoral baseado em CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE, Anais, Livros 63-64, 1983.

A maior participação da bancada do PDS acontece nas manifestações de apoio ao regime. Porém, quando o número de discursos é comparado com o total de atas analisadas, percebe-se que a atuação da bancada é reduzida, principalmente ao analisá-la em comparação com os números de críticas ao governo militar. Para avançar além dos números, o que chama a atenção nos discursos de apoio ao regime é a forma como são enquadrados. Na maioria das vezes, são colocados de forma breve efeitos num tom que aparentam uma cautela por parte de quem o profere. Um exemplo de discurso que sai em apoio ao regime foi o realizado pelo vereador Edes Cunha, ao se posicionar sobre área de segurança nacional:

Finalizando, enfoca os problemas das áreas de segurança, declarando que não iria tripudiar sobre as mesmas, todavia, ressalta as ponderáveis verbas federais que Rio Grande recebeu para seu desenvolvimento, nesses últimos anos (RIO GRANDE. Câmara Municipal de Vereadores, 1983, Livro 63, Ata 4.623).

Outro apontamento indica que os vereadores do PDS consideravam que o país estava vivendo uma democracia já em 1983, enquanto o discurso da oposição era totalmente contrário,

como será indicado a seguir. Também é importante dizer que os vereadores pedessistas demonstravam insatisfação com o momento de crise pela qual o país estava passando e, conforme o resultado das eleições passadas, com o custo político que significava defender ou apenas negligenciar o péssimo momento econômico e social.

Em suma, pode-se dizer que as manifestações dos vereadores do PDS eram cautelosas em relação aos assuntos que estavam relacionados ao regime militar. Por vezes, fugindo do debate e não conflitando com as oposições. Nas manifestações de apoio ao regime existia o cuidado para não parecer que o vereador não concordava com as pautas da oposição, mas, ao mesmo tempo, era necessário evocar a atuação do regime no município. Também existiam as tentativas de igualar a atuação do governo militar com os governos de oposição, buscando a legitimação das políticas públicas do regime. E nas manifestações de crítica ao regime militar, os pedessistas não entraram a fundo no debate, mas já indicavam sinais da aceitação e até mesmo de um certo apoio ao movimento democrático.

PMDB

O PMDB é o partido oposicionista com maior número de membros na Câmara de Vereadores de Rio Grande no ano de 1983. Na tabela 4, são apresentados os números da atuação do partido:

TABELA 4 – Discursos que demonstram posicionamento dos vereadores do PMDB (Rio Grande, 1983)

Posicionamento	N	%
Críticas ao Executivo local	13	18,8
Críticas ao regime	56	81,2
Total	69	100

FONTE: Autoral baseado em CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE, Anais, Livros 63-64, 1983.

O PMDB, como partido com o maior número de vereadores, elegeu o presidente da Câmara do ano de 1983. Com isso, é observável a união entre as bancadas de oposição ao regime, porém, observa-se que o presidente eleito (Júlio Rodrigues) também era bem aceito pela bancada do PDS, que o elogiou ao longo do ano.

Fica exposto em alguns pronunciamentos de vereadores do PDS a “condução democrática” em que eram levados os trabalhos na Câmara, e é possível relacionar a boa aceitação do Presidente por conta do tom de reconciliação em prol dos interesses comuns que ele assumiu no início do mandato.

O número de críticas à ditadura civil-militar por parte do PMDB é considerável. Destacam-se alguns dos seus quadros, que foram enfáticos na luta pela democracia, pela extinção das ASN e também nas denúncias sobre as mazelas nas quais o país se encontrava durante esse período. No intuito de demonstrar um pouco sobre a atuação crítica do PMDB em relação ao regime e a conjuntura nacional, destaca-se o discurso do vereador Delamar Correa Mirapalheta:

Em 1961 a dívida externa brasileira era de cr\$ 3,4 bilhões, em 1963 caiu para cr\$ 3,1 bilhões. Em 1973 a dívida externa já chegava aos cr\$ 12,6 bilhões, e hoje dezanove anos depois do golpe militar contra Goulart, o Brasil deve cr\$ 100 bilhões [...] O resultado nos sabemos, desemprego, fome, miséria, caos nacional, o que resta saber é quem paga a dívida. A resposta do presidente é óbvia e ululante, o povo brasileiro, especialmente os trabalhadores brasileiros (CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE, 1983, Livro 63, ata 4.634).

Já as críticas ao executivo local são em menor número e estão focadas principalmente nas políticas administrativas e na falta de atenção do prefeito com o legislativo

Portanto, pode-se dizer que o PMDB era uma força de oposição atuante em relação ao regime civil-militar dentro da arena legislativa, exercia um papel importante como maior bancada de oposição, sem esconder seu posicionamento diante dos problemas que assombravam o país e o município.

PDT

O PDT era partido com o menor número de membros na Câmara (quatro vereadores), ao mesmo tempo que era o que mais assomava à tribuna para proferir discursos críticos ao regime civil-militar, como fica demonstrado na tabela 5.

TABELA 5 – Discursos que demonstram posicionamento dos vereadores do PDT (Rio Grande, 1983)

Posicionamento	N	N
Críticas ao Executivo local	18	18,4
Críticas ao regime	80	81,6
Total	98	100

FONTE: Autoral baseado em CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE, Anais, Livros 63-64, 1983

Com uma quantidade inferior de vereadores em relação aos demais partidos, chama a atenção os números da participação da bancada do PDT em relação à crítica ao regime civil-militar. Para além do quantitativo, os vereadores do PDT se afirmavam como a oposição mais ferrenha ao golpe de 64 e ao regime civil-militar, assim trazendo à tona inúmeras denúncias sobre a condição de crise que o país passava e ao modelo de governo dos militares. Para demonstrar isso, destaca-se o discurso relatado nas atas pelo vereador Ayrton Lopes da Silva:

Nunca como neste ano os mentores da espoliação estiveram tão desmascarados e abertamente. A nação está na crista da maior crise econômica dos cinquenta anos, de miséria, de desemprego, de fome. Os erros da política econômica foram apontados desde 1964 até o governo atual. Sendo que todos estes governos ficaram surdos as consequências desastrosas. (CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE, 1983, Livro 63, ata 4.605).

Já em relação às críticas ao Executivo local, o PDT também apresenta um número maior de discursos proferidos. Eles giram em torno das políticas do prefeito Abel Dourado e da sua falta de atenção com o legislativo municipal. Além disso, a bancada do PDT denunciava as condições do trabalhador local, fazendo muitas referências aos desempregados no município. Para demonstrar uma crítica do PDT ao Executivo local, pode-se citar um excerto do discurso registrado nas atas do vereador Luiz Alberto Modernel:

Mas acho que após tantos anos, vou me queixar do Sr. Abel Abreu Dourado, considera que quando um vereador público faz uma crítica e, procura ao município para corrigir e este não toma

as devidas providências. Talvez seja, diz o orador, pelo fato de não ser eleito diretamente pelo povo [...] (CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE, 1983, Livro 64, ata 4.653).

Assim, cabe dizer que a atuação do PDT é mais obstinada se comparada com o outro partido oposicionista. Durante todo ano de 1983 os vereadores do partido buscaram trazer a público o debate econômico e as denúncias acerca da crise econômica e política em que o país se encontrava.

O ano de 1984 e as mudanças de comportamento nas bancadas partidárias

Conforme o encaminhamento para a democracia, mudanças foram ocorrendo na Câmara Municipal de Rio Grande. Se 1983 foi o ano dos discursos de mais impacto contra o regime civil-militar, 1984 foi diferente. Durante esse período legislativo houve menos discursos do que no ano anterior, com novos embates, temas e discussões na Câmara, como conflitos entre os partidos de oposição e também discursos que debatiam o que estava acontecendo no cenário local e nacional de 1984, como o caso da emenda Dante Oliveira.

PDS

O ano de 1984 para o partido herança do regime apontava para as mudanças que vinham a ocorrer na conjuntura política do país. Como fica demonstrado na tabela 6, os discursos aumentam em relação ao primeiro ano de análise, o que leva a observar uma maior participação do PDS em relação ao contexto de redemocratização que o país vivenciava.

TABELA 6 – Discursos que demonstram posicionamento dos vereadores do PDS (Rio Grande, 1984)

Posicionamento	N	%
Apoio ao regime	25	44,6
Críticas ao regime	31	55,4
Total	56	100

FONTE: Autoral baseado em CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE, Anais, Livros 65-66, 1984

A principal mudança na bancada do PDS de 1983 para 1984 é a notável iniciativa de alguns quadros de dar respostas e até atacar os partidos de oposição. Se em 1983 os vereadores pedessistas buscavam não ingressar em alguns debates e conflitos, nesse ano o partido toma alguns posicionamentos mais claros e também provoca os partidos de oposição. Um fato ocorrido foi a discussão por parte do PDS em relação à troca do nome de uma rua na cidade, a rua República de Cuba. Os vereadores do PDS buscaram alterar o nome da via, o que gerou conflito com as bancadas de oposição, principalmente o PDT. Porém, a discussão não prosseguiu e o nome permaneceu o mesmo¹¹¹.

Outro alvo de ataques da bancada de situação foi o Executivo Municipal de Pelotas, que era governado por um prefeito pemedebista (Bernardo de Souza). Somando à nova característica da atuação da bancada do PDS de conflitar com as oposições, vem o aumento dos posicionamentos de apoio ao regime e à atuação do partido que sustentava os militares. E, para ilustrar, o discurso do Ver. Edes Cunha, que exalta o PDS e provoca os partidos de oposição:

[...] que considerou a oposição, dizendo que esta se volta contra o PDS, por saber que este é o maior partido. Refere-se quanto a extinção do MDB, que originou os demais partidos, PDT, PT, PTB e outros. Saliencia ainda, que o PDS sozinho revogou os atos da oposição, e implantou e deu uma nova Lei de Segurança Nacional. Acrescenta que os que se insurgem contra a Constituição Federal, dela se valeram para nomear Prefeitos de diversos locais, tais como São Paulo e Rio de Janeiro (RIO GRANDE. Câmara Municipal de Vereadores, 1984, Livro 65, Ata 4.732).

As críticas ao regime civil-militar também aumentam de um ano para o outro no PDS. De certa forma, isso anunciava mudanças que iriam ocorrer no partido e que também seguiam a lógica de um “esvaziamento” do partido herança do regime, que, conforme avança o desmonte da ditadura, vai sofrendo críticas mais duras e que se refletem nos resultados eleitorais e na coesão das bancadas.

Portanto, nota-se uma mudança no comportamento da bancada do PDS de um ano para o outro. Pode-se dizer que isso é consequência

¹¹¹ Ainda hoje a rua é denominada oficialmente como “República de Cuba”.

do avanço da redemocratização, que cobra do PDS uma atuação política mais ativa e participativa, fazendo com que o partido volte a ganhar espaço para as eleições que estavam por vir em 1985. Também é importante salientar que o discurso dos vereadores do PDS seguia o de abertura política e a bancada do partido apoiou a emenda Dante Oliveira, assim como a extinção de ASN, porém, sempre em menor intensidade que os partidos de oposição.

PMDB

Em 1984, o número de discursos críticos em relação ao regime diminui e o de críticas ao executivo local cresce (como fica demonstrado na tabela 7), o que é um indicativo de que o PMDB local estava articulando um candidato para o pleito que vinha a ocorrer no ano seguinte e, até por conta disso, surgem rugas com o PDT, principal aliado de oposição na luta pela volta da democracia.

TABELA 7 – Discursos que demonstram posicionamento dos vereadores do PMDB (Rio Grande, 1984)

Posicionamento	N	%
Críticas ao Executivo local	20	34,5
Críticas ao regime	38	65,5
Total	58	100

FONTE: Autoral baseado em CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE, Anais, Livros 65-66, 1984

Apesar da diminuição no número de discursos que enfatizavam a luta contra o regime, denunciavam o golpe de 64 e iam contra as políticas do governo militar, o PMDB segue manifestando e denunciando as condições em que o povo brasileiro se encontrava e os anseios da população. Em relação ao Executivo local, o PMDB aumentou o número de discursos críticos ao governo de Abel Dourado. Eles giram em torno de denúncias referentes à administração do Prefeito, como o comprometimento do Executivo local com a empresa de ônibus Benfica, como figura na fala do Ver. Delamar Correa Mirapalheta:

[...] ao frisar que a prefeitura está altamente comprometida com a empresa Benfica. [...] o orador refutando e que o problema é que a empresa Benfica não mediu esforços para que o PDS tivesse a maioria

de representantes nessa casa, declarando que o próprio DATC não está zelando pelo seu próprio patrimônio (RIO GRANDE. Câmara Municipal de Vereadores, 1984, Livro 65, Ata 4.754).

Em suma, pode-se dizer que, para o PMDB, o ano de 1984 foi de articulação para aquele que vem a seguir. Mesmo com a decepção e a desesperança por conta da não aprovação da emenda Dante Oliveira (que restauraria as eleições diretas em 1985), os vereadores do PMDB mostravam que, no ano seguinte, além de obter o Executivo Federal por meio de eleições indiretas, eles também estavam trabalhando para ganhar o Executivo Municipal na primeira oportunidade que surgisse – e isto logo no ano seguinte¹¹².

PDT

O PDT segue em 1984 sendo, no legislativo riograndino, o partido mais enfático na luta contra o regime civil-militar e contra a atuação do Executivo local, como fica demonstrado na Tabela 8.

TABELA 8 – Discursos que demonstram posicionamento dos vereadores do PDT (Rio Grande, 1984)

Posicionamento	N	%
Críticas ao Executivo local	28	29,5
Críticas ao regime	67	70,5
Total	95	100

FONTE: Autoral baseado em CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE, Anais, Livros 65-66, 1984

Apesar de ser a menor bancada, o partido segue sendo o protagonista dos discursos mais intensos e também o que mais sobe à tribuna para fazer denúncias sobre a situação dos trabalhadores brasileiros e os casuísmos do governo militar. O fato de ser a bancada com menor número de representantes foi, inclusive, tema de discurso por um dos membros do partido, que fez questão de ressaltar que, apesar da diferença numérica, o PDT não iria recuar.

¹¹² Ressalva-se que o PMDB não venceu as eleições para prefeito em 1985. A vitória coube ao PDS, por meio do ex-prefeito nomeado (1975-1979), Rubens Emil Correa (TRE-RS, 1985).

E é no sentido de não recuar que ele se coloca como principal partido de resistência e oposição ao regime. Para demonstrar essa atuação, segue o discurso proferido pelo Ver. Hugo da Silva Machado:

Prosseguindo, assumiu a tribuna o Vereador Hugo da Silva Machado... acrescenta que já havia dito anteriormente que as prévias eram uma grande farsa, com a mão do núcleo autoritário do país. Ficando daqui para a frente o enigma do que acontecerá, pois sabe-se que ganharia o candidato que comprasse mais Andrezza ou Maluf. Refere-se que a ditadura permanece através dos Militares. Considera a situação dos que já governaram este país, tais como: Golbery do Couto e Silva e Ernesto Geisel, os quais atualmente são presidentes de multinacionais, de modo que estão cada vez mais ricos enquanto morrem milhões de pobres brasileiros (RIO GRANDE. Câmara Municipal de Vereadores, 1984, Livro 65, Ata 4.757).

Os discursos pró-eleições diretas estavam sempre presentes, principalmente enquanto existia a expectativa da aprovação da emenda Dante Oliveira. Referências a Leonel Brizola também são recorrentes nos discursos. E, como fica demonstrado na fala do Ver. Luiz Alberto Modernell sobre a discussão da alteração do nome da Rua República de Cuba, o PDT respondia as críticas e tinha quadros que se posicionavam ideologicamente:

[...] assomou a tribuna o vereador Luiz Alberto Modernell, o qual manifestou-se totalmente contrário a esse processo [...]. Manifesta seu horror que em pleno século 20 aconteçam estas coisas. Refere-se a época que o Sr. João Goulart foi deposto por entrar em contato com a china, pois que as vozes contrárias diziam ser este comunista, por manter contato com este país [...]. Considera o regime socialista que lá existe, onde não existe inflação nem corrupção, tratando-se de uma república de cabeça erguida. Cita ainda o orador a grande atuação do grande líder Leonel de Moura Brizola, diz o orador, quando deram o golpe de forças em nosso país (RIO GRANDE. Câmara Municipal de Vereadores, 1984, Livro 66, Ata 4.774).

Em relação às críticas ao Executivo local, o PDT também apresenta um aumento nesses discursos e mantém o mesmo padrão discursivo do PMDB, denunciando e relatando erros na administração do Prefeito Abel Dourado.

Outro ponto que deve ser relatado de 1984 refere-se a alguns desentendimentos que ocorreram entre a bancada do PDT e a bancada do PMDB. Inicialmente, havia a ideia de união para as eleições municipais, o que não veio a ocorrer. Um desses episódios deu-se em um conflito na escolha da mesa diretora da Câmara, ocasião em que a bancada do PDT acusou alguns vereadores do PMDB de fazer conchavo com colegas pedessistas.

1985: o fim da ditadura e novas configurações de bancada

O último ano analisado nesta pesquisa foi aquele que mais trouxe transformações para o cenário da Câmara Municipal de Rio Grande. Também foi o ano legislativo analisado em que menos foram encontrados discursos que refletem os posicionamentos dos legisladores municipais em relação ao regime civil-militar e ao Executivo local. Pode-se explicar isso pelo fato de que 1985 foi considerado o último ano do regime, no qual foi escolhido por eleições indiretas um civil para a presidência do país. Nesse ano, acontece, na Câmara de Rio Grande duas migrações partidárias: os vereadores Alberto Amaral Alfaro e Edson Figueiredo do Santos, ambos do PDS, passam a compor o Partido Frente Liberal (PFL), que se opõe ao partido herança do regime e compôs as negociações que levaram à aliança com o PMDB e que indicaram a chapa Tancredo Neves-José Sarney para a eleições presidencial no Colégio Eleitoral.

De um modo geral, pode-se afirmar que 1985 ficou marcado pelas eleições municipais, exclusivas e diretas para prefeito, após mais de 20 anos, e toda a articulação que isso gerou nos partidos representados na Câmara.

PDS

O ano de 1985 para o PDS foi de mudanças dentro da estrutura de sua bancada, perdendo dois vereadores, sendo um deles o Ver. Alberto Amaral Alfaro, que se destacou como líder da bancada do partido em 1983 e por conta dos principais discursos proferidos relacionados à conjuntura nacional da época. Além disso, os números da atuação do partido caem consideravelmente, como fica exposto na tabela 9. Porém, apesar da queda do número de posicionamentos,

a característica acrescentada em 1984, de enfrentar os partidos de oposição, não mudou, e o PDS passa a ser um dos responsáveis pelas críticas à Nova República, invertendo a posição que havia, por exemplo, em 1983.

TABELA 9 – Discursos que demonstram posicionamento dos vereadores do PDS (Rio Grande, 1985)

Posicionamento	N	%
Apoio ao regime	6	25,0
Críticas ao regime	5	20,8
Críticas à Nova República	13	54,2
Total	24	100

FONTE: Autoral baseado em CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE, Anais, Livros 67-68, 1985

É dizer que os quadros do PDS mostravam aceitação ou conformidade com a eleição de Tancredo Neves, de tal forma que muitos dos membros da bancada até escondiam o apoio ao candidato pedessista Paulo Maluf. Assim como nos outros anos, nenhum se mostrava publicamente contrário ao processo de abertura e de democratização na casa legislativa. Um ponto interessante que se pode captar por meio das falas dos vereadores era que os quadros do PDS, já em 1983, no governo Figueiredo, consideravam que estávamos vivendo uma democracia. Nota-se que os posicionamentos de apoio ao regime em 1985 diminuem.

O partido herança da ditadura é bem claro quanto ao seu posicionamento frente à Nova República. Como já foi demonstrado anteriormente, os quadros do PDS se colocavam como opositoristas ao Governo Sarney. Diante disso, surgem diversas críticas ao novo presidente, o que é exemplificado em mais um discurso do Ver. Edes Cunha:

Proseguindo, assomou a tribuna o Vereador Edes Cunha, referindo-se ao aumento da gasolina, declara que, mais uma vez fomos surpreendidos pelo aumento dos combustíveis, como já vem sendo praticado sistematicamente pelo governo federal, na calada da noite, simultaneamente quando é anunciada a queda da inflação [...] (RIO GRANDE. Câmara Municipal de Vereadores, 1985, Livro 68, Ata 4.917).

Portanto, para finalizar a exposição sobre a atuação da bancada do PDS em 1985, é importante acrescentar que o partido se mostrava preocupado com a condição da população de Rio Grande e também com a miséria que assombrava o Brasil naqueles anos. Outra característica do partido em 1985 foi a atuação mais destacada do Ver. Edes Cunha. Ele era o vereador do PDS mais presente na tribuna.

PFL

O PFL foi a novidade no legislativo em 1985. O partido foi fundado neste ano, mesmo ano da abolição da fidelidade partidária, por meio de uma emenda constitucional, o que permitiu aos detentores de mandatos a troca de partido sem sofrer punições. Com isso, o PFL fica conhecido como uma das dissidências do PDS (LIMA, 2008). Em Rio Grande, o PFL recebe a migração de dois vereadores do PDS. Até pela baixa representação no Legislativo, o número de discursos é pouco expressivo, como fica demonstrado na tabela 10.

TABELA 10 – Discursos que demonstram posicionamento dos vereadores do PFL (Rio Grande, 1985)

Posicionamento	N	%
Críticas ao regime	6	54,5
Críticas ao Executivo local	3	27,3
Críticas à Nova República	2	18,2
Total	11	100

FONTE: Autoral baseado em CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE, Anais, Livros 67-68, 1985

O PFL surge na Câmara de Rio Grande como um partido que evoca esperança e é respeitado pelos outros partidos que faziam oposição ao regime civil-militar. Os quadros do partido no município endossavam a eleição de Tancredo Neves e demonstraram comoção com a sua morte. É interessante citar que, já em 1985, o PFL participa do pleito para prefeitura com o Ver. Alberto Amaral Alfaro encabeçando a chapa, o que resulta na participação do partido nas críticas ao Executivo local.

A bancada do PFL foi crítica ao regime e ao partido que o sustentou e do qual seus membros faziam parte até então.

Um exemplo disso foi o discurso do Ver. Alberto Amaral Alfaro que denuncia o modo de atuação do PDS na época: “A seguir, o orador, refere-se ao PDS, onde pessoas foram ameaçadas por não assinarem fichas para uma chapa única, não sendo este, diz o orador, um partido democrático” (RIO GRANDE. Câmara Municipal de Vereadores, 1985, Livro 67, Ata 4.847). As críticas à Nova República podem ser consideradas leves, apesar do reduzido número de vezes que foram feitas. Com isto, quer-se enfatizar que elas não tocavam nas feridas do novo governo. Sendo assim, a única crítica mais expressiva ao PMDB é feita pelo Ver. Alberto Amaral Alfaro, quando não aceitou o posicionamento do partido ao se intitular como o único de sustentação da Nova República e ainda defendeu que quase todos os partidos coligaram pelo Brasil (RIO GRANDE. Câmara Municipal de Vereadores, 1985, Livro 68, Ata 4.934).

Portanto, o PFL surge no legislativo de Rio Grande como um partido promissor, que trata de concorrer ao Executivo, porém sem sucesso. Não se pode ter uma noção maior do quão crítica seria a bancada em relação à ditadura civil-militar pela questão do surgimento do partido no último ano analisado na pesquisa.

PMDB

A principal mudança no ano de 1985 para o PMDB reside no fato de o partido trocar de condição no cenário político nacional, passando de oposição ao regime para governo, com a eleição de Tancredo Neves. Já os números (indicados na tabela 11), assim como dos demais partidos, também sofreram queda, porém o PMDB neste ano foi o partido que mais respondeu ao regime e ao PDS, com vista a se defender das acusações que recebia, já projetando o pleito para o Executivo que estava para ocorrer.

TABELA 11 – Discursos que demonstram posicionamento dos vereadores do PMDB (Rio Grande, 1985)

Posicionamento	N	%
Críticas ao Executivo Local	14	38,9
Críticas ao regime	22	61,1
Total	36	100

FONTE: Autoral baseado em CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE, Anais, Livros 67-68, 1985

No Legislativo municipal, a mudança mais notória nos discursos dos representantes do PMDB foi o da chegada da democracia. A partir da eleição de Tancredo Neves, os quadros do partido incorporam que no país estava vigorando uma democracia. Diversos discursos de seus vereadores exaltam este fato, como fica evidenciado no pronunciado pela Ver. Adélia L. Andrino:

[...] que ressaltou a necessidade do bom senso, de trabalhar em cima da honestidade e não da demagogia. Ressalta seu parecer favorável, e confirmo meu voto diz a oradora, e discordo de pressões, embora não as tema, porque nós do PMDB, vivemos vinte e um anos sobre pressão, e nem por isso, disse a oradora, deixamos de chegar onde chegamos a uma democracia plena (RIO GRANDE. Câmara Municipal de Vereadores, 1985, Livro 68, Ata 4.919).

Apesar do discurso de que a “ditadura já passou”, como foi proferido pela Vereadora Adélia L. Andrino (RIO GRANDE. Câmara Municipal de Vereadores, 1985, Livro 68, Ata 4.905), o caso da censura na música tema de Leonel Brizola chama a atenção. Segundo vereadores do PDT, apenas o Ver. Sérgio Satt discursou sobre o caso, no qual demonstrou repúdio ao que estava acontecendo. Sobre as críticas à ditadura, em 1985 é o PMDB quem assume a liderança. O partido respondia na mesma moeda aos ataques do PDS e às críticas que vinham dos outros partidos. Também vale dizer que o Governador Jair Soares (PDS) foi alvo de diversas críticas por parte da bancada.

Para fechar o ano de 1985 do PMDB é necessário citar que o partido, por vezes, criticava a administração do Presidente Sarney e até suas políticas de governo, ao mesmo tempo que os quadros do partido consideravam que os problemas que a Nova República enfrentava não seriam resolvidos por um passe de mágica, pois eram resultado do período anterior, como cita o Ver. Julio Rodrigues (RIO GRANDE. Câmara Municipal de Vereadores, 1985, Livro 68, Ata 4.923).

PDT

O último ano de análise para o PDT não difere dos demais partidos em relação aos números que a pesquisa aponta, como fica demonstrado na tabela 12. As principais mudanças que ocorreram

para esta bancada estão ligadas ao fato de o PMDB ter se tornado governo, o que levou o PDT, mesmo sendo um partido que apoiava a Nova República, a fazer oposição e a cobrar explicações do novo partido governista nacional.

TABELA 11 – Discursos que demonstram posicionamento dos vereadores do PDT (Rio Grande, 1985)

Posicionamento	N	%
Críticas ao Executivo local	19	41,3
Críticas ao regime	13	28,3
Críticas a Nova República	14	30,4
Total	46	100

FONTE: Autoral baseado em CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE, Anais, Livros 67-68, 1985

Um fato que fica marcado na fala dos vereadores do PDT, principalmente no início do período legislativo, é em relação à desconfiança que se cria em relação ao PMDB. Outra situação que se destaca é a diferenciação entre as oposições, quando o PDT fazia questão de deixar claro que era diferente do PDS, que concorreu com Paulo Maluf e foi derrotado. Ele não apresentou candidato e não se colocou como oposição sistemática ao candidato pemedebista na eleição presidencial indireta daquele ano. O PDT era mais um partido que endossava a candidatura de Tancredo Neves, o que gerou uma grande comoção dentro do partido com a sua doença e sua morte. Os vereadores do PDT apresentavam em seus discursos a ideia de fortificar a democracia e que seria necessário, naquele momento de instabilidade com a morte de Tancredo, a união do povo brasileiro. Paralelo a isso, os quadros do partido se mostravam com esperança na Nova República, em demonstração, Ver. Hugo da Silva Machado comemora a vinda de funcionários públicos até a Câmara para exigir melhores salários, o que para ele era símbolo de esperança na Nova República (RIO GRANDE. Câmara Municipal de Vereadores, 1985, Livro 67, Ata 4.860).

Mesmo com o fim do governo militar, o PDT continuou fazendo críticas às administrações que precederam a Nova República e que deixaram graves marcas para o país. Em relação às críticas ao Executivo local, O PDT atingiu o mesmo número de posicionamentos

do PMDB. Também é destacável a presença do partido no pleito de 1985 para o Executivo. Diante disso, fica o registro da fala do Ver. Ayrton Lopes da Silva, criticando o candidato do PDS, que mais tarde foi eleito:

E, quanto ao pastor Belmar Clarindo, dando conta que o seu templo estava sendo construído com o dinheiro da prefeitura, graças ao Sr. Rubens Emil Correa, enquanto isso, faltam creches, e condições ao asilo de menores Assis Brasil e ao Lar Bom Samaritano (RIO GRANDE. Câmara Municipal de Vereadores, 1985, Livro 68, Ata 4.916).

Quanto às críticas à Nova República, o PDT foi o partido que mais vezes subiu à tribuna para levantar problemas, denúncias e questionar o que vinha sendo feito no Governo Sarney. Apesar de não ser oposição na eleição de Tancredo, o PDT não escondia seu olhar crítico à atuação do PMDB e demonstrava desconfiança com o partido que foi seu aliado contra o regime civil-militar.

Para finalizar a atuação do PDT no ano de 1985, vale fazer a referência que esta foi a bancada foi, no total dos anos pesquisados, a que mais fez resistência e criticou o golpe de 1964 e as políticas de governo do regime em todos os anos pesquisados. Em 1985 não foi diferente em relação às denúncias contra as condições em que se encontrava a população brasileira e a exploração de grupos externos no país, assim como as cobranças à Nova República.

Conclusões

A pesquisa buscou descrever como era a dinâmica da atuação dos partidos políticos na Câmara de Vereadores de Rio Grande durante os anos de ditadura civil-militar. Verificou-se que durante os últimos anos de ditadura civil-militar existia um ambiente “tranquilo” para as oposições tecerem críticas e denunciarem o regime militar e suas políticas públicas. A Câmara de Vereadores de Rio Grande também se mostrou ser palco de outras formas de resistência na hora de enfrentar o Executivo comandado por um indicado do regime. Desta maneira, as oposições tinham como estratégia a obstrução de votações de projetos elaborados pelo Executivo, promovendo o esvaziamento de sessões

e faltando quórum para as votações. Este, por vezes, tentava aprovar os projetos sem ampliar as discussões. Portanto, é possível dizer que o ambiente dentro da Câmara não era de retaliações por parte dos representantes dos vereadores do PDS. Também é possível afirmar que as oposições não concentravam suas críticas apenas ao prefeito e, conseqüentemente, não estavam voltadas exclusivamente ao panorama local, elas abarcavam prioritariamente em seus discursos o regime de uma forma ampla, alcançando todos os setores ligados à ditadura.

Em relação ao partido herança da ditadura civil-militar, é possível notar, ao longo dos anos que a pesquisa analisou, as transformações do comportamento do PDS em relação à conjuntura nacional. Assim como o PDS, as bancadas de oposição (PMDB, PDT e a partir de 1985 o PFL) também passaram por transformações no decorrer dos anos e conforme se aproximava o fim da ditadura. Fazendo a síntese da atuação das oposições durante 1983-1985 em relação a ditadura civil-militar e ao prefeito nomeado pelos militares, encontramos uma média de 1,54 pronunciamentos que criticam a atuação dos governos militares, seja a nível nacional ou local, o que demonstra que a oposição político-partidária no legislativo riograndino fazia-se presente no debate acerca da ditadura e pela volta da democracia.

Como podemos observar nos resultados da investigação, mesmo o partido base da ditadura nos últimos anos do período autoritário tinha “críticas” ao regime e já “aceitava” o processo de democratização, o que nos leva a questionar como uma ditadura e um processo de transição política tão longo (de 11 anos, considerando que começa em 1974 e vai até 1985) consegue uma base de sustentação institucional e perdura por tanto tempo, já que aparentemente, nem mesmo a base do governo concordava com o que estava ocorrendo no final da ditadura. Assim, entendemos que investigações como esta são de relevância para compreendermos e conhecermos a nossa história, assim como nos possibilitam entender como as coisas acontecem, e que por mais criticada que fosse a ditadura e enfrentasse resistências, as instituições e os atores que atuavam para o seu funcionamento da mesma corroboravam para a sustentação e o funcionamento dela.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARTURI, Carlos S. As Eleições no processo de transição à democracia no Brasil. In BAQUERO, Marcello (Org.). **Brasil: opinião pública, transição e eleições no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 1995.

COSTA, Leandro Braz da. A Cidade do Rio Grande ao longo da década de 1970: desenvolvimento econômico, vigilância e repressão em área de segurança nacional. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, jul., 2011.

COSTA, Leandro Braz da. **Festivais de música em Área de Segurança Nacional: a periferia da música popular brasileira na cidade do Rio Grande (1970-1976)**. 2013. 243f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

DINIZ, Eli. Transição política no Brasil: perspectivas para a democracia. Reunião GT – **Elites Políticas da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**. X Encontro Anual, Campos do Jordão: out. 1986.

KANTORSKI, Leonardo. **Expurgo de docentes na lógica da Doutrina de Segurança Nacional: o caso da FURG (1969-1977)**. 2011. 252f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Pelotas, 2011.

KINZO, Maria D’Alva G. **Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)**. São Paulo: Vértice, 1988.

LAMOUNIER, Bolivar. Apontamentos sobre a questão democrática brasileira. In: ROUQUIÉ, Alain; LAMOUNIER, Bolivar; SCHEVARZER, Jorge (Org.). **Como renascem as democracias**. São Paulo: Brasiliense, p. 104-140, 1985.

LIMA, Vanessa Moreira. A Dança das cadeiras: a migração partidária na Câmara de Vereadores de Pelotas no período de 1983-2004. In: BARRETO, Alvaro (Org.). **Sistema partidário em Pelotas: organização, eleições e troca de legenda (1979-2004)**. Pelotas, Editora da UFPel, 2008.

NOLL, Maria Izabel. Partidos e Eleições no Rio Grande do Sul. In BAQUERO, Marcello (Org.). **Brasil: Opinião pública, transição e eleições no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 1995.

SELCHER, Wayne A. Contradições, dilemas e protagonistas da abertura no Brasil (1979-1985). In: SELCHER, Wayne (Org.). **Abertura política no Brasil: dinâmica, dilemas e perspectivas**. São Paulo: Convívio, 1988.

SHARE, Donald; MAINWARING, Scott. Transição através da negociação: a democratização no Brasil e na Espanha. In: SELCHER Wayne (Org.). **Abertura política no Brasil: dinâmica, dilemas e perspectivas**. São Paulo: Convívio, 1988.

TRE-RS (TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL). **Eleições. Resultados 1972**. Disponível em: <http://www.tre-rs.gov.br/upload/2/Municipais_Rio_Grande1972.PDF>. Acesso em: 12 jul. 2017.

TRE-RS (TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL). **Eleições. Resultados 1976**. Disponível em: <http://www.tre-rs.gov.br/upload/21/Municipais_Rio_Grande1976.PDF>. Acesso em: 12 jul. 2017.

TRE-RS (TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL). **Eleições. Resultados 1982**. Disponível em: <http://www.tre-rs.gov.br/upload/14/Municipais_Rio_Grande1982.PDF>. Acesso em: 12 jul. 2017.

TRINDADE, Hélió. Paradoxos da conjuntura política: a sociedade civil sob pressão. TRINDADE, Hélió (Org.). **Brasil em perspectiva: dilemas da abertura política**. Porto Alegre, Sulina, 1982.

TRINDADE, Hélió; NOLL, Maria Izabel. **Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)**. Porto Alegre: UFRGS; Sulina, 1991.

UM OLHAR SOBRE A JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO: A EXPERIÊNCIA DA COMISSÃO DA VERDADE NO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE/RS¹¹³

Alicia Halina Fontana
Anderson O. C. Lobato

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo primordial realizar uma análise da Justiça de Transição no país, com enfoque no eixo orientador VI, diretriz 23 do PNDH – 3, qual seja: a atuação das comissões da verdade para a superação do Estado Ditatorial e, conseqüentemente, para alcançar-se o Estado Democrático de Direito.

Assim, após breve explanação histórica, realizou-se o estudo da Justiça de Transição associada à figura da Comissão da Verdade, atentando-se às experiências brasileiras federal, estaduais e municipais, com ênfase na criação da Comissão Municipal da Verdade de Rio Grande, a fim de traçar as perspectivas de sua atuação, bem como possíveis reflexos sociais.

Para tal, foram realizadas pesquisas bibliográficas e, através de uma linha metodológica descritiva, buscou-se satisfazer os anseios propostos e responder às inquietações suscitadas, partindo-se do entendimento geral da Justiça de Transição até atingir sua área de atuação que trabalha com a temática do direito à memória e à verdade: as Comissões da Verdade, demonstrando seus objetivos, de modo a trazer à tona as experiências ocorridas no Brasil, perpassando pela Comissão Nacional da Verdade, pela Comissão da Verdade do Estado do Rio Grande do Sul e, finalmente, chegar-se à tentativa de implementação da Comissão Municipal da Verdade na cidade de Rio Grande.

¹¹³ Pesquisa realizada a partir de estudos que embasam o Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Direito do Curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, no ano de 2016.

Nesse sentido, intentou-se trazer um apanhado geral sobre sua origem, sua repercussão à realidade local, tanto no sentido de receber apoio de inúmeros setores da sociedade civil, como também os entraves que se formaram e, finalmente, elucidaram-se as expectativas que permeiam sua implementação e a importância dessa medida para a sociedade riograndina, enquanto forma de proporcionar o fortalecimento dos laços identitários locais.

Diante do exposto, pode-se observar que a luta continua: ainda existem diversos entraves para que se conclua o longo processo da Justiça de Transição no Brasil. Mas pode-se afirmar com veemência que a tentativa de implementação da Comissão Municipal da Verdade em Rio Grande (Lei nº 7.905/2015) está sendo um enorme passo no sentido a permitir a efetivação dos direitos à memória e à verdade localmente, fortalecendo os laços comunitários e trazendo à tona uma parcela importante da história do país que acabou propositalmente esquecida e relegada à lembrança daqueles que testemunharam o período ditatorial brasileiro.

Transição democrática: Abertura política e Justiça de Transição no Brasil

Como é sabido, no decorrer de sua história a ordem constitucional brasileira foi interrompida por regimes de exceção. No presente trabalho tratar-se-á do regime civil-militar havido entre 1964 e 1985, iniciado com o golpe civil-militar em abril daquele ano que depôs o governo democraticamente eleito de João Goulart, impondo ao povo brasileiro 21 anos de ditadura. Neste período, houve inúmeras violações aos Direitos Humanos através da perpetração da violência com tortura, desaparecimentos, prisões políticas, mortes, exílios, censura. Esse regime autoritário, que perdurou até ano de 1985, somente começou a enfraquecer no início dos anos 80, quando se abriu espaço para a redemocratização e para a Justiça de Transição no país.

Com a ordem jurídica trabalhando a seu favor, os militares nomearam-se revolucionários, defensores da democracia e agentes que afastariam o Brasil da “ameaça comunista”. Sob o pretexto de proteger a sociedade, o regime militar fez com que o país vivesse um período em que a ruptura com os princípios jurídicos era constante,

prevalecendo o Direito Constitucional não-Constitucional, ignorando a hierarquia da Constituição Federal com os demais instrumentos jurídicos, principalmente por meio de emendas às constituições vigentes e pelos Atos Institucionais (ROCHA, 2006).

Portanto, sob o pretexto de salvaguardar a “Segurança Nacional” e propiciar desenvolvimento ao país, os militares golpistas, apoiados pelos grandes empresários, por empresas multinacionais e por parcelas burguesas da sociedade civil, atingiram o ápice de seu poderio com os Atos Institucionais, especialmente em 1968, durante o governo de Costa e Silva, quando houve a instauração do Ato Institucional nº 5 (AI-5), o qual lhes atribuiu poderes discricionários ilimitados.

O AI-5 foi um verdadeiro atentado à liberdade, trazendo consigo o fechamento absoluto do regime: deu ao Presidente poderes nunca antes vistos, eliminou qualquer possibilidade de democracia que a ditadura sustentara, sendo o instrumento de governo mais brutal que o país já conheceu, nem na época do Império houve uma medida tão totalitária quanto esta. Portanto, nesse momento

os cidadãos tudo poderiam fazer, contanto que nada fizessem para turbar o poder da posse mansa e arbitrária do poder (*sic*). A definição vaga e fluida dos crimes, que a todos ameaçavam, condenava à insegurança geral, ao temor do processo criminal julgado pela justiça militar (FAORO, 1986, p. 72-73).

A partir de então, a opressão do regime tomou dimensões catastróficas:

as publicações foram censuradas, as contestações armadas reprimidas com tortura e execuções; políticos, cassados. Perto de 5.000 pessoas perderam os direitos políticos, entre militares, professores, governadores, prefeitos, deputados federais, juízes, servidores públicos e três ex-presidentes. Cerca de 150 militantes ‘desapareceram’ e 180 foram mortos (ARRUDA e PILETTI, 1997, p. 328).

No entanto, a nação não aceitou de forma pacífica o regime instaurado em 1964 e, por isso, amplos setores da sociedade civil – estudantes, operários, sindicalistas, políticos, artistas e outras organizações – se opuseram à ditadura e passaram a lutar

pela retomada da democracia. Tais manifestos passariam a surtir maior efeito a partir de outubro de 1978, quando a Emenda Constitucional nº 11 emergiu para extinguir os Atos Institucionais. Era o início do que se chamou de abertura “lenta, gradual e segura”.

A abertura política teve continuidade no governo do General Figueiredo, com a aprovação da Lei nº 6.683 de 28 de agosto de 1979, a qual ficou conhecida como “Lei da Anistia”, resultado de ampla campanha popular. Salienta-se, porém, que esta não representou a vontade do povo, visto que apesar de anistiar os presos e exilados políticos, simultaneamente, serviu para “auto anistiar” os militares e demais indivíduos que atuaram em nome do governo ditatorial, perpetrando assim a impunidade e impedindo, por muito tempo, que fossem realizadas quaisquer investigações no sentido de possibilitar a compreensão das atrocidades ocorridas.

Outro ponto marcante para a redemocratização brasileira está na realização de eleições para governadores, deputados e senadores em meados de 1982, o que ensejou a subsequente campanha das “Diretas já”, quando o povo saiu às ruas para clamar pela realização de eleições diretas para escolher o Presidente da República. Esse movimento teve seu ápice em abril de 1984, quando ocorreu a votação da Emenda Dante Oliveira (ARRUDA e PILETTI, 1987, p. 336/337). Entretanto, como era de se esperar, os militares não estavam dispostos a abrir mão do poder que ainda detinham e, apesar da comoção social, a Emenda supracitada não foi aprovada.

Com isso, novamente o presidente foi eleito mediante votação realizada pelos Colégios Eleitorais, conforme previsão da Constituição vigente e, em 1985, Tancredo Neves seria o escolhido para exercer o cargo máximo do Executivo nacional, com a promessa de que seu governo proporcionaria a transição democrática. Porém, Neves adoeceu no início do mesmo ano e veio a falecer no mês de abril, assumindo a presidência seu Vice, José Sarney.

Foi então que teve início a Nova República, bem como as tentativas de remendar a Ordem Constitucional vigente que, intrinsecamente, trazia o espírito autoritário do regime militar. Porém, essa maneira de legislar não representava mais o momento que o país e a nação estavam vivendo e as Emendas à Constituição que surgiram durante a ditadura já não eram suficientes para atingir

legitimidade perante a sociedade, menos ainda conduziram à redemocratização (FAORO, 1986).

Dessa maneira, formou-se a Assembleia Constituinte, que iniciou sua atuação em fevereiro de 1987, concluindo seu trabalho em setembro do ano seguinte, ao apresentar a versão final da nova Constituição Federal, essencial para possibilitar uma ruptura ainda maior com o regime autoritário e dar continuidade à transição democrática, ao trazer extenso rol de direitos e garantias constitucionais e ampliando consideravelmente os direitos sociais.

Ressalta-se, entretanto, que as medidas provenientes da justiça transicional no país não pararam com a promulgação da Constituição Federal de 1988, bem pelo contrário: este foi apenas mais um instrumento de luta, que permitiu que o Direito retomasse seu lugar, no sentido de refletir a ambiência do Brasil e da luta que estava sendo travada em busca do tão almejado Estado Democrático.

Ocorre que, apesar da democracia ter sido paulatinamente retomada, os fantasmas do regime ditatorial ainda hoje passeiam entre nós: a enorme desigualdade social, o desemprego crescente e a não realização das reformas educacional e agrária, bem como o endividamento do país em âmbito internacional ainda deixam inúmeros resquícios. Para mais, ainda hoje é fácil de se identificar a atuação da política do medo e do esquecimento, essenciais para a manutenção do regime autoritário, que permitem uma aceitação para com a violência estatal e uma acomodação perante a própria corrupção.

Desse modo, passados mais de 50 anos desde abril de 1964, quando os militares, apoiados por parcelas da sociedade civil, chegaram ao poder para “proteger a democracia”, o Brasil atravessa momentos de avanços significativos em sua política transicional, especialmente no que concerne à implementação de políticas públicas pelo direito à memória e à verdade, através de programas educativos como os coordenados pela Comissão de Anistia e das atividades de investigação e debate da Comissão Nacional da Verdade e suas respectivas Comissões Estaduais e Municipais.

Justiça de Transição: surgimento e concepção

A Justiça de Transição, de modo geral, é um instrumento que surge no intuito de possibilitar a superação do histórico de violência ocorrido durante regimes totalitários, utilizada para o estabelecimento

da justiça e da democracia em sociedades pós-conflito, sendo, consoante Lima (2012, p. 06) “(...) o conjunto de medidas destinadas a lidar com o legado e violações aos direitos fundamentais perpetrados por agentes estatais, nos regimes autoritários”.

Salienta-se, entretanto, que Justiça de Transição, enquanto fenômeno político, não é unívoco, ou seja, não existe uma única manifestação ou forma específica, bem pelo contrário: os sujeitos envolvidos e as peculiaridades culturais e históricas envolvidas é que irão delinear sua ocorrência. Importante mencionar ainda que, apesar da Justiça de Transição já ser praticada há bastante tempo, seu conceito foi cunhado apenas em meados dos anos 90, mas isso não a torna um fenômeno recente, apenas comprova que as atenções estão se voltando mais para seu estudo nas últimas décadas em função da conjuntura política mundial.

Nesse sentido, refere-se que todo o século XX foi permeado por transições de regimes autoritários para governos com limiares democráticos, atingindo não só os países que compõem o Cone Sul, como também já existiam na época pós-colonial na África e na Ásia e no pós II Guerra Mundial na Europa, quando da fragmentação do bloco soviético. Nesse sentido, para a ONU, a Justiça de Transição

compreende o conjunto de processos e mecanismos associados às tentativas da sociedade em chegar a um acordo quanto ao grande legado de abusos cometidos no passado, a fim de assegurar que os responsáveis prestem contas de seus atos, que seja feita a justiça e se conquiste a reconciliação. Tais mecanismos podem ser judiciais e extrajudiciais, com diferentes níveis de envolvimento internacional (ou nenhum), bem como abarcar o juízo de processos individuais, reparações, busca da verdade, reforma institucional, investigação de antecedentes, a destituição de um cargo ou a combinação de todos esses procedimentos. (MENDÉS, 2009, p. 325).

Entretanto, insta referir que, nos casos de governos autoritários, com o retorno dos civis à condução do Estado, surge o debate sobre o que fazer com os responsáveis pelas violações aos direitos e uma inquietação é levantada: como reconstruir as sociedades maltratadas, como reestabelecer a paz, como buscar a reconciliação nacional, sem fazer justiça? (CUYA, 1996).

Por isso, a Justiça de Transição está atrelada a quatro pilares, quais sejam: direito à reparação às vítimas, direito à justiça, direito

à reforma das instituições e direito à memória e à verdade (MENDÉS, 2009, p. 325-326). Nesse limiar, há três tipos de procedimentos realizados pela Justiça de Transição: os administrativos, os educativos e os judiciais. Os primeiros dizem respeito à implementação das comissões de reparação, como por exemplo, as comissões da anistia e da verdade; os segundos referem-se à realização de políticas de memória e verdade; e os últimos, por sua vez, fazem referência direta à responsabilização judicial, seja no âmbito criminal, seja no âmbito cível, nacional ou internacional, pelos atos de violência praticados durante os regimes autoritários (CARRILLO, 2011).

Pelo exposto, é salutar compreender que a Justiça de Transição não surge necessariamente para apresentar mártires ou culpados, mas para trazer à tona a versão completa dos fatos, a partir da ideia de reconhecimento, formando uma memória que parte de uma educação acerca do regime autoritário, das violações de direitos humanos ocorridas em períodos ditatoriais, a fim de evitar a repetição de retrocessos históricos.

Manifestação da Justiça de Transição no Brasil

A ditadura civil-militar brasileira, ocorrida entre 1964 e 1985, foi um dos períodos mais obscuros da história do país, no qual foram observadas graves violações aos direitos humanos. Portanto, desde a redemocratização foram tomadas diversas medidas, no país, com intuito de possibilitar a superação dos resquícios desse momento histórico, que perdurou até que fosse possível alcançar-se a tão sonhada “anistia”, que apesar de seu histórico, abriu espaço para a redemocratização e, conseqüentemente, para o conjunto de medidas trazidos pela Justiça de Transição.

No Brasil, a Justiça de Transição está para além daquela meramente política, que de fato ocorreu e teve como marco a Constituição Federal de 1988, trazendo consigo a perspectiva de um futuro democrático e de garantias de direitos humanos às gerações vindouras. Isso porque a transição brasileira iniciou-se ainda no final da década de 1970, com o surgimento do Movimento Feminino pela Anistia e dos Comitês Brasileiros pela Anistia (CBA), que tentavam denunciar os aspectos negativos do regime ditatorial.

Foi nessa ambiência que, em 1995, foi aprovada a Lei dos Mortos e Desaparecidos (Lei nº 9.140), a qual reconheceu a responsabilidade do Estado pela morte e desaparecimento de 136 pessoas nela listadas entre 1961 e 1985¹¹⁴, permitindo o ingresso com pedido administrativo de indenização e a criação da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), que seria o gérmen da vindoura Comissão Nacional da Verdade.

E, justamente a partir dessa experiência que, algum tempo depois, pode-se vislumbrar a possibilidade da instituição de uma Comissão Nacional da Verdade, já que

[...] o Brasil, tantos anos após o final da ditadura militar, passaria a rever a história dos crimes cometidos. A lei [da Anistia] poderia não ser a que se buscava, mas, assim como a Comissão Especial sobre Mortes e Desaparecidos Políticos (CEMDP), constituída a partir da Lei 9.140/95, a CNV poderia, como fez nos seus primeiros anos de atuação a CEMDP – superar a letra morta e realmente buscar a Verdade, caminho fundamental para a Justiça. (LISBÔA, 2013, p. 13).

Foi assim que o Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), publicado em 2009, foi salutar para ampliar a visibilidade e as inquietações trazidas acerca da Justiça de Transição e do direito à memória e à verdade no país, visto que,

no tocante à questão dos mortos e desaparecidos políticos do período ditatorial, o PNDH-3 dá um importante passo no sentido de criar uma Comissão Nacional da Verdade, com a tarefa de promover esclarecimento público das violações de Direitos Humanos por agentes do Estado na repressão aos opositores. Só conhecendo inteiramente tudo o que se passou naquela fase lamentável de nossa vida republicana o Brasil construirá dispositivos seguros e um amplo compromisso consensual – entre todos os brasileiros – para que tais violações não se repitam nunca mais (SILVA, 2010, p. 14).

Ainda nesse sentido, apesar de mais recente, também foi crucial a promulgação da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011),

¹¹⁴ Inicialmente, o período a ser analisado era de 1964 e 1985, mas no ano de 2002 foi promulgada a Lei 10.536 que ampliou o lapso temporal a ser analisado pela CEMDP, passando-se a considerar como período ditatorial aquele havido entre setembro de 1961 até outubro de 1988.

a qual permitiu a ampliação do campo de atuação dos estudos realizados acerca do regime autoritário havido entre 1964 e 1985, favorecendo, e muito, a confecção do relatório da Comissão Nacional da Verdade, o qual foi o pontapé inicial para o reconhecimento público de inúmeros crimes de lesa-humanidade cometidos durante o regime civil-militar, os quais foram grotescamente escamoteados e, infelizmente, por muitos anos olvidados.

Dessa maneira, para que seja possível adentrar nas especificidades da Comissão da Verdade de Rio Grande, necessário se faz um aprofundamento na temática das Comissões da Verdade, no sentido de demonstrar a importância de sua criação para superação do autoritarismo proveniente de governos ditatoriais. Partindo de uma compreensão geral, será analisada a realidade local, observando-se a importância da implementação de comissões de reparação no Brasil principalmente no que diz respeito à Comissão Nacional da Verdade.

Medida da Justiça de Transição: as Comissões da Verdade

Existiram diversas comissões de reparação ao longo de todo o mundo e com atuação das mais diversas maneiras, dito isso, tem-se que, pelo aspecto cronológico, a primeira experiência conhecida de Comissão da Verdade é datada de 1974 e ocorreu na Uganda. Porém, um dos casos mais emblemáticos é a comissão criada para investigar as atrocidades havidas durante o *apartheid*, na África do Sul (BRASIL, 2011).

Para além dessas, pode-se observar que a América Latina, em função do histórico de governos autoritários, também vivenciou diversas experiências de comissões da verdade em função do clamor por justiça das próprias vítimas e/ou seus familiares. Por isso, além do Brasil, “países como Argentina, Chile, Peru, El Salvador, Uruguai e Equador instituíram comissões que objetivaram investigar violações de direitos humanos” (GASPAROTO, 2013, p. 235). Salienta-se, pois, que já foram instituídas mais de 40 Comissões da Verdade nos mais diversos países, após situações de autoritarismo que ocasionaram graves violações aos Direitos Humanos no intuito de verem aplicadas medidas da Justiça de Transição.

Portanto, de modo geral, as comissões da verdade, através de suas atividades (colhendo testemunhos e depoimentos, fotografias,

notícias e etc.), permitem a averiguação de fatos ocorridos em períodos autoritários, a fim de efetivar a Justiça de Transição, buscando investigar as violações dos Direitos Humanos ocorridos nestes momentos e trazer à tona as violações ocorridas e/ou recomendações aos países e/ou localidades atingidos.

Ressalta-se que num primeiro momento essas organizações foram vistas como antecedentes e/ou substitutas de ações judiciais e, portanto, atreladas apenas à realidade fática, quando, na verdade, extrapolam os fatos e, por isso, nos dias de hoje, “a atividade das comissões da verdade, o produto de seu trabalho e a perspectiva que elas abrem têm sido reconhecidas cada vez mais como processos de produção cultural” (CARRILLO, 2009, p. 36), principalmente, no que diz respeito ao relatório apresentado ao final de seus trabalhos.

Desse modo, deve ficar claro que as Comissões da Verdade não são órgãos jurisdicionais, embora ao produzirem verdades históricas possam contribuir com processos judiciais posteriores, visto que encontram fatos que muitas vezes não seriam descobertos mediante investigação realizada judicialmente, diante da sua forma diferenciada de atuação.

Com base no exposto, resta claro que:

(...) embora tribunais sejam importantes, nossa experiência com Comissões de Verdade também mostra que elas são ferramentas complementares potencialmente valiosas na busca por justiça e reconciliação, uma vez que focam na vítima, ajudam a estabelecer um registro histórico, além de recomendar medidas corretivas. (MENDÉS, 2009, p. 321).

Dito isso, tem-se que as Comissões da Verdade são órgãos temporários, que trazem como grande diferencial a especial atenção dada aos testemunhos daqueles que foram vítimas do regime e/ou seus familiares que são vítimas indiretas deste, o que propicia a descoberta de fatos ainda desconhecidos, permitindo que a história não-oficial possa ser ouvida e que passe a figurar como realidade, trazendo consigo o reconhecimento coletivo daquilo que de fato ocorreu, restaurando a dignidade das vítimas e de seus familiares, até então relegados ao esquecimento e atentando para o imaginário coletivo.

No que se refere aos objetivos das Comissões da Verdade tem-se que estes são, em regra, similares, sendo o principal deles

descobrir, esclarecer e reconhecer abusos provenientes de regimes autoritários passados, mediante coleta dos mais diversos materiais, sobretudo de testemunhos. O resultado do seu trabalho é apresentado conforme normalmente pré-estabelecido na norma que regulamente sua existência e se dará através do relatório final, no qual também poderá haver recomendações que busquem fortalecer o regime político com viés democrático adotado.

Outrossim, há ainda objetivos que podem ser chamados de complementares, quais sejam: combater a impunidade, visando entender e reconhecer o que aconteceu no passado, estabelecendo uma nova política de transparência; restaurar a dignidade e facilitar o direito das vítimas e dos seus familiares à memória e à verdade; responsabilizar o Estado e trazer recomendações que permitam reformar o aparato institucional rumo à democracia; possibilitar a reparação às vítimas (diretas e indiretas) e, conseqüentemente, proporcionar justiça; e, finalmente, promover a paz, reduzindo, pois, os conflitos existentes na região (BRASIL, 2011).

Assim, com base na tentativa de superação dos resquícios dos regimes autoritários e demonstrando a importância do direito à verdade e à memória trazidos pelo reconhecimento, já mencionado eixo da Justiça de Transição, ressalta-se que a atuação das Comissões da Verdade ao coletar dados e relatos, tem como finalidade formar uma narrativa da violência juntando testemunhos, relatos, estatísticas e transformando-os em produção social, ao demonstrar a necessidade do seu reconhecimento. Dessa maneira, tem-se que

A tomada de depoimentos [realizada pelas comissões da verdade] não é somente um ato de produção textual, mas também uma relação social particular: dar voz às vítimas equivale, em geral, em virtude da tradicional demografia da violência, a dar voz aos excluídos, aos desprovidos de voz inclusive em tempos de normalidade. Assim, a produção da narrativa da violência implica uma relação social de reconhecimento e, do ponto de vista das vítimas, de constituição ou fortalecimento enquanto sujeitos políticos e sociais. (CARRILLO, 2009, p. 40).

Salienta-se, entretanto, que antes da Comissão Nacional da Verdade (CNV) já havia no país outras comissões de reparação que tinham como escopo investigar as atrocidades cometidas na época

ditatorial, quais sejam: a Comissão de Mortos e Desaparecidos de 1995 e as Caravanas da Anistia, as quais foram essenciais para que se chegasse ao amadurecimento da discussão política, o que culminou na criação da CNV.

Assim, pode-se afirmar que a principal experiência brasileira se deu com a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), mediante promulgação da Lei nº 12.528 em 18 de novembro de 2011, após uma vasta trajetória de luta e clamor popular, contando com a soma dos esforços dos familiares das vítimas falecidas ou que desapareceram, bem como das próprias vítimas de torturas e prisões, visando trazer à tona tudo aquilo que estava escamoteado e, conseqüentemente, buscando esclarecimento das circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos praticadas entre 1946 e 1988.

Para além disso, seu surgimento objetivou possibilitar a disseminação de solidariedade e alteridade, a fim de trazer à tona que todos os setores da sociedade foram atingidos e que a ditadura não é uma realidade distante de cada cidadão brasileiro e, somente com uma melhor compreensão da nossa história é que evitar-se-á um esquecimento coletivo. Isso por que, uma verdadeira democracia não pode ignorar crimes de lesa-humanidade, como também o individualismo não pode superar a alteridade.

A Comissão Nacional da Verdade: análise histórica e normativa

Com o esvaziamento da ditadura civil-militar brasileira e com a subsequente promulgação da Constituição Federal de 1988 e com a posterior abertura dos arquivos da época, instaurou-se, em 16 de maio de 2012, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) no país, regulamentada pela Lei nº 12.528 de 18 de novembro de 2011. Nesse sentido, tem-se que

A Comissão Nacional da Verdade (CNV) soma-se a todos os esforços anteriores de registros dos fatos e esclarecimento das circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos praticadas entre 1946 e 1988, a partir de reivindicação dos familiares de mortos e desaparecidos políticos, em compasso com demanda histórica da sociedade brasileira. (BRASIL, 2014, p. 20)

Portanto, é evidente que o grande propulsor da criação da CNV foi a publicação do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) em dezembro de 2009, na 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos. Visto que o referido plano trouxe como seu Eixo IV, Diretriz 23 a necessidade do país

promover a apuração e o esclarecimento público das violações de Direitos Humanos praticadas no contexto da repressão política ocorrida no Brasil no período fixado pelo artigo 8º do ADCT da Constituição, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional (BRASIL, 2010, p. 212).¹¹⁵

Já no ano seguinte da recomendação do PNDH-3, criou-se um Grupo de Trabalho (GT) que surgiria para elaborar o Projeto de Lei nº 7.376/2010, que deu origem à Lei nº 12.528 de 18 de novembro de 2011, permitindo e regulando a instituição e as atividades da Comissão Nacional da Verdade.

Portanto, uma vez promulgada a Lei 12.528/2011, houve

A criação de uma Comissão Nacional da Verdade com o objetivo estratégico de promover a apuração e o esclarecimento público das graves violações de direitos humanos praticadas no Brasil no período fixado pelo artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da constituição federal, em sintonia com uma das diretrizes constantes do 3º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) publicado no final de 2009, responde a uma demanda histórica da sociedade brasileira (BRASIL, 2011, p.1).

A CNV contou com sete conselheiros, que foram nomeados pelo Executivo Federal para atuar desde sua efetiva criação até o término de seus trabalhos com a apresentação do relatório final, atuando, pois, entre 16 de maio de 2012 e 16 de dezembro de 2014, quais sejam:

José Carlos Dias, José Paulo Cavalcanti Filho, Maria Rita Kehl, Paulo Sérgio Pinheiro e Rosa Maria Cardoso da Cunha. Foram designados

¹¹⁵ A Comissão Nacional da Verdade buscou investigar as violações ocorridas entre o período correspondente a 18 de setembro de 1946 até 5 de outubro de 1988, obedecendo ao art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, o qual optou por estabelecer como marco a data da publicação das duas últimas constituições democráticas.

para a composição inicial, mas se desligaram antes da conclusão dos trabalhos, os conselheiros Claudio Lemos Fonteles (renunciou em 2 de setembro de 2013) e Gilson Langaro Dipp (pediu afastamento, por razão de saúde, em 9 de abril de 2013). O conselheiro Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari foi nomeado em 3 de setembro de 2013, tendo permanecido até o final. (BRASIL – vol I, 2014, p. 9).

Além desses, a CNV contou também com assessores, consultores e pesquisadores nomeados para trabalhar na Comissão com base em sua área de atuação, estando dentre eles funcionários públicos cedidos de outras repartições, ou cidadãos que tornaram-se funcionários públicos temporários ou, ainda, que provieram do Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD), órgão que muito apoiou o projeto da CNV.

Ademais, os trabalhos da comissão estavam voltados ao cumprimento dos objetivos estabelecidos em lei¹¹⁶, contando para tal com prerrogativas que as demais comissões regionais e/ou locais, em regra, não possuem, tais como a possibilidade de receber documentos e testemunhos que lhe forem entregues, mesmo que anonimamente; requerer informações junto ao poder público; convocar pessoas para prestar testemunho; promover e/ou determinar diligências com fins de esclarecer fatos ocorridos na ditadura, incluindo-se perícias

¹¹⁶ I – esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos mencionados no caput do art. 1º;

II – promover o esclarecimento circunstanciado dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria, ainda que ocorridos no exterior;

III – identificar e tornar públicos as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionados à prática de violações de direitos humanos mencionadas no caput do art. 1º e suas eventuais ramificações nos diversos aparelhos estatais e na sociedade;

IV – encaminhar aos órgãos públicos competentes toda e qualquer informação obtida que possa auxiliar na localização e identificação de corpos e restos mortais de desaparecidos políticos, nos termos do art. 1º da Lei no 9.140, de 4 de dezembro de 1995;

V – colaborar com todas as instâncias do poder público para apuração de violação de direitos humanos;

VI – recomendar a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir violação de direitos humanos, assegurar sua não repetição e promover a efetiva reconciliação nacional; e

VII – promover, com base nos informes obtidos, a reconstrução da história dos casos de graves violações de direitos humanos, bem como colaborar para que seja prestada assistência às vítimas de tais violações (BRASIL, 2011, p.1).

e demais medidas para coleta de material e/ou documentos, inclusive busca e apreensão destes.

A potencialidade desses trabalhos foi drasticamente ampliada com o surgimento da Lei de Acesso à Informação, que não por acaso é a Lei nº 12.527 e tramitou juntamente com a lei que instituiu a CNV. Sua criação possibilitou maior transparência da Administração Pública, já que a partir de sua promulgação não existiam mais documentos públicos inacessíveis, independentemente de estarem em posse de particulares. Isto é, em se tratando de documento proveniente de agente público no exercício de sua função não haveria mais que se falar em documento particular, nem mesmo em violação do direito à privacidade.

Desse modo, a partir de um incansável trabalho realizado ao longo de pouco mais de 24 meses, com número muito conciso de membros e contando com o auxílio de comissões estaduais e municipais, a CNV pode concluir seus trabalhos, apresentando seu relatório final em dezembro de 2014, em três volumes, nos quais constaram: a descrição dos fatos investigados, as conclusões da Comissão e, finalmente, suas recomendações.

Ocorre que, apesar dos pontos positivos de sua atuação, a CNV também sofreu duras críticas mesmo antes de sua criação, sobretudo no que diz respeito ao número reduzido de membros para atuação num país continental e num lapso temporal tão grande (1946-1988), além da ausência de processo de participação democrática para sua escolha, assim, enquanto

Por um lado, setores mais conservadores e membros das Forças Armadas invocavam a necessidade de investigar os “dois lados” – os crimes do regime e os supostos crimes cometidos pela esquerda. Por outro lado, familiares, ex-presos e ativistas criticavam a falta de diálogo com a sociedade civil (GASPAROTTO, 2013, p. 241).

Outro problema de operacionalidade apontado frente às comissões brasileiras foi a alegada falta de transparência, já que, além de terem ocorrido audiências privadas, houve também significativa demora para sua publicação e, conseqüentemente, para que fossem disponibilizadas à população em geral suas descobertas, documentos e testemunhos. Outra crítica recorrente se refere às audiências acusadas de terem sido muito técnicas, formais

e jurídicas, não deixando espaço para colheita de testemunhos em momento pós-traumático.

Enfatiza-se que não era função da CNV colher depoimentos, mas sim de acolher histórias e recolhê-las, visto que muitas pessoas estavam narrando fatos vividos na ditadura, pela primeira vez. Nesse sentido, poderiam ter sido realizados trabalhos em rede com outras comissões de reparação existentes no país à época, tal como a Comissão da Anistia, que trazia experiência de colheita de testemunhos em sessões públicas, com espaço para sensibilização e aproximação da geração pós CF/88 com as graves violações havidas durante a ditadura.

Desse modo, apesar dos entraves e das críticas acima expostas, a existência de uma CNV e de um relatório proveniente desta, foi e continua sendo de suma importância para a transição democrática do país e, por conseguinte, para que cada dia mais brasileiros tenham acesso a nossa história.

Breve abordagem da experiência da Comissão Estadual da Verdade

Instituída pelo governo Tarso Genro, através do Decreto Estadual nº 49.380 no dia 17 de Julho de 2012, a Comissão da Verdade do Estado do Rio Grande do Sul teve como escopo auxiliar os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, no sentido de efetivar o respeito ao direito à memória e à verdade, fornecendo informações, testemunhos, documentos e o aporte necessário para que fosse possível esclarecer as graves violações aos Direitos Humanos ocorridos no período ditatorial brasileiro entre 1º de janeiro de 1961 a 5 de outubro de 1988.

Frise-se que a Comissão Estadual da Verdade (CEV) visou analisar o período imediatamente anterior ao golpe de 1964 até a redemocratização política, marcada pela promulgação da Constituição Federal vigente até os dias de hoje. Diferentemente da Comissão Nacional da Verdade, a qual, conforme previamente noticiado, investigou o período trazido pelo art. 8º dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (1946-1988).

Brevemente, insta referir que a CEV também teve importante atuação no panorama nacional: possuía cinco membros¹¹⁷ e realizou

¹¹⁷ Ressalta-se que, no intuito de auxiliar o trabalho da CEV, o Decreto Estadual nº 49.380/2012 previu a criação de um Grupo de Trabalho (GT) também composto

suas atividades pelo período de 24 meses, entregando seu relatório final (assim como a CNV) em dezembro de 2014. Nos termos do art. 3º do mencionado decreto, dentre os escopos da CEV está a previsão de sua atuação de modo a auxiliar a CNV na promoção de seus objetivos e de modo semelhante a ela, por isso de sua atuação paralela.

No entanto, é crucial referir que, nem por isso as Comissões Estaduais e/ou Municipais instituídas em momento posterior a dezembro de 2014 perdem sua importância, visto que elas dão continuidade a um trabalho iniciado em maio de 2012 e complementam os relatórios já existentes, contribuindo para a efetiva redemocratização do Brasil.

Nessa senda, ressalta-se que no âmbito municipal do estado do Rio Grande do Sul não houve grandes ocorrências de Comissões da Verdade, embora existam inúmeros comitês que tratem da temática, tais como o Comitê Carlos da Ré, o Comitê Popular – Verdade Justiça e Memória, o Levante Popular da Juventude, o Comitê para Memória, Verdade e Justiça de Pelotas e Região e o Comitê Santamariense de Direito à Memória e à Verdade, por exemplo.

A única experiência de tentativa de implementação de Comissão Municipal da Verdade encontrada no estado diz respeito àquela realizada na cidade de Rio Grande, criada pela Lei 7.905 de 2015, além da Comissão Municipal da Verdade Especial de São Borja, instituída pelo Decreto nº 14.642/2013, que teve como principal incentivo desvendar os mistérios acerca da morte do ex-presidente João Goulart, servindo somente para este fim, sendo extinta assim que concluídos os trabalhos neste sentido.

Assim, a partir do pioneirismo da cidade de Rio Grande, urge debater-se essa temática, principalmente para evitar que também esta iniciativa recaia no esquecimento.

por cinco membros, provindo estes da Casa Civil, da Secretaria da Segurança Pública, da Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos, da Chefia do Gabinete do Governador e da Coordenação do Assessoramento Superior do Governador (RIO GRANDE DO SUL, 2011).

Tentativa de implementação da Comissão da Verdade na cidade de Rio Grande

Em que pese todos os avanços na Justiça de Transição no país, constata-se a necessidade de mobilização e discussão acerca da interferência do terrorismo de estado na nossa vida cultural, sobretudo fora dos eixos centrais e das capitais. Ademais, no cenário de efervescência social atravessado pela sociedade brasileira desde as manifestações de junho de 2013, torna-se imprescindível refletir sobre os vestígios da política autoritária ainda não resolvidos pela nossa recente democracia.

No que se refere à cidade de Rio Grande, uma das quatro primeiras cidades do estado, tem-se que, desde seu surgimento, foi considerada importante centro de governo na região sul do país, principalmente, por estar localizada em um ponto estratégico: próximo ao Uruguai e à Argentina e, ao mesmo tempo, banhada pela Laguna dos Patos e pelo Oceano Atlântico, contando com atividade portuária, o que auxilia consideravelmente para seu crescimento econômico, possibilitando-lhe estar entre os dez maiores PIBs do Rio Grande do Sul.

Por tudo isso, também na época ditatorial, a Noiva do Mar teve grande visibilidade por contar com Exército e Marinha, além de possuir atuação portuária que, apesar de mais singela, já movimentava a economia da cidade, juntamente com a Refinaria Ipiranga e com as grandes empresas têxteis existentes no local, o que possibilitou a criação da Sociedade Operária União e, por consequência, a organização dos trabalhadores papareia.

Se por um lado Rio Grande era o berço de um dos idealizadores da Doutrina de Segurança Nacional, o Gal. Goubery do Couto e Silva, de outra banda, à época do golpe civil-militar, a classe trabalhadora riograndina estava organizada e disposta a lutar pelo proletariado, sendo governada pelo prefeito eleito petebista, professor Farydo Salomão, o qual possuía estreita ligação tanto com Jango (recentemente deposto), como com Leonel Brizola (cunhado de Jango, militante político e último governador do estado do Rio Grande do Sul à época), motivo pelo qual era considerado partícipe do *movimento comunista em marcha* e, por consequência, Rio Grande era vista como um risco ao recém instaurado governo militar.

Assim, ainda no primeiro mês do regime militar, o prefeito Farydo Salamão foi cassado e aprisionado junto com os principais líderes sindicais, operários e políticos do município no navio da Marinha, Canopus, comandado por Maximiliano da Fonseca, que ficou ancorado no antigo Porto de Rio Grande e serviu como centro de detenção e torturas no período da ditadura. Assumiu o comando do Executivo municipal o Capitão Martinho de Oliveira e, a partir de 1968, a cidade passou a ser considerada como Área de Segurança Nacional, sob alegação de ser um ameaça ao regime.

Por todo esse histórico, apesar de seu protagonismo, questões que envolvem a ditadura civil-militar sempre foram nevrálgicas para o município de Rio Grande e encontraram muita resistência, principalmente por parte da enorme classe militar local e de seus familiares, sendo relegada ao esquecimento.

Desse modo, a primeira tentativa de instituir-se uma Comissão Municipal da Verdade (CMV) em Rio Grande se deu através do Projeto de Lei proposto pelo então Vereador do PDT Augusto César Martins de Oliveira, em 26 de setembro de 2011, o qual intentou criar uma comissão nada imparcial e voltada aos interesses dos militares para possibilitar uma análise superficial e definitiva do envolvimento da cidade no regime militar. O projeto não ganhou força e, por esse motivo, não foi aprovado.

Dois anos mais tarde, a vereadora petista Denise Marques, motivada pelo intento de permitir o resgate da história da cidade e das linhas de pensamento do partido ao qual é filiada, protocolou o Projeto de Lei de Vereador (PLV) 68/2013, portanto, de iniciativa do Legislativo. Ocorre que esse PLV foi declarado inconstitucional pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara dos Vereadores de Rio Grande, sob alegação de que a criação da Comissão da Verdade no município iria implementar um órgão na estrutura do Executivo, que somente poderia ser feito por iniciativa deste Poder, de acordo com o princípio da simetria vertical (art. 61, parágrafo 1º, II, “e” da Constituição Federal de 1988).

Em setembro do mesmo ano, a Vereadora interpôs recurso à CCJC, salientando que o projeto não apresentaria qualquer inconstitucionalidade, já que a CMV tratar-se-ia de órgão autônomo e, portanto, não atrelado ao Executivo Municipal e que, tampouco,

possuiria quaisquer atribuições administrativas inerentes ao Poder Público. Entretanto, o referido apelo e, por consequência, a votação do PLV 68/2013 foram negados.

Não contente com a negativa do PLV em respeito à decisão da CCJC, bem como da legislação vigente, foram realizadas as modificações necessárias ao PLV 68/2013, optando-se por aguardar o próximo exercício para, com apoio de outros vereadores, propor novo PLV que objetivasse a criação da CMV. Foi o que ocorreu em 24 de março de 2014, sendo protocolado o PLV nº 31/2014, devidamente retificado e contando com alguns complementos.

O novo Projeto de Lei passou novamente pela apreciação da CCJC que, dessa vez, entendeu que a iniciativa era constitucional, apenas sugerindo que houvesse uma Audiência Pública para discutir a demanda, a qual aconteceu no dia 14 de novembro de 2014, possibilitando a conversão do PL nº 31/2014 na Lei nº 7.905 de 09 de Junho de 2015 (com apenas um voto contrário) e, finalmente, autorizando a criação de uma CMV em Rio Grande para esclarecer os fatos históricos ocorridos entre 1946 e 1988 nesta cidade.

Entretanto, para que seja posta em prática, a CMV necessita que haja sua regulamentação através de Decreto Executivo. Atualmente, uma sugestão de regimento elaborado pelo Gabinete da Vereadora Denise, encontra-se com o Executivo Municipal, sendo os próximos passos sua promulgação e posterior nomeação de seus membros para que possa iniciar seus trabalhos.

A Comissão Municipal da Verdade de Rio Grande: abordagem legal

A implementação da Comissão da Verdade na cidade de Rio Grande foi possibilitada pela Lei Municipal nº 7.905/2015 e ela contará com no mínimo sete e no máximo 10 membros, os quais serão escolhidos pelo Executivo Municipal e terá, a partir de sua efetivação, 180 dias para apresentar seu relatório final, período que poderá ser prorrogado uma única vez. A referida comissão de reparação terá como objetivo principal demonstrar à comunidade riograndina a importância do resgate da memória histórica

e da identidade do município, considerado Área de Segurança Nacional durante a ditadura civil-militar brasileira.¹¹⁸

Outrossim, a Comissão Municipal da Verdade (CMV) também tem como função buscar na classe operária aqueles que além de serem reprimidos pela burguesia, também o foram pelos órgãos estatais que serviam aos interesses daqueles. O que é essencial para construir uma história humanista, que retrata a realidade daqueles que nunca tiveram lugar na história oficial. Para tal, conforme previsão da Lei 7.905/2015, a CMV será regida pelos seguintes princípios:

I – interação entre a Comissão Municipal da Verdade e as Comissões Nacional e Estadual da Verdade como instrumento de fortalecimento do direito à memória, a verdade e a justiça;

II – promoção de esclarecimentos em relação às graves violações de direitos humanos ocorridas no Município do Rio Grande ou praticadas contra cidadão riograndino por agentes públicos, durante o período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

A partir de agora, passar-se-á a analisar de forma mais completa a repercussão da Lei Municipal nº 7.905/2015 da cidade de Rio Grande, bem como os entraves havidos para sua aprovação.

¹¹⁸ São objetivos da Comissão Municipal da Verdade:

I – esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos ocorridos no Município do Rio Grande;

II – promover o esclarecimento circunstanciado dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria;

III – identificar e tornar públicos os locais, as estruturas, as instituições e as circunstâncias relacionadas à prática de violações de direitos humanos e suas eventuais ramificações nos diversos aparelhos estatais e na sociedade;

IV – encaminhar aos órgãos públicos competentes toda e qualquer informação obtida que possa auxiliar na localização e identificação de corpos e restos mortais de desaparecidos políticos, nos termos do art. 1º da Lei Federal nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995;

V – colaborar com todas as instâncias do Poder Público para apuração de violação de direitos humanos;

VI – recomendar a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir violação de direitos humanos, assegurar sua não repetição e promover a efetiva consolidação do Estado de Direito Democrático;

VII – promover, com base nos informes obtidos, a reconstrução da história nos casos de graves violações de direitos humanos, bem como colaborar para que seja prestada assistência às vítimas de tais violações.

Repercussão, expectativas e importância dos debates acerca de uma Comissão Municipal da Verdade no Município de Rio Grande

Antes de mais nada, repisa-se que Rio Grande foi considerada Área de Segurança Nacional desde 1968 até o término do regime militar, apesar de não ser capital ou cidade fronteiriça, haja vista tratar-se de um município portuário, com grande fluxo de nacionais e estrangeiros, bem como por contar com inúmeros grupos sindicais de grande importância, os quais foram duramente reprimidos à época. Como exemplo daquilo que a CMV pode desvelar temos o evento que ficou conhecido como “Massacre na Linha do Parque”¹¹⁹ e o navio prisão “Canopus”¹²⁰.

Pois bem, a CMV vem justamente para desconstruir o discurso de que a violência institucionalizada ocorreu apenas nos grandes centros do país, bem pelo contrário: ela também ocorreu nas cidades do interior como Rio Grande, o que poderá ser demonstrado através de pesquisas, documentos, testemunhos, fotos, notícias e demais materiais a serem coletados.

Portanto, o primeiro grande benefício possibilitado pela CMV está na complementação dos trabalhos apresentados pelas Comissões Nacional e Estadual da Verdade, oferecendo ao país uma contribuição enorme para a democracia, além de permitir um diálogo sobre memória local.

Isso porque as Comissões regionais, como a CMV, surgem para auxiliar na expansão e democratização da temática, no intuito de atingir o maior número possível de pessoas, de publicizar e problematizar essas questões, as quais devem ser acessíveis a todos

¹¹⁹ Trabalhadores se uniam para comemorar o 1º de maio para promover a reabertura da Sociedade União Operária da cidade, mas foram duramente reprimidos pelos militares, havendo quatro mortes, bem como perseguições reiteradas praticadas contra seus membros (SEGUNDO, 2012, p. 1359). Apesar deste incidente ser datado de 1950, a perseguição aos grupos sindicais apenas aumentou com a ditadura.

¹²⁰ Onde foram mantidos o prefeito cassado logo após o golpe civil-militar, o professor Farydo Salomão, bem como o então presidente da Câmara dos Vereadores, o Sr. Atháides Rodrigues, dentre outros líderes sindicais e supostos subversivos. Para mais, já existe inclusive testemunho prestado à CEV pelo Sr. Antônio Espíndola, portuário e sindicalista, também cidadão riograndino, no qual ele mencionou ter sido preso político nesta cidade e torturado no navio prisão, em função de defender o proletariado (RIO GRANDE DO SUL, 2014).

e que precisam ser trazidas à tona para que essa parte obscura da história do país não se repita.

E por que a instituição de uma Comissão da Verdade em Rio Grande? A resposta é simples: por que não? Afinal, atualmente, há conhecimento da enorme participação do município na época ditatorial, existindo inclusive alguns testemunhos e notícias que comprovam essa alegação. Agora, será que os efeitos da ditadura em Rio Grande foram tão nefastos que ainda hoje não se pode revelar o lado obscuro da história da cidade? Ora, se os cidadãos riograndinos da época não se calaram e, mesmo com toda represália, mesmo sendo presos, torturados, perseguidos, mesmo perdendo seus empregos, por que devemos nos calar?

Para além disso, a importância desse movimento de mudança na cidade de Rio Grande, também reflexo da virada ideológica proveniente da alternância do espectro político defendido pelo chefe do executivo municipal, acaba por possibilitar que a comunidade enxergue os acontecimentos atuais de forma diferente, reconhecendo que os traumas do passado estão recalcados, gerando e potencializando novos ciclos de violência, ao constatar que tanto a negação como o esquecimento são condição para a normalização das violências e que as políticas de esquecimento, que geram a amnésia pública, escrevem a história dos vencedores.

Nesse sentido, é crucial que se perceba que todos foram e continuam sendo atingidos pelo período ditatorial brasileiro e é justamente por isso que a luta continua, precisamos buscar o reconhecimento, já que

Mesmo que se afirme que a Ditadura Civil-Militar Brasileira (1964-1985) é como um fantasma de um passado distante e que o resgate de sua memória abra 'feridas' cicatrizadas, é fundamental a compreensão daquele processo histórico chave da nossa realidade sociopolítica. Isso porque aquele passado não está superado e seus fantasmas ainda assombram a consciência dos vivos (KONRAD; LAMEIRA e LIMA, 2013, p.49).

Frisa-se que as comissões de reparação não provêm de um sentimento de revanchismo, bem pelo contrário: surgem para evitar que se incorra em amnésia histórica e identitária, visando trazer à tona o que de fato ocorreu no período ditatorial na cidade

de Rio Grande e, conseqüentemente, publicizar a história não oficial, permitindo o ressurgimento do sentimento de pertença, ou seja, o fortalecimento dos laços de identidade da comunidade como um todo (GARAPON, 2002, p. 107-108).

Outro aspecto crucial está na efetiva participação e interesse popular na criação da CMV, repisa-se que a aprovação da Lei 7.905 de 2015 só foi possível a partir da repercussão e do amplo apoio popular: na audiência pública, o Plenário da Câmara de Vereadores estava lotado e contava com representantes dos mais diversos setores da sociedade civil. Também se fizeram presentes algumas vítimas do regime ditatorial e/ou seus familiares, que ficaram muito satisfeitos por finalmente ter seu pleito atendido.

Desse modo, pode-se dizer que a aprovação da Lei da CMV foi uma enorme conquista da comunidade papareia, a qual clama por transparência e pela possibilidade de conhecer sua própria história e, em sendo o caso, reconhecer as vítimas (diretas e/ou indiretas) e os delitos de estado e crimes de lesa-humanidade ocorridos localmente, visto que

A história que não é transmitida de geração a geração torna-se esquecida e silenciada. O silêncio e o esquecimento das barbáries geram graves lacunas na experiência coletiva de construção da identidade nacional. Resgatando a memória e a verdade, o País adquire consciência superior sobre sua própria identidade, a democracia se fortalece. (PNDH-3, 2010, p. 207).

Destarte, é nesse ponto que se torna crucial a busca pela verdade, com intuito de que todos possam conhecer e reconhecer as injustiças cometidas para evitar que atrocidades sejam repetidas ou perpetradas. Com base nisso, constata-se que já é passada a hora de dar voz às vítimas da ditadura civil-militar brasileira e aos seus testemunhos, pelo menos enquanto ainda é tempo. Por isso, a criação da comissão da verdade nesta cidade pode ser considerado um dos projetos mais importantes já propostos pelo Legislativo Municipal, vez que permitirá o reconhecimento de parte obscura da história do país, visto que ela tem o condão de *pentear a história à contrapelo* e publicizar aquilo que ainda está arditosamente escamoteado.

Por conseguinte, faz-se necessário o entendimento de que

o trabalho de reconstruir a memória, exige revisitar o passado e compartilhar experiências de dor, violência e mortes. Somente depois de lembrá-las e fazer seu luto, será possível superar o trauma histórico e seguir adiante. A vivência do sofrimento e das perdas, não pode ser reduzida a conflito privado e subjetivo, uma vez que se inscreveu num contexto social, não individual (BRASIL, 2010, p. 207).

Diante disso, partindo do papel da memória nos processos políticos de transição, mais especificamente no Brasil, percebe-se que “esse papel está associado à compreensão da cultura como uma dimensão central na constituição de todo regime político em longo prazo.” (CARRILLO, 2009, p.32) e é justamente na cultura local, através da narrativa da história riograndina, que se busca o fortalecimento dos laços da comunidade e, conseqüentemente, da democracia.

Diante todo o exposto, é evidente que a criação da CMV em Rio Grande é crucial para esquadrihar a história local. Portanto, tratar da afetação que o terror de Estado produziu nesta cidade – por meio de ações ilegais como o desaparecimento forçado, tortura, sequestro, instalação de centros clandestinos de detenção, difusão do medo pela propaganda publicitária e pela extensão da censura a toda e qualquer voz que ousasse se opor ao regime –, coloca em pauta o debate sobre qual democracia se pretende consolidar na cidade, no estado, no país.

Conclusão

Apesar das últimas décadas terem sido permeadas por enorme progresso no que concerne à efetivação das medidas provenientes da justiça transicional, os resquícios da época ditatorial brasileira ainda estão por toda parte e os retrocessos provenientes da atual conjuntura político-econômica são inegáveis.

Além do mais, frente a uma anistia como a brasileira, que buscou o esquecimento da nossa História, o que culminou na perda de memória coletiva, inviabilizando qualquer possibilidade de que fosse criada uma identidade nacional voltada à Democracia, é de suma importância a implementação e cumprimento das medidas provenientes da Justiça de Transição para o país como forma de lembrança e superação de um passado obscuro.

De fato, a promulgação da Constituição Federal de 1988 foi um enorme avanço no sentido de promover a Democracia no Brasil, mas, sem o apoio e as manifestações populares, o desfecho teria sido outro. Em um momento em que o país percebe sua democracia fragilizada, esforços populares como o pleito da sociedade riograndina para a instituição de uma CMV precisam ser reconhecidos e valorizados.

Isso porque, ao olharmos para períodos tão conturbados como aqueles vividos pelos sujeitos nacionais e locais durante a ditadura civil-militar brasileira, é salutar o entendimento da importância da memória, de *lembrar para não esquecer*, de precisar enfrentar os traumas coletivos, mesmo que isso provoque dor e sofrimento mútuo, uma vez que deixar tudo no passado é perigoso demais, já que a amnésia coletiva pode levar a um novo caos.

Portanto, com a realização deste trabalho, averiguou-se que a luta continua: ainda existem diversos entraves para a efetiva implementação da Comissão Municipal da Verdade em Rio Grande. Entretanto, um grande passo já foi dado com a Lei Municipal nº 7.905, de 2015, a qual regulamentou a referida comissão, contando com amplo apoio popular.

Para mais, observou-se que a atuação das comissões de reparação pelo mundo foram, e continuam sendo, de suma importância para as sociedades pós-conflito, como é o caso da nossa recente Democracia. Deve ficar claro, porém, que este é apenas um dos degraus rumo ao governo popular e, apesar de ter havido uma Comissão Nacional da Verdade e uma Comissão Estadual da Verdade no Estado do Rio Grande do Sul, até o ano de 2015 não existia nenhuma Comissão Municipal da Verdade no estado, sendo a experiência do Município de Rio Grande pioneira.

Desse modo, em tempos em que os cidadãos brasileiros saem às ruas clamando pela volta da ditadura, na maioria dos casos sem perceberem as reais dimensões do que estão buscando em função de uma amnésia histórica que paira sobre nós, é de fundamental importância a instituição de uma Comissão Municipal da Verdade em Rio Grande, com fins a honrar os portuários, os operários, as mulheres, enfim, todos aqueles perseguidos, torturados, mortos ou desaparecidos, que lutaram duramente para garantir a dignidade das gerações vindouras, para garantir nossa liberdade de expressão e para permitir a realização de estudos como estes que intentam trazer à tona um pouco de luz em face à tempestade que avança sobre todos nós.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, José Jobson de A. e PILETTI, Nelson. **Toda a História: História Geral e História do Brasil**. 6ª Ed. São Paulo: Editora Ática, 1997.

BRASIL. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**. Brasília: SEDH/PR, 2010. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/direito-para-todos/programas/pdfs/programa-nacional-de-direitos-humanos-pndh-3>. Acesso em 10/07/2016.

_____. **Cartilha Comissão da Verdade**. São Paulo, 2011.

_____. **Relatório Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014.

CARRILLO, Félix Reátegui. **Justiça de Transição: Manual para a América Latina**. Brasília: Comissão da Anistia, Ministério da Justiça, 2011.

_____. Memória Histórica: o papel da Cultura nas Transições. In: **Revista Anistia Política e Justiça de Transição** / Ministério da Justiça, n. 2, (jul./dez. 2009). Brasília: Ministério da Justiça, 2009, pág. 32-49.

CUYA, Esteban. **Las Comisiones de la Verdad em América Latina**. KO'AGA ROÑE'ETA, 1996. Disponível em: <http://www.derechos.org/koaga/iii/1/cuya.html>. Acesso em 23 de julho de 2016.

FAORO, Raymundo. **Assembleia Constituinte: a legitimidade recuperada**. 5ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GARAPON, Antoine. **Crimes que não se pode punir nem perdoar: Para uma justiça internacional**. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.

GASPAROTTO, Alessandra. Apontamentos (e desapontamentos) em relação à criação da Comissão Nacional da Verdade no Brasil. In **Cone Sul em tempos de Ditadura: reflexões e debates sobre a história recente**. Coordenado por PADRÓS, Enrique Serra. Porto Alegre: EVANGRAF/UFRGS, 2013, pág. 235-263.

KONRAD, Diorge Algeno; LAMEIRA, Rafael Fantiel; LIMA, Mateus da Fonseca Capssa. 2013. Ditadura civil-militar e historiografia: repressão e resistência no Rio Grande do Sul. In **Cone Sul em tempos de Ditadura: reflexões e debates sobre a história recente**. Coordenado por PADRÓS, Enrique Serra. Porto Alegre: EVANGRAF/UFRGS, 2013, pág. 49-81.

LIMA, Jozely Tostes de. O que é Justiça de Transição? **Revista Projeção, Direito e Sociedade**, Brasília, v. 3, n. 2, 2012, pág. 30-44. Disponível em: <http://revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao2/article/view/277>. Acesso em: 04 de julho de 2016.

LISBÔA, Suzana Keniger. **Prefácio**. In: PADRÓS, Enrique Serra. **Cone Sul em tempos de ditadura**: reflexões e debates sobre a História Recente. Porto Alegre: EVANGRAF/UFRGS, 2013, 13-16.

MENDÉS, Juan. **Parecer técnico sobre a natureza dos crimes de lesa-humanidade, a imprescritibilidade de alguns delitos e a proibição de anistias**. In: Revista Anistia Política e Justiça de Transição / Ministério da Justiça, n. 2, (jul./ dez. 2009). Brasília: Ministério da Justiça, 2009, pág. 352-394.

RIO GRANDE DO SUL. **Relatório Final Comissão Estadual da Verdade**. Porto Alegre: CEV, 2014.

ROCHA, Leonel Severo. **Epistemologia Jurídica e Democracia**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

SEGUNDO, Mário Augusto Correa San. “**Massacre na Linha do Parque**”: cidade de Rio Grande 1º de maio de 1950. XI Encontro Estadual de História. Rio Grande-RS. P. 1358-1378, 2012.

SILVA, Luiz Inácio Lula. Apresentação. In: BRASIL. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**. Brasília: SEDH/PR, 2010, pág. 11-14.

PENSAR O PASSADO, CONSTRUIR O FUTURO, FORTALECER A DEMOCRACIA: POLÍTICAS DE MEMÓRIA E MEMÓRIA DA DITADURA NO BRASIL*

Carlos Artur Gallo

Introdução

Desde o final das ditaduras civis-militares instaladas na América Latina no contexto da Guerra Fria, o tema das violações aos direitos humanos praticadas em nome da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) vem sendo trabalhado com a formulação e implementação de políticas específicas, que variam conforme cada conjuntura, segundo as condições de cada país. Enquanto na Argentina (em 1983), no Chile (em 1990) e no Uruguai (em 1985) foram criadas Comissões da Verdade nos primeiros anos após a saída das Forças Armadas das estruturas de poder, o debate sobre o que foi feito na vigência do regime autoritário no Brasil foi silenciado durante o processo de transição à democracia iniciado no governo do ditador-presidente Ernesto Geisel (1974-1979).

Altamente negociada e controlada ao longo de sua duração, a transição “lenta, gradual e segura” garantiu que os agentes envolvidos com a repressão ficassem impunes (mediante a publicação da Lei de Anistia – Lei nº 6.683/1979), garantindo, ainda, aos setores da elite civil diretamente relacionados à ditadura, sua sobrevivência na qualidade de atores políticos relevantes no novo cenário político (ARTURI, 2001, p. 11-12). Apesar dos limites impostos pelo jogo da transição política, que se reverteu na dificuldade de inserir o tema

* Este capítulo apresenta dados e análises parciais, devidamente atualizados, revisados e modificados, de um texto apresentado durante o 1º Congresso da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa, realizado na Universidade Nova de Lisboa (UNL), em Portugal, entre os dias 1º e 5 de fevereiro de 2015.

na pauta de discussões do novo cenário democrático, as demandas de vítimas da repressão política no país continuaram se fazendo presentes, gerando resultados politicamente relevantes a partir da segunda metade da década de 1990.

Tendo os elementos apresentados como ponto de partida, este capítulo pretende realizar uma reflexão sobre cinco grandes questões: O que, exatamente, se lembra? Por qual razão? Como se lembra? Quando? Quem deve lembrar? Os questionamentos formulados podem parecer algo meramente retórico. Na realidade, estão longe de sê-lo e, como ficará evidente a seguir, as respostas dadas a cada um deles estão, todas elas, direta e indiretamente imbricadas a um debate teórico-analítico que tem constituído, ao longo das duas últimas décadas, uma agenda de pesquisas importante, compartilhada por estudiosos e estudiosas da história, da sociologia, da ciência política, do direito, da filosofia e de outras áreas.

Quando se pergunta aquilo que é lembrado, o foco é identificar fatos e circunstâncias que tenham sido adulteradas e/ou negadas por regimes autoritários. Pode se referir, via de regra, à apuração das violações praticadas em nome de um regime de exceção (prisão, perseguição, tortura, morte e desaparecimento de opositores políticos), mas podem dizer respeito, em maior escala, também, à identificação de um conjunto de fatos e circunstâncias que evidenciam, todas elas, os diferentes impactos que uma ditadura teve na história política de um país.

Ao se pensar nas razões pelas quais se lembra, pode-se dizer, de uma maneira bastante objetiva, que o que se busca é seguir à risca a advertência, bastante repetida, segundo a qual quem não conhece o passado está fadado a repeti-lo. Dito em outros termos, o que se pretende, com a elaboração de uma narrativa sobre o período autoritário, é fixar, por um lado, as bases para a não repetição do que ocorreu e, sobretudo, por outro lado, impossibilitar discursos negacionistas.

Responder às perguntas “como” e “quando” depende, para a análise aqui proposta, da resposta que se dá à questão “Quem deve lembrar?”. Certamente, pode-se admitir que todos e todas, na condição de cidadãos, precisam lembrar o que se passou num período autoritário. Sejam estas as pessoas que viveram no período (independentemente da idade que tinham), sejam elas as pessoas

nascidas depois dele. Ocorre que, e pensando numa análise política mais objetiva, a fixação de responsabilidade que se quer analisar é direcionada a um ente específico: o Estado. Assim, a resposta à pergunta sobre quem deve lembrar pode ser sintetizada na afirmação: o Estado tem o dever de memória.

Considerando, portanto, que o Estado não pode se eximir de lembrar aquilo que foi praticado em seu âmbito, por seus agentes e em seu nome, no momento em que se busca entender “como” e “quando se lembra”, lida-se diretamente com as condições operacionais, técnicas, do aparato estatal. Pensar nos modos como se lembra, assim, é sinônimo de identificar os mecanismos que podem ser instrumentalizados para enfrentar o tema. Refletir sobre o momento (ou seja, sobre *quando se lembra*) é observar que os questionamentos formulados são dependentes de uma condição básica atrelada ao sistema político. Em outras palavras, o momento no qual são estabelecidos os marcos políticos da fixação de memórias sobre um período autoritário somente pode ser considerado como sendo aquele em que há, pelo menos, um processo de transição à democracia.

Diante de tudo o que foi exposto até aqui, é possível elaborar novas perguntas, pensando-se, agora e especificamente, na história política recente brasileira: Quais foram as principais políticas de memória formuladas e implementadas sobre a ditadura no Brasil? Quais seus resultados no que diz respeito à elucidação dos crimes cometidos pelos agentes da repressão? Que tipo de reparação foi concedida às vítimas da Segurança Nacional?

Em linhas gerais, este estudo analisa as principais políticas elaboradas no país para tratar da memória da repressão praticada durante a ditadura: i) a Lei nº 9.140 de 1995; ii) a Comissão de Anistia; iii) o Portal Memórias Reveladas; iv) o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos e a Comissão Nacional da Verdade. As políticas públicas referidas foram selecionadas para análise tendo em vista o alcance que possuem: todas foram elaboradas para serem implementadas em âmbito nacional. O objetivo geral proposto é apresentar um panorama das políticas existentes, refletindo sobre seus limites.

Justiça de transição e políticas de memória: uma tarefa das novas democracias

Lembrar e esquecer são atos cotidianos. Todos e todas lembramos e esquecemos de algo, deliberadamente ou não, no dia a dia. Em termos analíticos, o que significa falar da memória e do esquecimento? Qual o seu significado para pensar a dinâmica política? O debate e a análise sobre as medidas implementadas em contextos políticos iniciados após regimes autoritários estão diretamente relacionados à compreensão de três aspectos teórico-conceituais: uma compreensão do que significa memória, o enquadramento da memória nos marcos do conceito “justiça de transição” e a análise daquelas que podem ser consideradas como “políticas de memória”.

Uma reflexão sobre o conceito de memória e seus significados históricos, culturais, sociais e políticos pode ser feita a partir do estudo do sociólogo francês Maurice Halbwachs (2006). Um primeiro aspecto a ser destacado da análise de Halbwachs seria a ideia de que não existe, propriamente, uma memória, no singular, mas sim memórias, no plural, que coexistem. Existem memórias individuais, coletivas e históricas. Todas elas são construídas de modo relacional, isto é, representam as interações humanas em torno da disputa sobre o que vai ser lembrado, como e por qual razão.

Parciais, todas as memórias são, visto que não seria possível representar o todo. Mas, ainda conforme Halbwachs, e, embora o próprio autor reconheça os limites da categoria por ele esboçada, a memória histórica se diferencia essencialmente das demais (a individual e a coletiva) por uma razão: ela representa aquilo que é fixado, oficializado, através da atribuição de significados, e unificada mediante o estabelecimento de versões a priori incontornáveis de um fato ou de um conjunto de fatos. Memórias individuais e coletivas, portanto, são mais fluidas do que a memória histórica.

Qual o significado disso para pensar a política? Em linhas gerais, é possível dizer que a fixação de sentidos sobre o passado ou, em outras palavras, e retoma-se aqui a análise de Paul Ricoeur (2007), a tensão entre memória e esquecimento, constitui um dilema político resolvido constantemente. O que lembramos, como lembramos, quem decide e como decide o que será oficializado sobre determinada conjuntura política são perguntas que evidenciam

o processo de lutas pelo passado descrito por Elizabeth Jelin (2017). Objetos de lutas, disputas sociais e políticas, as memórias (e o esquecimento) envolvem processos subjetivos de construção de significados e, conforme a autora, é importante observar quem são os atores que dão sentido ao passado.

Quando fala sobre os atores sociais e políticos que, envolvidos nas disputas em torno da memória sobre um período, dão sentido ao passado, Jelin (2017) comenta que as lutas travadas são realizadas por pessoas e instituições. Pessoas que podem ser testemunhas oculares do que se quer atribuir sentido. Pessoas que podem não ter vivenciado aquilo que se quer narrar. Instituições públicas, que precisam estabelecer uma versão sobre o que ocorreu. É a compreensão, precisamente, do papel desempenhado pelas instituições nas disputas pelas memórias de um período, que pode ser realizada a partir do enquadramento do tema no conceito de “justiça de transição” ou “justiça transicional”.

O que é a justiça de transição? Em linhas gerais, a justiça de transição é um conceito recente, criado na década de 1990 pela pesquisadora Ruti Teitel, e que foca no uso, na instrumentalização do direito em circunstâncias excepcionais, referindo-se à justiça (e seus mecanismos) adaptada para sociedades que tenham passado ou estejam passando por períodos marcados pela violência política (neste sentido: AMBOS, 2009; QUINALHA, 2013). Dito de outra forma, se refere ao Estado e suas instituições atuando com vistas à promoção dos direitos humanos e ao fortalecimento de instituições e práticas democráticas.

Complexa, a justiça transicional constitui uma tarefa bidimensional. É retrospectiva e, ao mesmo tempo, prospectiva. Retrospectiva, porque abrange mecanismos criados para resgatar a memória de um período marcado por violações aos direitos humanos, recompondo o passado, estabelecendo aquilo que de fato ocorreu e que, muitas vezes, foi não só silenciado por um regime autoritário, mas também adulterado em seu nome. É também prospectiva, na medida em que busca fixar as bases para a apuração de responsabilidades, para o julgamento daqueles que estão envolvidos com a repressão praticada, e, em última análise, para a não repetição.

Intimamente relacionada ao conceito de justiça de transição, encontra-se a concepção de “políticas de memória”. O que são políticas de memória? De uma maneira bastante objetiva,

pode-se dizer, seguindo o estudo de Juan Mario Solís Delgadillo (2015), que elas são políticas públicas através das quais governos lidam com problemas relacionados à memória. Sendo mais específico, políticas de memória se referem às instituições políticas sendo responsáveis por dirimir conflitos relacionados a um período histórico determinado (SOLÍS DELGADILLO, 2015).

Podendo ser, portanto, consideradas como uma resposta do sistema político para satisfazer as demandas por memória, verdade e justiça que são encabeçadas sobretudo por movimentos de vítimas da repressão, essas políticas conciliam: os direitos das vítimas (a ideia de reparação), os direitos da sociedade (a ideia de que todos e todas têm o direito a saber, conhecer o passado), a importância da estabilidade democrática e do Estado de Direito (SOLÍSDELGADILLO, 2015). Considerando isso, quais as políticas de memória implementadas no contexto brasileiro para lidar com a memória da ditadura? Na sequência, são analisadas algumas das principais medidas que foram criadas e implementadas no Brasil, observando-se avanços e recuos no que tange à cada uma delas.

Lei nº 9.140 de 1995: a “Lei dos Mortos e Desaparecidos”

A Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos (CFMDP) lançou o germe da Lei nº 9.140 em 1993, com a realização de um encontro no qual, auxiliada pelos Grupos Tortura Nunca Mais, pela Anistia Internacional e pela Human Rights Watch, entre outros, foi elaborada uma proposta de Projeto de Lei (PL) que, entregue ao Ministro da Justiça, o presidente Itamar Franco encaminharia para votação no Congresso Nacional. Em 1994, diante da frustração gerada pelo presidente, que, mesmo após as vigílias realizadas no Rio de Janeiro, em Brasília, Porto Alegre e Recife, deixou a questão sem solução, familiares conseguiram que uma *Carta Compromisso* com os pontos apresentados ao Ministro da Justiça fosse assinada por representantes dos principais candidatos à Presidência da República (ALMEIDA *et al.*, 2009; BRASIL, 2007).

Elaborada em torno de 10 pontos, a *Carta Compromisso* apresentada pelos familiares consistia nas seguintes reivindicações:

1. Reconhecimento público formal pelo Estado brasileiro de sua responsabilidade plena na prisão, na tortura, na morte e no desaparecimento de opositores políticos entre 1964 e 1985.
 2. Imediata formação de uma Comissão Especial de Investigação e Reparação, no âmbito do Poder Executivo Federal, integrada por Ministério Público, Poder Legislativo, Ordem dos Advogados do Brasil, representantes de familiares e dos grupos Tortura Nunca Mais, com poderes amplos para investigar, convocar testemunhas, requisitar arquivos e documentos, exumar cadáveres, com a finalidade de esclarecer cada um dos casos de mortos e desaparecidos políticos ocorridos, determinando-se as devidas reparações.
 3. Compromisso de não indicar para cargos de confiança pessoas implicadas nos crimes da ditadura militar e de afastá-las do serviço público.
 4. Compromisso de abrir irrestritamente os arquivos da repressão política sob sua jurisdição.
 5. Compromisso de anistiar plenamente cidadãos vítimas da ditadura e reparar os danos causados a eles e seus familiares.
 6. Edição de lei incriminadora assegurando o cumprimento do artigo 5º, parágrafo III da Constituição Federal, que proíbe a tortura e o tratamento desumano e degradante.
 7. Desmilitarização das Polícias Militares estaduais e sua desvinculação do Exército.
 8. Aprovação do projeto de Hélio Bicudo, que retirava da Justiça Militar a competência para julgar crimes praticados contra civis.
 9. Desmantelamento de todos os órgãos de repressão política.
 10. Revogação da chamada Doutrina de Segurança Nacional.
- (BRASIL, 2007, p. 33)

Em junho de 1995, após ter sido constantemente pressionado por familiares de mortos e desaparecidos e por integrantes de organizações internacionais de direitos humanos, o presidente Fernando Henrique Cardoso incumbiu Nelson Jobim, Ministro da Justiça, de dar andamento à questão, sendo finalmente redigido o PL nº 869/95. Contando com a participação da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos (CFMDP) e integrantes de outros organismos de proteção aos direitos humanos, o PL foi encaminhado para apreciação no Congresso Nacional, onde, havendo pouco debate por tramitar com *urgência urgentíssima*, e, sem nenhuma emenda, o texto foi sancionado em 4 de dezembro de 1995, dando origem à Lei nº 9.140 (ALMEIDA *et al.*, 2009; BRASIL, 2007).

Para que o texto fosse aprovado, contudo, foi necessário que o presidente Fernando Henrique Cardoso garantisse a representantes das Forças Armadas que os efeitos da lei que seria criada estariam limitados pela interpretação da anistia recíproca. Ou seja, ainda que mediante a lei tenha sido reconhecida a responsabilidade do Estado brasileiro pelos crimes cometidos pelo aparato repressivo, isso não permitiria que se instaurassem processos contra os agentes envolvidos em tais práticas.

Da aprovação da *Lei dos Mortos e Desaparecidos* decorreu: a) o reconhecimento da responsabilidade do Estado brasileiro pelas mortes e desaparecimentos de 136 pessoas listadas como desaparecidas políticas no Anexo I da Lei; b) a garantia de que as famílias das pessoas listadas no Anexo poderiam registrar seus óbitos; c) a criação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos¹²¹ (CEMDP) para concessão de indenização pecuniária aos familiares das pessoas listadas na Lei; d) a possibilidade de serem julgados novos casos ocorridos entre 1961 e 1979 (conforme o lapso temporal que havia sido previsto na Lei da Anistia), concedendo-lhes as respectivas indenizações; e) a fixação de um valor mínimo (R\$ 100.000,00) para as indenizações; f) a prerrogativa de a CEMDP requerer de órgãos oficiais a apresentação dos documentos convenientes à análise dos pedidos.

Ainda que a Lei tenha possibilitado inegáveis avanços, a CFMDP aponta os seguintes problemas decorrentes da sua aprovação: 1º) eximiu o Estado de identificar e responsabilizar os agentes envolvidos nos crimes ocorridos durante a ditadura; 2º) legou o ônus da prova aos familiares; 3º) não obrigou o Estado brasileiro a localizar os corpos dos desaparecidos; 4º) excluiu a possibilidade de que outros interessados ingressassem com o pedido de reconhecimento das mortes e/ou desaparecimentos, reforçando, com isso, a ideia de que os interessados são única e exclusivamente parentes das vítimas, algo que nega o caráter público da questão (ALMEIDA *et al.*, 2009).

Apesar das críticas, o trabalho da CEMDP iniciou em janeiro de 1996. Composta por sete integrantes, a Comissão, que inicialmente funcionava junto ao Ministério da Justiça, desde 2003,

¹²¹ Para maiores informações, ver o site da CEMDP: <<http://cemdp.sdh.gov.br/>>.

funciona junto à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. A CEMDP começou suas atividades em ritmo intenso, visto que para protocolar os pedidos a serem analisados foi dado aos familiares um prazo exíguo: 120 dias a contar do início das suas atividades. Apesar de não ser promovida pelo Governo ampla divulgação da Lei e do prazo para apresentar os pedidos junto à Comissão Especial, a mobilização dos familiares de mortos e desaparecidos possibilitou a apresentação de uma quantidade de novos casos maior do que era esperado, contando-se para tanto com a publicação de notícias em jornais de grande circulação (ALMEIDA *et al.*, 2009; BRASIL, 2007; 2010a).

Nesse sentido, também, foi fundamental à apresentação dos requerimentos dentro do prazo a mobilização da CFMDP. Nessa época (até maio de 1996), um escritório foi improvisado em Brasília para auxiliar na elaboração dos pedidos de indenização. Para tanto, contou-se com o espaço cedido no gabinete e na residência do Deputado Federal Gilney Viana (Partido dos Trabalhadores / Mato Grosso). Lá, Suzana Keniger Lisbôa, Iara Xavier Pereira, Criméia S. de Almeida e Maria Amélia Teles, dentre outros familiares de vítimas da repressão, trabalharam para que nenhum prazo fosse perdido (ALMEIDA *et al.*, 2009; SANTOS, 2008).

Nos anos que se seguiram ao início dos trabalhos da Comissão Especial, os familiares lutaram contra as limitações da Lei nº 9.140, pedindo a sua revisão. As demandas para revisão da lei seriam em parte atendidas em 2002 e 2004. Em 2002, com a Lei nº 10.536, permitiu-se que o lapso temporal atingido pela Lei nº 9.140, que abrangia casos ocorridos entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, fosse estendido até o dia 5 de outubro de 1988 (promulgação da atual Constituição Federal). Posteriormente, buscando suprir dificuldades de interpretação e aplicação da Lei nº 9.140 surgidas nos julgamentos da CEMDP, familiares conseguiram que fosse aprovada a Lei nº 10.875 de 2004. De acordo com essa lei, seriam reconhecidos pela CEMDP casos de pessoas: a) que foram mortas nas ruas, participando de passeatas ou de ações contra o regime; b) que cometeram suicídio ao receberem voz de prisão, ao terem sido presas e torturadas ou, ainda, devido a transtornos psíquicos resultantes da repressão (BRASIL, 2007).

Até 2006, em dez anos de apreciação dos 475 pedidos protocolados junto à CEMDP, foram reconhecidas como mortas

e/ou desaparecidas, além das vítimas referidas no Anexo da Lei, outras 221 pessoas (BRASIL, 2007). Em 2007, para documentar e divulgar os resultados das suas atividades, a Comissão Especial lançou o livro-relatório *Direito à Memória e à Verdade*. Atualmente, a CEMDP se dedica à organização de um banco de dados genéticos para auxiliar na identificação dos restos mortais já resgatados e/ou que venham a ser resgatados em valas clandestinas (BRASIL, 2007; 2010a).

A Comissão de Anistia¹²²

Vinculada ao Ministério da Justiça, a Comissão de Anistia foi criada em 2001, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, que regulamentou (na Medida Provisória convertida na Lei nº 10.559 de 2002) o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988. De acordo com o art. 8º do ADCT, ficava prevista a criação de uma instância governamental que seria encarregada: a) de promover o reconhecimento da condição de anistiados políticos aqueles que, perseguidos por motivação política entre 1946 e 1988 (lapso temporal que abrange o período autoritário), foram impedidos de exercer suas atividades e/ou que perderam seus cargos em decorrência da edição atos do Governo; b) de conceder-lhes, de acordo com cada caso, sua respectiva reparação financeira (BRASIL, 2011).

Nos últimos anos, a Comissão tem contribuído para divulgar e promover a memória da repressão no país mediante: 1) a realização das *Caravanas da Anistia*, sessões públicas de julgamento que vêm sendo realizadas em todas as regiões do país desde 2007; 2) a inauguração 27 monumentos em memória dos mortos e desaparecidos (com a parceria da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República); 3) a organização de eventos nacionais e internacionais para debater o tema.

As sessões de julgamento realizadas no âmbito das Caravanas, deve-se notar, constituem-se como uma atividade de natureza sobretudo simbólica. Ao final da análise dos pedidos apresentados pelas pessoas que se consideram vítimas de perseguição política, e, sendo o pedido de anistia reconhecido, os integrantes da Comissão

¹²² Para mais informações, consultar: <<http://justica.gov.br/seus-direitos/anistia>>.

pedem desculpas públicas à vítima em nome do Estado brasileiro, declaram-na anistiada política, e, dependendo das circunstâncias do caso em questão, concedem-lhe a devida indenização pecuniária.

Analisando o significado do testemunho formulado pelas vítimas da repressão durante as atividades realizadas pela Comissão da Anistia, João Baptista Alvares Rosito e Arlei Sander Damo (2014, p. 184) comentam que:

A rememoração da dor, portanto, na cena pública, transforma-se em argumento político de convencimento e de sensibilização dos interlocutores. Assim, o testemunho da violência sofrida pode ser, a um só tempo, veículo de memória individual e substrato para a construção da memória coletiva [...] Nas Caravanas da Anistia, tais relatos de violência e as recordações de sofrimento são colocados em cena por diferentes atores, em narrativas que fazem com que se alternem constantemente as posições de orador e ouvinte: de um lado, e com proeminência, o relato das vítimas; de outro, os relatos enunciados pelos atores do Estado responsáveis por julgar os requerimentos e das autoridades presentes nas sessões públicas.

Até o ano de 2015, a Comissão de Anistia realizou mais de 90 edições das *Caravanas da Anistia*. A 90ª atividade foi realizada em abril de 2015, em Palmas, capital do Estado do Tocantins, região do país na qual se deu uma das maiores ondas repressivas da ditadura. Ocorrida na primeira metade da década de 1970, a repressão praticada entre os Estados de Tocantins e Goiás tinha por objetivo dar fim às atividades do grupo de guerrilheiros que organizou aquela que ficaria conhecida como a *Guerrilha do Araguaia*. A maior parte dos casos de desaparecimento político ocorridos durante o regime autoritário brasileiro, em torno de 70 pessoas, foi praticada na região do Araguaia (ALMEIDA *et al.*, 2009).

Voltada para difusão de pesquisas sobre o tema e pretendendo fomentar o debate sobre a questão entre pesquisadores, militantes políticos e demais interessados, a Comissão publicou, de 2009 até 2016, a *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*. A revista, que circulava publicada em papel e em formato eletrônico, era distribuída gratuitamente e ainda pode ser acessada na página oficial da Comissão na internet. Apresentando trabalhos acadêmicos e análises de especialistas sobre políticas que tratam da memória da repressão

e possibilitam a concessão de indenização pecuniária e simbólica de vítimas da violência política no Brasil ou outros países que passaram por períodos de exceção, a revista publica, ainda, entrevistas com atores-chave na realização de demandas por memória, verdade e justiça, além de documentos sobre a ditadura brasileira.

As atividades desenvolvidas pela Comissão da Anistia já foram muitas vezes classificadas como “atos de revanchismo” por setores contrários ao resgate e à difusão da memória do período, sendo as indenizações pecuniárias concedidas às vítimas da repressão, inclusive, chamadas pejorativamente de “bolsa ditadura” (uma das principais políticas sociais de redistribuição de renda do Governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva e que, com frequência, é alvo de críticas, chama-se “Bolsa Família”). A partir de 2016, ano em que ocorre o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e seu vice-presidente, Michel Temer, assume o cargo, a Comissão passa por uma reestruturação profunda que repercute no alcance de suas ações¹²³.

Além de o novo governo alterar significativamente e de forma arbitrária a composição da comissão, fica visível a mudança no ritmo e formato dos seus trabalhos. As caravanas de julgamento não ocorrem mais, os pedidos de desculpas públicos, igualmente, e, além disso, tem sido denunciada uma tentativa de esvaziamento de suas funções nos últimos dois anos. Corroboram a denúncia, além da mudança na publicidade dos trabalhos da comissão, o fato de que sua autonomia foi reduzida, estando as decisões dos comissionários sujeitas à avaliação da Advocacia Geral da União (AGU), que tem despachado negando indenizações¹²⁴.

O Portal Memórias Reveladas

Em 2005, atendendo sugestão elaborada por um Grupo de Trabalhos coordenado pelo Ministro Paulo Vannuchi, que chefiou a Secretaria de Direitos Humanos de 2005 a 2010, foi dado o primeiro

¹²³ Ver, por exemplo, a reportagem disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/alberto-goldman-e-o-retrocesso-da-comissao-da-anistia>>.

¹²⁴ Ver a notícia sobre os 39 anos da Lei da Anistia publicada em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/a-lei-da-anistia-39-anos-depois-ainda-restrita-e-parcial>>.

passo rumo à criação, ocorrida em 2009, do projeto *Memórias Reveladas: Centro de Referências das Lutas Políticas (1964-1985)*¹²⁵. Executado inicialmente no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, na época chefiada pela Ministra-Chefe Dilma Rousseff, o projeto é coordenado pelo Arquivo Nacional que, subordinado ao Ministério da Justiça, é responsável pela custódia e disponibilização para acesso dos documentos do DOPS, do Conselho de Segurança Nacional, da Comissão Geral de Investigações e do Serviço Nacional de Informações.

Contando com uma plataforma on-line, *Memórias Reveladas* é uma base de dados destinada à pesquisa, obtenção, catalogação e disponibilização de documentos sobre a repressão. O projeto também visava, em última instância, mediante a divulgação de uma propaganda televisiva veiculada no segundo semestre de 2009, obter da população em geral dados e informações que auxiliassem na elucidação das mortes e desaparecimentos praticados pelo aparato repressivo. Embora não sejam contrários à ampla divulgação da campanha pela arrecadação de documentos, que, indiretamente, fazia com que a população tomasse contato com o tema, familiares criticaram o projeto¹²⁶. De acordo com eles, era contraditório que o Governo Federal, por meio do Arquivo Nacional, transferisse para a população em geral o dever de contribuir à elucidação das mortes e desaparecimentos.

Para tanto, bastaria que o próprio Governo reformulasse sua política de sigilo de documentos, que, por décadas, permitiu que os documentos do período fossem preservados. Uma nova política nacional de sigilo documental no Brasil, por sinal, entrou em vigor em 2012 (com a Lei nº 12.527/2011). Conforme Alexandra Barahona de Brito (2013, p. 251-252):

Com essa lei, que foi proposta pela primeira vez em 2003, o Brasil tornou-se o décimo sétimo país da América Latina a ter uma lei de “liberdade de informação” (FOI – *Freedom of Information*) que permite o acesso a arquivos governamentais. [...] No que diz respeito à questão dos direitos humanos, essa lei traz uma mudança fundamental. Ela garante que a documentação relacionada

¹²⁵ Para mais informações, ver: <<http://www.memoriasreveladas.gov.br/>>.

¹²⁶ Conforme notícia publicada pelo jornal *Zero Hora* (Porto Alegre) de 1º de novembro de 2009.

com a violação dos direitos humanos já não poderá ser classificada como ‘ultrassecreta’ e não poderá ser submetida ao período de sigilo mais prolongado possível. De acordo com essa provisão, o acesso a toda a documentação relacionada com as violações dos direitos humanos terá de ser imediato.

Na prática, embora a lei tenha previsto o fim do sigilo eterno de documentos sobre as violações praticadas por agentes da repressão, persistem grandes entraves no que se refere ao acesso à documentação produzida sobre e pelo aparato repressivo.

Num outro sentido, para fomentar um maior interesse pelo tema e pelas fontes documentais existentes, o *Memória Reveladas* criou, em 2010, um concurso bianual para premiar monografias sobre o período da ditadura. Com essa iniciativa, os estudos premiados pela comissão avaliadora (composta para cada edição do concurso) estão sendo publicados pelo Arquivo Nacional, ampliando assim a sua circulação para além da academia, possibilitando que um maior número de pessoas tome contato com as discussões que vem sendo realizadas por pesquisadores brasileiros.

Embora já seja possível consultar muitos materiais disponibilizados digitalmente pelo projeto (desde arquivos até livros e revistas do período compreendido entre os anos de 1960 e 1980), não se pode ter acesso a nenhum conjunto de dados estatísticos que informem, por exemplo, o número de documentos recebidos pelo *Memórias Reveladas* desde a sua implementação, nem mesmo o número de acessos que a plataforma teve desde o seu lançamento, dado este que poderia ajudar a dimensionar, de alguma maneira, o impacto da base de dados junto à sociedade em geral.

O 3º Programa Nacional de Direitos Humanos e a Comissão Nacional da Verdade

No que se refere especificamente ao caso brasileiro, verifica-se que a elaboração de políticas de direitos humanos avançou significativamente desde a realização da Conferência de Viena, em 1993. Além de ter reinserido o tema na pauta de discussões, a Conferência sugeriu que os países preocupados com a proteção dos direitos humanos pudessem reorganizá-los internamente

(Koerner, 2003) mediante a elaboração de um “Programa Nacional de Direitos Humanos” (PNDH): um documento que tinha como objetivo fazer com que os países participantes do encontro estabelecessem uma agenda nacional com vistas à formulação de políticas para os direitos humanos e, além disto, alinhassem-na aos parâmetros internacionais fixados no âmbito da Conferência.

No Brasil, as duas primeiras edições do documento, o PNDH-1 e o PNDH-2, foram lançados respectivamente em 1996 e 2002, durante os governos do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Mas é com a publicação do PNDH-3, em dezembro de 2009, que ocorre uma significativa ampliação do tratamento da memória da repressão no país, sendo reservado ao tema (nesta nova edição do documento) um Eixo Orientador específico: o Eixo VI, chamado *Direito à Memória e à Verdade* (BRASIL, 2010b). Tão importante quanto a existência de um Eixo sobre o tema, no entanto, era o conteúdo original dessa seção do documento. Além de estabelecer a necessidade de preservação e promoção da memória do período (Diretriz nº 24), e a revisão da legislação que, produzida pelos militares e baseada na DSN, continuavam sendo aplicadas no país (Diretriz nº 25), também foi prevista a criação de uma Comissão Nacional da Verdade (Diretriz nº 23).

Redigido com base nas ideias debatidas na *XI Conferência Nacional dos Direitos Humanos*, realizada em dezembro de 2008, o documento contou com ampla participação em sua elaboração:

Retomando a experiência da primeira conferência, realizada em 1996, esta edição teve por objetivo principal discutir propostas para subsidiar a elaboração do PNDH. Contando com a participação de 1.228 delegados em sua etapa nacional, a conferência foi precedida por etapas em todas as unidades da Federação (UFs), por sua vez precedidas por 137 conferências municipais, territoriais e livres (IPEA, 2010, p. 284).

Antes de se encaminhar o lançamento da nova edição do Programa, ocorrida em dezembro de 2009, houve uma tentativa de que as suas disposições passassem pelo crivo de todas as pastas ministeriais, com o intuito de aferir maior legitimidade às diretrizes estabelecidas pelas conferências (31 Ministérios aprovaram o texto, conforme: Brasil, 2010b, p. 11). Passando por cada um dos ministérios

para apreciação, o lançamento do Programa atrasou em quase um ano devido à apresentação, por parte do Ministério da Defesa, de um posicionamento contrário à apuração das violações ocorridas durante o período autoritário (IPEA, 2010).

Entre o final de 2009, quando foi publicado o PNDH-3, e o início do ano de 2010, houve uma série de manifestações públicas e discussões polêmicas sobre a publicação da nova edição do Programa, e, sobretudo, a respeito do conteúdo do Eixo Orientador VI. Envolvendo defensores de direitos humanos, de um lado, e as Forças Armadas, representadas pelo Ministro da Defesa Nelson Jobim, do outro, as polêmicas evidenciaram a força com que algumas ideias ecoaram junto à opinião pública desde a transição à democracia. Evocada a tese da anistia recíproca, ou seja, a ideia de que tudo o que passou deve ser esquecido, já que muitos crimes também foram praticados por militantes de esquerda, as discussões ocorridas geraram uma grande tensão, levando ao recuo do Governo Federal, que em maio de 2010, editou o Decreto nº 7.177, alterando disposições do Programa.

Conforme Sérgio Adorno (2010, p. 17):

Não é necessário esforço para compreender as razões pelas quais essas proposições suscitaram crise no governo, ameaçaram dois ministros – o da Defesa e o dos Direitos Humanos – de demissão, provocaram protestos de setores das forças armadas e uma torrente de críticas contra o “revanchismo” do PNDH-3, inclusive de segmentos civis da opinião pública.

Ocorre que, com o Decreto, o lapso temporal a ser investigado pela Comissão Nacional da Verdade, que na versão original do PNDH-3 era referido como o período da ditadura, passaria a incluir todos os crimes cometidos pelo Estado brasileiro entre 1946 e 1988, tendo sido reforçado, como limite objetivo aos seus trabalhos, a Lei de Anistia (Lei nº 6.683 de 1979). Assim, o organismo seria responsável por esclarecer os crimes praticados pela repressão, mas não poderia punir os responsáveis.

Num outro sentido, as polêmicas e reviravoltas surgidas a partir da divulgação do novo texto do PNDH retardaram os trâmites do Projeto de Lei que criava a Comissão da Verdade (o Projeto de Lei nº 7.736 de 2010). Aprovado o Projeto pelas duas Casas

do Congresso Nacional somente em outubro de 2011, e sancionada sua Lei criadora (Lei nº 12.528/2011) pela presidente Dilma Rousseff em novembro do mesmo ano, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) começou suas atividades em 16 maio de 2012 (quase dois anos e meio após o lançamento do PNDH-3), sendo oficialmente instalada em cerimônia realizada em Brasília, em um ato que contou com a presença de todos os ex-presidentes da Nova República: José Sarney, Fernando Collor de Melo, Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva.

Como se não fosse suficiente o período a ser investigado pela Comissão ter passado a abranger crimes cometidos em um cenário político democrático (de 1946 ao Golpe de 1964), grupos de defesa dos direitos humanos, que há décadas reivindicavam a instalação de uma Comissão realizadora da verdade e da justiça, tiveram suas expectativas relativizadas por outras duas limitações do organismo. A primeira delas dizia respeito ao número reduzido de membros¹²⁷: apenas sete integrantes para analisar crimes praticados em quase 50 anos de história num país com um território do tamanho do Brasil. A outra limitação era relacionada ao prazo de vigência dos trabalhos da Comissão: inicialmente, dois anos. Em dezembro de 2013, a Presidência da República estendeu o período de vigência da CNV, sendo o prazo para o encerramento das atividades do órgão previsto para ser encerrado em dezembro de 2014.

Em maio de 2013, ao completar um ano de funcionamento, a CNV publicou um relatório resumindo as atividades realizadas no período¹²⁸. Essa publicação possibilitou, por um lado, que a Comissão deixasse claros os conceitos-chave que instrumentalizara

¹²⁷ Nomeados pela Presidência da República, os membros que originalmente compuseram a Comissão eram: Cláudio Fonteles, ex-Procurador Geral da República durante o Governo Lula; Gilson Dipp, Ministro do Superior Tribunal de Justiça; José Carlos Dias, ex-Ministro da Justiça durante o Governo Fernando Henrique Cardoso; José Paulo Cavalcanti, jurista e escritor; Maria Rita Kehl, psicanalista; Paulo Sérgio Pinheiro, diplomata; e Rosa Maria Cardoso, advogada de presos políticos. Em junho de 2013, Cláudio Fonteles pediu demissão da Comissão, sendo posteriormente substituído pelo jurista Pedro Dallari. Em abril do mesmo ano, Gilson Dipp havia pedido afastamento por problemas de saúde, mas sua vaga não foi preenchida até o encerramento dos trabalhos da CNV.

¹²⁸ O relatório, *Balço de Atividades: 1 ano da Comissão Nacional da Verdade*, encontra-se disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>>.

na análise dos dados que vinha coletando, tendo viabilizado, por outro lado, que os interessados em geral pudessem entender como seus trabalhos eram realizados, quais suas principais linhas de atuação e seus recortes temáticos. Embora importante para dar uma ideia do que fora feito e traçar um panorama daquilo que havia sido mapeado pelos membros e funcionários da Comissão, as informações apresentadas no relatório resumiram-se, em sua maioria, a dados numéricos, informando a quantidade de arquivos identificados ou catalogados, o número de audiências realizadas e de depoimentos coletados, dentre outras informações.

No dia 10 de dezembro de 2014, a CNV entregou à presidente Dilma Rousseff o relatório final das suas atividades¹²⁹. De modo contrário ao que ocorrera em maio de 2012, quando da instalação da Comissão, a cerimônia de entrega do documento foi realizada com a presença de público restrito.

Com duas mil páginas, o relatório final foi dividido em três volumes. O primeiro, expõe os objetivos da Comissão, apresenta um panorama da história política no Brasil a partir de 1946, detalha como funcionou a estrutura repressiva no país e as técnicas utilizadas pelos agentes do Estado durante a ditadura, destacando, inclusive, os vínculos entre a estrutura repressiva brasileira e de países vizinhos, que atuaram de modo coordenado no âmbito de uma conexão repressiva internacional: a “Operação Condor”. Feito isso, expondo a cadeia de comando existente no período, avalia o saldo da repressão e, nominando 377 responsáveis diretos ou indiretos pelos crimes cometidos no período (muitos deles já falecidos), estabelece um conjunto de 29 recomendações a serem consideradas no atual cenário político brasileiro.

No segundo volume, analisa-se o papel desempenhado por parcelas da sociedade civil e empresários no Golpe e durante a ditadura, bem como as diversas formas de oposição e resistência à tomada e ocupação do poder pelos militares no país. Além disso, são apresentados dados a respeito da repressão que foi praticada contra segmentos específicos da sociedade brasileira: de integrantes das Forças Armadas que eram contrários à tomada do poder em 1964, a trabalhadores urbanos, camponeses, povos indígenas, religiosos, pessoas da comunidade LGBT, professores e estudantes universitários.

¹²⁹ Documento disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>>.

No terceiro e último volume do relatório, estão uma lista e o perfil de 434 pessoas que foram reconhecidas como mortas ou desaparecidas em virtude de violência política praticada entre 1946 e 1988. Referida, na *Introdução ao Volume 3*, como uma lista passível de ser revisada, a mesma é, ainda, reconhecida como limitada pelos integrantes da CNV, sendo suas limitações atribuídas à falta de colaboração de integrantes das Forças Armadas, visto que, como consta no documento:

As lacunas dessa história de execuções, tortura e ocultação de cadáveres de opositores políticos à ditadura militar poderiam ser melhor elucidadas hoje caso as Forças Armadas tivessem disponibilizado à CNV os acervos do CIE, CISA e Cenimar, produzidos durante a ditadura, e se, igualmente, tivessem sido prestadas todas as informações requeridas, conforme relatado no capítulo 2 do volume 1 do Relatório da CNV. As autoridades militares optaram por manter o padrão de resposta negativa ou insuficiente vigente há cinquenta anos, impedindo assim que sejam conhecidas circunstâncias e autores de graves violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura militar.

Para impedir a reprodução de comportamentos antidemocráticos por parte das Forças Armadas, relativizar a manutenção destes setores como *veto players* da nova democracia, e possibilitar que seja dado um fim à impunidade dos crimes praticados em nome do regime autoritário, a CNV, no conjunto das 29 recomendações apresentadas no seu relatório final, sugeriu, dentre outras medidas: a) que as Forças Armadas brasileiras reconheçam publicamente a repressão praticada por seus agentes no período investigado pela Comissão da Verdade; b) que seja apurada e atribuída a responsabilidade civil, criminal e administrativa dos envolvidos em violações aos direitos humanos durante a ditadura, sendo, nestes casos, afastada a aplicação da Lei de Anistia; c) que o currículo das academias militares seja reformulado com base em valores democráticos e no respeito aos direitos humanos; d) que sejam proibidas atividades oficiais comemorando o Golpe de 1964; e) que se aperfeiçoe e fortaleça um sistema nacional de prevenção e combate à tortura; f) que seja revogada a Lei de Segurança Nacional; f) que seja extinta a Justiça Militar estadual; g) que seja efetivado o direito de acesso aos arquivos da repressão.

Embora limitado, e ainda que não seja possível prever como e quais recomendações do relatório final da CNV serão implementadas a curto e longo prazo, o documento representou um avanço no tratamento do tema em âmbito nacional. Além de apontar os responsáveis por um conjunto de violações aos direitos humanos, e recomendar uma série de medidas contra a impunidade que persiste, o relatório final incorpora ao debate sobre a ditadura civil-militar o reconhecimento de pelo menos três aspectos importantes, que dizem respeito: 1) à existência de um aparato repressivo organizado, que, funcionando em todas as regiões do país, cometeu violações de forma sistemática no período da ditadura; 2) ao alcance da repressão: conforme os dados trazidos no relatório, a repressão política não foi restrita aos setores da luta armada, atingindo trabalhadores urbanos e rurais, professores e estudantes universitários, militares dissidentes, indígenas e pessoas com orientação sexual diferente; 3) à participação de segmentos civis no Golpe e na ditadura, sendo o papel de empresários que se beneficiaram da modernização econômica levada a cabo pela ditadura essencial à manutenção do regime.

Considerações finais

A transição à democracia no Brasil foi arquitetada e altamente controlada pelos próprios integrantes do regime, garantindo, aos setores que saíam de cena, prerrogativas extraordinárias. Mais do que isso, o modo como foi conduzida a transição possibilitou, ainda, que a impunidade daqueles que violaram repetidamente os direitos humanos dos opositores fosse estabelecida (com a edição da Lei de Anistia), e, por outro lado, que fossem mantidos outros legados do autoritarismo que, de difícil superação, têm induzido o prevailecimento do esquecimento em detrimento da memória da repressão praticada em nome da DSN (ver: GALLO&GUGLIANO, 2014). Trata-se de legados culturais, que se manifestam, por exemplo, na reprodução de uma cultura contra os direitos humanos, com parcelas da população que naturalizam a violência policial e fortalecem discursos que relativizam os direitos de pessoas que estão sob custódia policial aguardando julgamento. De legados institucionais que podem ser encontrados em estruturas que, criadas pela ditadura, foram mantidas praticamente inalteradas; Até legados

no campo jurídico, podendo-se, neste sentido, lembrar que o Supremo Tribunal Federal manteve em seus cargos, e até os primeiros anos do novo milênio, ministros nomeados pela ditadura, bem como da manutenção de leis baseadas na DSN.

É devido à existência de legados institucionais e culturais do autoritarismo convivendo com práticas e instituições democráticas na atualidade que integrantes das Forças Armadas se sentem, cada vez com maior frequência, à vontade para continuar negando ou silenciando-se a respeito da repressão bem como sobre a existência de documentos do período ditatorial. É também devido à permanência, até 2012, de uma política nacional de sigilo documental que se mantinha idêntica à existente durante a ditadura, que muitos documentos sobre o período, essenciais à realização do direito à memória e à verdade, estiveram inacessíveis para familiares de mortos e desaparecidos políticos.

Apesar de limitadas, políticas públicas com vistas ao tratamento e ao enfrentamento do saldo da repressão no país foram elaboradas e implementadas nas últimas duas décadas. Isso se deve, por um lado, à consolidação de uma agenda de direitos humanos organizada em um cenário internacional pós-Guerra Fria e pós-Conferência de Viena (KOERNER, 2003); mas também, por outro lado, à constante mobilização de organizações de direitos humanos e de vítimas da repressão. Afinal, nenhum avanço com vistas à construção da memória da repressão no país foi obtido gratuitamente. Pelo contrário, para obtê-los tem sido sempre necessário enfrentar vozes contrárias a estas políticas, que buscam legitimar na opinião pública a tese da anistia recíproca, bloqueando (objetiva e subjetivamente) o alcance das políticas que serão implementadas. Foi assim, por exemplo, quando o PL que daria origem a *Lei dos Mortos e Desaparecidos* foi classificado de revanchista, e uma série de polêmicas induzidas por setores comprometidos com as Forças Armadas dificultaram a implementação do Eixo VI do PNDH-3, ensejando sua reformulação por parte do Governo Federal.

Enquanto este texto estava sendo escrito, viveu-se o período das eleições mais turbulentas e complexas da história recente brasileira. Nas eleições presidenciais de 2018, que podem ser consideradas tudo, menos normais, Jair Bolsonaro, deputado federal, antigo membro das Forças Armadas e candidato à Presidência

da República por um partido marginal no sistema político da Nova República (o Partido Social Liberal) chegou ao segundo turno da disputa pelo Executivo crescendo vertiginosamente nas pesquisas de intenção de voto (em torno dos 60% dos votos válidos, enquanto Fernando Haddad, candidato pelo Partido dos Trabalhadores fica com margem de 40% das intenções de votos nas sondagens). Tanto Bolsonaro como Hamilton Mourão, general da reserva e candidato a vice-presidente em sua chapa, negam que tenha havido ditadura no país entre 1964 e 1985 e relativizam as violações praticadas no período. Bolsonaro, inclusive, dedicou seu voto, no processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, à memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, chefe do DOI-CODI, centro de repressão durante a ditadura.

Tal candidatura, que há poucos anos seria algo impensável, tem sido altamente potencializada mediante a sustentação de um discurso marcado: a) pelo negacionismo do que ocorreu durante a ditadura, b) pelo reiterado desrespeito às minorias e aos direitos humanos, c) pela defesa do armamento da população, d) pela negação da política, uma vez que o presidenciável não participa (inicialmente por razões médicas) dos debates e incentiva, embora negue que possa controlar seus seguidores, a violência contra setores vulneráveis da população (há um número crescente de casos de violência praticada por seus eleitores em pessoas a favor do candidato do Partido dos Trabalhadores), e) pela propagação de notícias falsas (as *fake news*).

Embora, e no tocante às políticas de memória, avanços tenham sido perceptíveis no caso brasileiro, acredita-se, diante do exposto, que enquanto a lembrança das violações seguir neutralizada pela ausência de políticas mais efetivas, que rompam com resquícios do autoritarismo que se mantêm na atualidade, continuará sendo difícil, se não for impossível, uma maior realização das demandas por memória, verdade e justiça no país. Afirma-se isso posto que as condições de sobrevivência da nova democracia nunca estiveram tão frágeis desde o fim da ditadura e a promulgação da nova Constituição, em outubro de 1988. Perante a sucessão de problemas que vêm se acumulando no cenário político do país desde 2016, com o início do controverso processo de *impeachment* movido contra a presidenta Dilma Rousseff, não surpreende o fato de que as políticas

de memória tenham ficado cada vez mais em segundo plano da agenda de governo.

O enfraquecimento da agenda de políticas de memória no Brasil, é importante notar, não ocorre de forma isolada. Têm sido frequentes as tentativas de relativização de fatos sobre as ditaduras também nos países vizinhos. Na Argentina, para dar um exemplo, desde o início do governo do presidente Mauricio Macri, em dezembro de 2015, setores associados ao Poder Executivo, incluindo um Ministro de Estado, questionaram publicamente o número de desaparecidos políticos. Mobilizações multitudinárias realizadas no país vizinho, contudo, fazem frente, garantindo recuos dos negacionistas e impedindo retrocessos profundos. No caso brasileiro, entretanto, é possível notar que a ausência de políticas de memória efetivas pode ser, ela mesma, identificada como um elemento central na compreensão dos rumos da nova democracia. Não que uma democracia seja impossível sem o estabelecimento de políticas de memória. Contudo, se é forçoso reconhecer que um regime democrático pode vir a ter alguma sobrevivência mesmo negligenciando o passado, o contrário não vale para as políticas de memória, visto que essas somente são possíveis em democracias.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. História e desventura: o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 86, São Paulo, 2010, p. 5-20.

ALMEIDA, Criméia S. de; et al (Org.). **Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

AMBOS, Kai. El marco jurídico de la justicia de transición. In: ____; MALARINO, Ezequiel; ELSNER, Gisela (Ed.). **Justicia de transición: con informes de América Latina, Alemania, Italia y España**. Montevideo: Fundación Konrad-Adenauer, 2009. p. 23-129.

ARTURI, Carlos S. O debate teórico sobre mudança de regime político: o caso brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, n. 17, Curitiba, 2001, p. 11-31.

BARAHONA DE BRITO, Alexandra. “Justiça transicional” em câmara lenta: o caso do Brasil. In: PINTO, António Costa; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Org.). **O passado que não passa: a sombra das ditaduras na Europa do Sul e na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 235-260.

BRASIL; Secretaria Especial de Direitos Humanos; Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. **Direito à memória e direito à verdade**. Brasília: SEDH, 2007.

_____; Secretaria de Direitos Humanos. **Habeas Corpus**: que se apresente o corpo: a busca dos desaparecidos políticos no Brasil. Brasília: SDH, 2010a.

_____; Secretaria de Direitos Humanos. **3º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**. Brasília: SDH, 2010b.

_____; Ministério da Justiça; Comissão de Anistia. **Cartilha Informativa da Comissão de Anistia**. Brasília: CA/MJ, 2011.

GALLO, Carlos Artur; GUGLIANO, Alfredo Alejandro. Legados autoritários, políticas de memória e qualidade da democracia no Brasil. In: GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Sylvania (Org.). **Entre a memória e o esquecimento**: estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil. Porto Alegre: Deriva, 2014. p. 285-301.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

IPEA. Direitos Humanos e Cidadania. In: _____. **Políticas sociais**: acompanhamento e análise. Brasília: IPEA, 2010. p. 283-305.

JELIN, Elizabeth. **La lucha por el pasado**: cómo construimos la memoria social. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2017.

KOERNER, Andrei. O papel dos direitos humanos na política democrática: uma análise preliminar. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 53, 2003, p. 143-157.

QUINALHA, Renan. **Justiça de transição**: contornos do conceito. São Paulo: Outras Expressões; Dobra Editorial, 2013.

RICOEUR, Paul. **A história, a memória, o esquecimento**. Campinas: Edunicamp, 2007.

ROSITO, João Baptista Alvares; DAMO, Arlei Sander. A reparação por perseguição política e o relato de violência nas Caravanas da Anistia. **Horizontes Antropológicos**, v. 20, n. 42, 2014, p. 181-212.

SANTOS, Sheila Cristina. **A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e a reparação do Estado às vítimas da ditadura militar no Brasil**. 247f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

SOLÍS DELGADILLO, Juan Mario. **Los tiempos de la memoria en las agendas políticas de Argentina y Chile**. Buenos Aires: Eudeba, 2015.

3 Marias

Projeto gráfico e diagramação
Everton Cosme

Capa
Alisson Affonso

Roteiro e desenhos
Alisson Affonso

Revisão textual
Vanessa Pereira Abreu

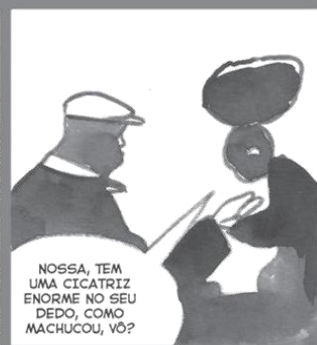
Editoração
Alisson Affonso, Cristiano Engelke e Everton Cosme

Apresentação

O capítulo “Três Marias” é a história em quadrinhos ficcional “Três Marias”, com roteiro e ilustrações de Alisson Affonso, originalmente publicado pela Comissão da Verdade da APROFURG – Seção Sindical do ANDES-SN, que autorizou a publicação da história neste livro. Escrita a partir de fatos ocorridos no município de Rio Grande, a história busca trazer ao público uma reflexão acerca das consequências da violência da ditadura no sul Brasil.

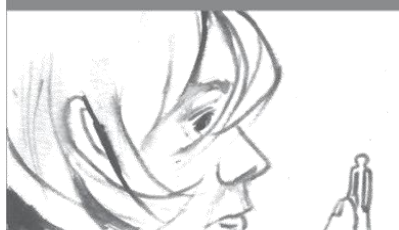
3 Marias















MINHAS MELHORES LEMBRANÇAS SE PASSAM NOS CÉUS DESSAS DUNAS...

NEM SEMPRE VENHO PRA CÁ LEMBRAR DE COISAS BOAS ...

A QUILHA É UMA CONSTELAÇÃO DO HEMISFÉRIO CELESTIAL SUL, SUA ESTRELA MAIS BRILHANTE É CANOPUS...

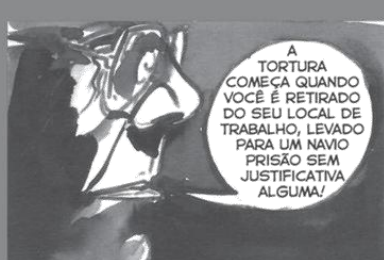


EXATAMENTE O NOME DO NAVIO PRISÃO PARA OS DITOS SUBVERSIVOS!

ENTÃO EXISTIU UM CÁRCERE FLUTUANTE EM RIO GRANDE...

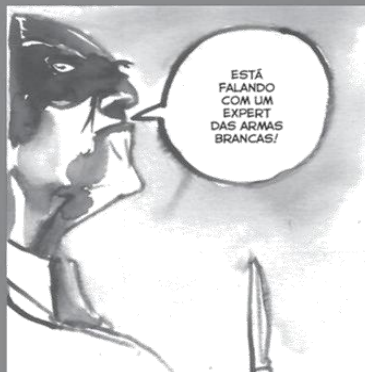


COM TORTURAS E TUDO MAIS?



A TORTURA COMEÇA QUANDO VOCÊ É RETIRADO DO SEU LOCAL DE TRABALHO, LEVADO PARA UM NAVIO PRISÃO SEM JUSTIFICATIVA ALGUMA!











SOBRE OS AUTORES

Alexandre Dos Santos Villas Bôas

Historiador da Universidade Federal do Pampa. Possui Graduação em História Licenciatura pela Universidade Federal de Pelotas (2006), Graduação em História Bacharelado pela Universidade Federal do Rio Grande (2011) e Mestrado em Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Santa Maria (2014). Atualmente é Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS, bolsista CAPES. Tem experiência na área de História, com ênfase em Patrimônio Cultural, atuando principalmente nos seguintes temas: cidade, educação patrimonial, planejamento urbano.

Alícia Halina Fontana

Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande.

Allisson Affonso

É Bacharel em Artes Visuais pela FURG, e desenvolve pesquisas junto ao Coletivo Mancha Negra, além de Oficinas de Desenho da Figura Humana. Foi editor do Jornal Peixe Frito, e da Revista IDEIA, atualmente edita a Revista em Quadrinhos PLATAFORMA HQ. Foi premiado no Salão de Humor de Paraguaçu Paulista, Salão de humor do ABCD, Salão de humor de Rio Grande, Salão Internacional de Desenho para Imprensa, Animarte RJ, Animamundi, Concurso de Tiras Humorísticas GAG, Prêmio Ângelo Agostini, Concurso cartum ZH, Prêmio histórias de Trabalho SMC, Salão Medplan de humor, Salão de Humor de Cerquilho, Salão de humor de Mogi Guaçu, Concurso Internacional de desenhos animados “Veneração da Noiva, República da Macedônia e Concurso Internacional de Caricaturas, Salão Internacional de humor de Limeira e Nosorog, Bósnia.

Alvaro Augusto de Borba Barreto

Professor Titular do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas (IFISP) é Doutor em História pela PUCRS, Mestre em História pela UFRGS, Especialista em Ciência Política pela UFPel e graduado em Comunicação Social pela Universidade Católica de Pelotas e em Filosofia pela Universidade Federal de Pelotas. Atualmente realiza pós-doutorado no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) da Universidade de Lisboa. Tem experiência nas áreas de História e de Ciência Política, atuando principalmente nos seguintes temas: sistemas políticos brasileiro e uruguaio, eleições e partidos políticos.

Anderson Lobato

Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1986), Mestre (1989) e Doutor (1994) em Direito Público pela Université de Sciences Sociales de Toulouse; Pós-Doutor (2004) pelo Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine da Universidade de Paris III. Atualmente é professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande, com experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Constitucional, atuando principalmente nos seguintes temas: cidadania, justiça social, direitos fundamentais, jurisdição constitucional, controle de constitucionalidade, processo constitucional e ética.

Carlos Artur Gallo

Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com Estágio Doutoral realizado na Faculdade de Ciência Política e Sociologia da Universidade Complutense de Madri (UCM, Espanha). Atualmente é professor do Departamento de Sociologia e Política e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Possui artigos publicados em periódicos no Brasil e no exterior. É coorganizador, entre outras, das coletâneas Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do Golpe civil-militar no Brasil e no rastro das transições: perspectivas sobre memória, verdade e justiça no Cone Sul e no Sul da Europa.

Cristiano Ruiz Engelke

Bacharel em Ciências Sociais (UFRGS), mestre em Ciência Política (UFRGS) e doutorando em Ciência Política (UFPel). Professor na área de Sociologia do Instituto de Ciências Humanas e da Informação (ICHI) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), atua em diversos cursos de graduação e no curso de especialização em Sociologia. É coordenador da Comissão da Verdade da APROFURG, seção sindical do ANDES-SN e membro da Comissão da Verdade do ANDES-SN.

Leandro Braz da Costa

Bacharel em História pela Universidade Federal do Rio Grande, Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor, compositor premiado em festivais e músico profissional na modalidade bateria. Pesquisa temas voltados à música e aos eventos musicais realizados no Brasil, com ênfase nas manifestações das culturas populares.

Luisiane da Silveira Gomes

Graduada em História pela Universidade Federal de Pelotas; mestra e, atualmente, doutoranda no Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Desde a graduação vem desenvolvendo pesquisas na área de História do Brasil Contemporâneo, sobretudo, acerca das memórias de atuação feminina no movimento estudantil universitário durante a redemocratização do Brasil. Foi membro do Comitê pela verdade, memória e justiça de Pelotas e região, assim como participou do projeto Memória do Movimento Estudantil Universitário Gaúcho no Período da Redemocratização – 1977/1985: Juventude, Cultura e Política, entre outros.

Marília Brandão Amaro da Silveira

Licenciada e mestre em História pela Universidade Federal de Pelotas. Desenvolve pesquisa sobre o golpe e ditadura civil militar brasileira, focando o sul do país, mais especificamente as cidades de interior e de fronteira, investigando as organizações de rotas de exílio. Tem artigos e capítulos de livros publicados sobre o tema. Também apresentou trabalhos, palestras e oficinas, participou de projetos de extensão e organizou eventos, todos relacionados à ditadura civil militar.

Nilton Garcia Sainz

Graduado em Ciências Sociais Bacharelado pela Universidade Federal de Pelotas. Atualmente é mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas, bolsista de mestrado FAPERGS/CAPES e graduando em Jornalismo pela mesma universidade. Desenvolve pesquisas principalmente nas áreas de elites políticas e instituições, investigando carreiras políticas, partidos e eleições sob a ótica da Ciência Política e Comunicação. Compõe os grupos de pesquisa: Mídia, Discurso e Análise de Redes Sociais (UFPel); Sistema Político: Partidos, Eleições e Sistema Político (UFPel); Dinâmicas Políticas, Estado e Movimentos Sociais (FURG).

Renato Della Vecchia

Graduado em Ciências Sociais pela UCPel, especialista em Ciência Política pela UFPel, Mestrado e Doutorado em Ciência Política pela UFRGS. É Membro do Conselho Editorial da Revista História e Luta de Classes; membro do Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas (NESIC/UCPel). Fundador e Coordenador do Instituto de Estudos Políticos Mário Alves (IMA/Pelotas). Presidente da Associação dos Professores da UCPel (ADUCPel). Professor do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da UCPel (Adjunto IV) e membro do Conselho Consultivo da Escola de Serviço Social; já exerceu as funções de Coordenador de Extensão da UCPel.

EDITORA E GRÁFICA DA FURG
CAMPUS CARREIROS
CEP 96203 900
editora@furg.br

Coleção Direito e Justiça Social

A Coleção Direito e Justiça Social se propõe a publicar estudos críticos e interdisciplinares sobre a promoção da igualdade de direito, da solidariedade e da sustentabilidade.

Poderão ser acolhidos os resultados de pesquisas que enfrentem grandes temas, seja no contexto da realidade nacional, regional e internacional; e que representem possibilidades de aprofundamento e conhecimento das soluções adotadas pelos diferentes sistemas jurídicos. Dentro dessa perspectiva o Direito e o jurista devem estar comprometidos com a promoção da cidadania, da diversidade cultural, da ética e, sobretudo, da justiça social. A construção da cidadania exige a efetividade dos direitos constitucionalmente reconhecidos e protegidos por procedimentos jurisdicionais que se exercem no ambiente democrático de decisão política. Assim sendo, o poder público deve promover políticas públicas capazes de transformar a realidade de desigualdade social e econômica que ameaça a estabilidade democrática no Brasil e no mundo globalizado.

Maria Claudia Crespo Brauner
Coordenadora da Coleção Direito e Justiça Social

PPGD



ISBN 978-85-7566-440-7



9 788575 664407

ISBN 978-65-5754-029-9



9 786557 540299